

ANEXO

ÚNICO

PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ProMEA SANTOS



2.^a EDIÇÃO



PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – ProMEA SANTOS

Prefeito

Paulo Alexandre Barbosa

Vice-Prefeito

Eustázio Alves Pereira Filho

Chefe de Gabinete

Rogério Pereira dos Santos

Secretário de Meio Ambiente

Márcio Gonçalves Paulo

Secretária Adjunta

Viviane Amaral Ferreira

Chefe de Departamento de Políticas Públicas e Controle Ambiental

João Cirilo Fernandes Wendler

Coordenador de Políticas Ambientais

Marcus Neves Fernandes

Texto

Claudia Cristiane Giglio Brito

Colaboração

Graziela Alexandre Souza

SANTOS - 2020

COORDENAÇÃO

ProMEA Santos

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

**COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL - CIMEA**

**COMISSÃO INTERSETORIAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
DA PREFEITURA DE SANTOS – CISEA**

EQUIPE TÉCNICA

ProMEA SANTOS

COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – CIMEA (Gestão 2019 -2021)

Presidente: **Marcos Libório** (Ex – secretário de Meio Ambiente)

Marcio Gonçalves Paulo (Secretário de Meio Ambiente)

Vice-presidenta: **Claudia Cristiane Giglio Brito** - Semam

Secretária: **Mariana Amaral Santos Pinto** – Instituto MarAzul

Representantes

Secretaria de Meio Ambiente

Titulares: Claudia Cristiane Giglio Brito e Edna Santos de Gois

Suplentes: Alessandro de Brito Zuffo e Cibele Coelho Augusto

Secretaria de Educação

Titulares: Estrela Santos Cordeiro e Ana Carolina Real Fernandes de Andrade

Suplentes: Ana Claudia Sierra Marques e Debora Gil de Souza

Comissão Intersetorial de Educação Ambiental da Prefeitura de Santos – CISEA

Titular: Victor Nagib Moreira

Suplente: Valéria César da Costa

Unidade Técnica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis em Santos (Ibama)

Titular: Ana Angélica Alabarce Pinto

Suplente: Rodrigo Rodrigues

Diretoria de Ensino da Região de Santos do Governo do Estado de São Paulo

Titular: Arnaldo da Silva Santana

Suplente: Airton dos Santos Bartolotto

Instituição de Ensino Superior ou Centro de Pesquisa

Titular: Jhonnes Alberto Vaz

Suplente: Maria Aparecida dos Santos

Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Titular: José Carlos Almeida

Suplente: Priscilla Gatto Ribeiro Barreto

Conselho Municipal de Educação

Titular: Denise Seoane Costa

Suplente: Cristina Torquato

Conselho Consultivo da Unidade de Conservação Municipal Parque Natural Municipal Engenho São Jorge dos Erasmos

Titular: Beatriz Pacheco Jordão

Suplente: André Muller de Mello

Conselho Gestor de Unidade de Conservação Inserida no Município de Santos

Titular: Maria de Carvalho Tereza Lanza

Suplente: Juliana Ferreira de Castro

Câmara Técnica de Educação Ambiental e Divulgação do Comitê de Bacia Hidrográfica da Baixada Santista – CTEAD/CBH-BS

Titular: Mainan Heiffig Villela

Suplente: Tales Oliveira

Movimento Social ou Organização da Sociedade Civil

Titular: Natalia de Souza Tanque

Suplente: Mariana Amaral Santos

COMISSÃO INTERSETORIAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA PREFEITURA DE SANTOS – CISEA (Gestão 2018-2020)

Presidenta: **Claudia Cristiane Giglio Brito**

Vice-presidenta: **Liseane Quadros**

Secretaria de Meio Ambiente – Coordenadoria Políticas Ambientais

Titular: Cláudia Cristiane Giglio Brito

Suplente: Marcus Neves Fernandes

Secretaria de Meio Ambiente – Seção de Programas Ambientais

Titular: Débora dos Santos Mandaji

Suplente: Alessandro de Brito Zuffo

Secretaria de Meio Ambiente – Seção de Estudos e Programas de Proteção à Vida Animal

Titular: César Malaco

Suplente: Luciana Serrano Simões Matheus

Secretaria de Meio Ambiente – Seção de Educação Ambiental do Jardim Botânico

Titular: Victor Nagib Moreira

Suplente: Eliana dos Santos Alves

Secretaria de Meio Ambiente – Unidade de Educação Ambiental do Aquário de Santos

Titular: Edna Santos de Gois

Suplente: Richard Emanuel Persaud

Secretaria de Meio Ambiente – Unidade de Educação Ambiental do Parque Zoobotânico Orquidário Municipal de Santos

Titular: Cibele Coelho Augusto

Suplente: Cíntia Augusta Labes do Prado

Secretaria de Educação

Titular: Estrela Santos Cordeiro

Suplente: Ana Carolina Real Fernandes de Andrade

Secretaria Municipal de Turismo

Titular: Valéria César da Costa

Suplente: Cristiane Garcia

Secretaria de Saúde

Titular: Liseane Maria Quadros Oliveira

Suplente: Mariliza Teofilo Prieto

Secretaria de Segurança – Defesa Civil

Titular: Daniel da Silva Savi

Suplente: Andressa Oliveira Souza

Secretaria de Comunicação

Titular: Renato do Nascimento Fontes

Suplente: Ilza Melo Nigra

Secretaria de Cultura

Titular: Antônio Carlos Félix

Suplente: Maurício Muniz

Secretaria de Desenvolvimento Social

Titular: Márcia Cristina Ayres Paraguai

Suplente: Filipe Augusto Rezende

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Titular: Luis Felipe Rigotto

Suplente: Renata Sioufi Fagundes dos Santos

Agradecimentos Especiais: **Marcos Libório** (Ex-secretário de Meio Ambiente), **Zysman Neiman** Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, **Maria Henriqueta Andrade Raymundo** Fundo Brasileiro de Educação Ambiental - FunBEA, **Patrícia Martin Alves** Rede Paulista de Educação Ambiental - REPEA, **Cynthia Ranieri** Rede de Educação Ambiental da Baixada Santista - REABS, **Semiramis Biasoli**, **Ana Patrícia Arantes**, **Mariane Lima Avancini**, **Solange Moraes Calvo**, **Paulo Marco de Campos Gonçalves** e demais integrantes da Secretaria de Meio Ambiente, da CISEA e da CIMEA.

ÍNDICE

LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE QUADROS	11
LISTA DE TABELAS	12
LISTA DE GRÁFICOS	12
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	13

<i>PALAVRAS DO SECRETÁRIO</i>	16
<i>APRESENTAÇÃO</i>	17
<i>INTRODUÇÃO</i>	18
<i>CAPÍTULO I – MARCO CONCEITUAL</i>	19
1. EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE	19
2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS	19
3. DESAFIOS LOCAIS	25
<i>CAPÍTULO II – MARCO SITUACIONAL</i>	29
1. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE SANTOS	29
1.1 PESQUISA ACADÊMICA	29
1.1.1 CENÁRIOS CONSTRUÍDOS.....	34
1.1.2 SÍNTESE DE TODOS OS CENÁRIOS CONSTRUÍDOS	34
1.1.3 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS DISCURSOS DOS GESTORES	35
1.1.4 AUTORREFLEXÃO DOS GESTORES	37
1.1.5 INTERAÇÃO E A CONECTIVIDADE	38
1.1.6 IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	42
1.1.7 EIXO INSTITUCIONAL.....	46
1.2 DESDOBRAMENTO DA PESQUISA	46
1.2.1 ENCONTRO DE EDUCADORES AMBIENTAIS DA BAIXADA SANTISTA – PARTICIPE DA CONSTRUÇÃO DO MAPEAMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM SANTOS	47
1.2.2 ENCONTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA) DE SANTOS: “CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EA”	49
1.2.3 CRIAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA PREFEITURA DE SANTOS – CISEA	55
1.2.4 CRIAÇÃO DA COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – CIMEA	59

1.2.5 DIAGNÓSTICO INICIAL	62
1.2.6 CONSOLIDAÇÃO DO DIAGNÓSTICO INICIAL	63
CAPÍTULO III – MARCO OPERACIONAL	69
1. PROPOSTA	69
2. DIRETRIZES	71
3. PRÍNCIPIOS	72
4. VISÃO E VALORES	72
5. MISSÃO	73
6. OBJETIVOS	73
7. POTENCIAIS PARTICIPANTES	76
8. LINHAS DE AÇÃO ESTRUTURANTES	76
8.1 LINHA DE AÇÃO 1: PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO	76
8.1.1 Ação 1: Articular as Comissões de Educação Ambiental com outros colegiados de Educação Ambiental	77
8.1.2 Ação 2: Realização de consultas públicas	77
8.2 LINHA DE AÇÃO 2: FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES AMBIENTAIS (FORMAL E INFORMAL)	77
8.2.1 Ação 1: Realização de encontros, oficinas, cursos e palestras	77
8.2.2 Ação 2: Ação 2: Promover a EA dentro dos Projetos Políticos Pedagógicos das Unidades de Ensino e dos Espaço e Centros de Educação Ambiental	78
8.2.3 Ação 3: Formação continuada de professores	78
8.2.4 Ação 4: Promover a participação da juventude na construção de políticas públicas...	78
8.3 LINHA DE AÇÃO 3: EDUCOMUNICAÇÃO	78
8.3.1 Ação 1: Aplicação da Educomunicação	78
8.4 LINHA DE AÇÃO 4: GESTÃO E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO	79
8.4.1 Ação 1: Criação da Política Municipal de Educação Ambiental	79
9. DIAGNÓSTICO SITUACIONAL ESTRATÉGICO	79

10. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	110
11. CRONOGRAMA PARA AÇÕES DE EA FORMAL E NÃO FORMAL – METAS E PRAZOS	120
12. RESPONSÁVEIS E FONTES DE RECURSO.....	120
13. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO	121
<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	<i>122</i>

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Rede de Educação Ambiental de Santos.

Figura 2: Área de Estudo da Pesquisa.

Figura 3: V Encontro da REABS - Rede de Educação Ambiental da Baixada Santista.

Figura 4: 1º Encontro de Educação Ambiental de Santos - "Caminhos para a construção da Política Municipal de EA".

Figura 5: Diagnóstico das forças identificadas.

Figura 6: Diagnóstico das oportunidades identificadas.

Figura 7: Diagnóstico das fraquezas identificadas.

Figura 8: Diagnóstico das ameaças identificadas.

Figura 9: Fórum de Educação Ambiental nos Parques

Figura 10: Programação do I Encontro do Fórum de EA nos Parques.

Figura 11: F.O.F.A - Aspectos Internos.

Figura 12: F.O.F.A - Aspectos Externos.

Figura 13: Programação do II Encontro do Fórum de Educação Ambiental nos Parques

Figura 14: Biomapa da Educação Ambiental no município

Figura 15: Programação do III Encontro do Fórum de Educação Ambiental nos Parques.

Figura 16: Programação do IV Encontro do Fórum de Educação Ambiental nos Parques.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Modelo de análise quantitativa do SWOT (F.O.F.A.)

Quadro 2: Modelo conceitual da matriz de análise SWOT (F.O.F.A.).

Quadro 3: Concepção de Educação Ambiental nos Discursos dos Gestores.

Quadro 4: Autorreflexão dos gestores.

Quadro 5: "Falas" que expressam a constituição de um grupo (continua).

Quadro 6: Propostas dos gestores para interação e conectividade.

Quadro 7: Histórico das Notas obtidas pelo Município de Santos no PMVA.

Quadro 8: Panorama Regional da Baixada Santista – alguns temas ambientais abordados pelos inscritos.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Matriz “F.O.F.A.” do Município de Santos construído em parceria com a sociedade.

Tabela 2: Matriz “FOFA” do Cenário da Educação Ambiental do Poder Público Municipal.

Tabela 3: Análise quantitativa do Cenário da EA no Município de Santos - 2018.

Tabela 4: Árvore dos Problemas

Tabela 5: Classificação do Biomapa.

Tabela 6: Locais de EA no município.

Tabela 7: Matriz Atualizada de EA no Município de Santos - 2019

Tabela 8: Planejamento de ações referentes aos cenários.

Tabela 9: Resultados da oficina Caminhos das Pedras.

Tabela 10: Estratégia.

Tabela 11: Estratégia: Promoção da participação.

Tabela 12: Estratégia: Formação Continuada de Educadores Ambientais (Formal, Não Formal e Informal).

Tabela 13: Estratégia: Educomunicação.

Tabela 14: Estratégia: Gestão e Planejamento da Educação Ambiental no município (Integração Política).

Tabela 15: Estratégia: Sociedades Sustentáveis.

Tabela 16: Estratégia: Educação Ambiental nas instituições de ensino.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Município de residência dos inscritos.

Gráfico 2: Município onde o inscrito atualmente trabalha.

Gráfico 3: Locais de ações de EA na RBMS pelos inscritos.

Gráfico 4: Público-alvo das ações de EA.

Gráfico 5: Panorama Regional da Baixada Santista - Principais ações de Educação Ambiental desenvolvidas pelos inscritos no evento.

Gráfico 6: Macrotendências de EA.

Gráfico 7: Ações de EA.

Gráfico 8: Representação de instituição.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AbE – Adaptação à mudança do clima baseada em ecossistemas

CEA – Coordenadoria de Educação Ambiental

CIEA – Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de São Paulo

CNE – Conselho Nacional de Educação

CIMEA – Comissão Interinstitucional Municipal de Educação Ambiental de Santos

CISEA – Comissão Intersectorial Municipal DE Educação Ambiental de Santos

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CODEVIDA - Coordenadoria de Proteção à Vida Animal

CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos

CTEAD (CBH-BS) – Câmara Técnica de Educação Ambiental e Divulgação do Comitê de Bacias Hidrográficas – Baixada Santista

EA – Educação Ambiental

ENCEA – Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação

FEPAR – Fundo Especial para Desenvolvimento dos Parques

FMPRMA – Fundo Municipal de Preservação e Recuperação Meio Ambiente de Santos

FOFA – Forças, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças

FunBEA - Fundo Brasileiro de Educação Ambiental

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IEC – Informação, Educação e Comunicação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

MMA – Ministério do Meio Ambiente

ONG – Organização não governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDR – Programa de Participação Direta nos Resultados

PEAAF – Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar

PEEA – Política Estadual de Educação Ambiental

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente

PMS – Prefeitura Municipal de Santos

PMVA – Programa Município VerdeAzul

ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental

ProMEA – Programa Municipal de Educação Ambiental

REAS – Rede de Educação Ambiental de Santos

REABS - Rede de Educação Ambiental da Baixada Santista

REBEA – Rede Brasileira de Educação Ambiental

REPEA – Rede Paulista de Educação Ambiental

SECOT – Seção de Ecoturismo

SEDAM – Seção de Educação Ambiental do Jardim Botânico Chico Mendes

SEDUC – Secretaria Municipal de Educação

SEPROAM – Seção de Programas Ambientais

SEPROJE – Seção de Projetos Especiais

SEPROVIDA – Seção de Programas de Defesa da Vida Animal

SEMAM – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SETUR – Secretaria Municipal de Turismo

SIBEA – Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental

SIG Santos – Sistema de Informações Geográficas de Santos

SIMA – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente

SMA – Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

RMBS – Região Metropolitana da Baixada Santista

SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*

TEASS – Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

UC – Unidades de Conservação

UEA – AQ – Unidade de Educação Ambiental do Aquário de Santos

UEA – ORQ - Unidade de Educação Ambiental do Parque Zoobotânico Orquidário Municipal de Santos

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

PALAVRAS DO SECRETÁRIO

A Prefeitura de Santos, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, apresenta o Programa Municipal de Educação Ambiental – ProMEA Santos, em consonância aos seus objetivos de proteger o meio ambiente urbano e natural e de elaborar e realizar políticas públicas para a área ambiental.

O documento atende aos princípios da Política Nacional do Meio Ambiente, por implementar a Educação Ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente, visando a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida.

O ProMEA Santos foi construído coletivamente com a participação da sociedade civil em torno dos debates, sob coordenação das Secretarias de Meio Ambiente e de Educação e, orientação dos educadores ambientais e instituições que compõem a Comissão de Educação Ambiental da Prefeitura de Santos (CISEA) e a Comissão Interinstitucional Municipal de Educação Ambiental (CIMEA), tendo sido submetido à consulta pública para recebimento de comentários e sugestões do público por um período de 30 dias para a consolidação do texto final, apresentada nesta segunda edição do ProMEA Santos.

Esperamos com ele contribuir para iniciativas que partam do local para o global, identificando novas ações para se repensar e planejar o futuro em direção às sociedades sustentáveis, considerando as dimensões ambiental, social, econômica e política.

MARCIO GONÇALVES PAULO
Secretário de Meio Ambiente

APRESENTAÇÃO

O Programa Municipal de Educação Ambiental de Santos – ProMEA Santos é um dos instrumentos de gestão democrática participativa e integrada para a institucionalização da Educação Ambiental na cidade, objetivando debater a atual crise civilizatória, com a participação ativa e a mobilização da população em torno de iniciativas que partam do local para o global, identificando novas ações para se repensar e planejar o futuro em direção à sustentabilidade, considerando as dimensões ambiental, social, econômica e política.

A presente versão foi construída através de um processo formativo para a integração entre a teoria e a prática, a academia e a gestão, o poder público e a sociedade, fomentando o diálogo e a cooperação entre todos os atores da Educação Ambiental de Santos, no seu planejamento e execução que perpassasse as administrações e que represente os anseios reais da população, contemplando a educação formal e a não-formal de forma permanente, continuada, articulada, contribuindo para a criação e institucionalização das políticas públicas locais.

Este documento passa a integrar a gestão pública, em acordo aos demais instrumentos de Educação Ambiental, permeando entre diversas estruturas e colegiados, do todo para o indivíduo, objetivando mobilizar a sociedade em torno da Educação Ambiental, de forma a torná-la cada vez mais presente no cotidiano dos cidadãos santistas.

MARCOS LIBÓRIO
Ex- secretário de Meio Ambiente

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental não objetiva resolver problemas, mas tão somente ampliar a consciência de toda uma comunidade para, por meio de valores e atitudes, encontrar caminhos para ação. Por esse motivo, não há como qualquer município almejar a solução de seus problemas socioambientais sem tomar como ponto inicial, a implementação de uma sólida política nessa direção, definindo participantes, parceiros, apoiadores e responsáveis, estratégias, metas e compromissos bem claros para a transformação de toda uma forma de conceber a vida em comunidade.

Apesar dessa evidente necessidade, ainda são poucos os municípios brasileiros que tomaram para si a responsabilidade de coordenar os passos a serem dados localmente no sentido de incorporar as sugestões já apontadas em documentos nacionais e internacionais, especialmente o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, e o Programa Nacional de Educação Ambiental.

Por esse motivo, a iniciativa de Santos de criar e aprovar sua Política Municipal de Educação Ambiental deve ser comemorada como mais uma dessas ações pioneiras que consolidarão um destino mais sustentável para os cidadãos do futuro.

Entender que a Sustentabilidade, mais do que uma pauta temática, é uma diretriz agregadora de todas as ações de gestão de um município é o fundamento primordial para o encaminhamento de decisões sistêmicas e integradas que permitirão a resolução dos problemas a partir da eliminação e transformação de suas causas, e não apenas a mitigação de seus efeitos.

Aliada a um processo mais amplo de fortalecimento de uma educação capaz de formar um cidadão mais crítico e participativo, o Programa Municipal de Educação Ambiental de Santos permitirá a compreensão de que apenas o fortalecimento das ações coletivas, considerando deveres e direitos, é capaz de gerar transformações de processos que têm se mostrado ineficientes e insustentáveis.

Com a aprovação deste documento, Santos se alia aos maiores esforços mundiais para construção de sociedades mais justas, equitativas, sustentáveis e prósperas. Parabéns ao povo santista!

PROF. DR. ZYSMAN NEIMAN
Universidade Federal de São Paulo

CAPÍTULO I – MARCO CONCEITUAL

1. EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE

A Educação Ambiental (EA) tem sido requerida no enfrentamento da crise civilizatória planetária relacionadas aos fatores socioambientais (meios socioeconômico, biótico e abiótico), sendo importante seu desenvolvimento sob o enfoque crítico, dialógico e emancipatório para servir aos processos de transformação da sociedade como causa e consequência da transformação de cada indivíduo (GUIMARÃES, 2004; GIL, 2005; TRIVIÑOS, 2007).

Há necessidade de articulação em torno de iniciativas que partam do local para o global, identificando novas ações para se repensar e planejar o futuro na elaboração de políticas públicas ambientais estratégicas em direção à sustentabilidade, considerando as peculiaridades e particularidades do Município de Santos e da Região Metropolitana da Baixada Santista (RBMS), na qual está inserido, que dialoguem tanto com outras políticas públicas municipais, estaduais e nacionais quanto com os objetivos globais retratados no Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Diante dos desafios, torna-se necessário a reestruturação do arranjo institucional, aliado a boa governabilidade, dependendo não apenas da existência de um sistema de planejamento e gestão, mas também de mudanças políticas, envolvimento dos atores interessados e das formas de governança estabelecidas no território (NOGUEIRA; CLARO, 2012).

2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Um dos desafios para uma Educação Ambiental Crítica, Pedagógica e Reflexiva parece ser a maior politização dos discursos formativos, bem como partilhar de um projeto político emancipatório, que permita uma reconstrução do mundo incluindo o mundo inteiro e os estilos de vida pessoal, evocando uma transformação não apenas política, mas da política (CARVALHO, 2005; GUTIÉRREZ-PÉREZ, 2005).

Assim sendo, a EA não pode mais ser considerada como algo à parte da dinâmica social, sob o risco de ocorrerem ações pouco críticas da realidade, mesmo que bem-intencionadas, resultando em posturas politicamente conservadoras. Assumindo um caráter também político, passa a ser um instrumento de transformação social, contextualizando-se na realidade socioambiental (GUIMARÃES, 2004).

Politizar a questão e a Educação Ambientais significa reconhecer o meio ambiente como a base de sustentação para as sociedades humanas e não humanas, bem como incorporar a participação social como uma prática objetiva que transforma a consciência cidadã em ação social ou cidadania participativa (LIMA, 2011).

Desta forma, as políticas públicas em EA devem ser um processo dialético e partilhado do Estado e da sociedade civil, com objetivos ancorados nas dimensões subjetiva e intersubjetiva da vida e práticas voltadas para a inclusão e a participação, com o necessário apoio para sua efetivação, consolidação, ampliação local e para sua ressonância, multiplicação e intercâmbio (SORRENTINO, 2005; SORRENTINO, 2011; ANDRADE; SORRENTINO, 2013).

Propor a EA como política estruturante significa partir de processos formadores que vão da pedagogia à política pública, havendo a necessidade de diálogo multissetorial, de políticas públicas compartilhadas e, principalmente, do fortalecimento e inclusão das forças que estão na sociedade, das forças instituintes e sua pulsividade, para o desafio, central e cotidiano, de educar-se ambientalmente toda a coletividade (BIASOLI; SORRENTINO, 2018).

Os educadores ambientais devem integrar-se aos movimentos políticos e sociais no enfrentamento destes desafios, abordando questões emergentes com relação à segurança climática e acidentes ambientais, entre outros, contribuindo nesse processo de diálogo permanente, estimulado pelas políticas públicas de EA (LUZZI, 2005; ANDRADE *et al.*, 2012; OTERO; NEIMAN, 2015).

No Brasil, há um histórico de institucionalização da EA por meio de leis e programas em níveis federal, estadual e municipal, que apesar de independentes, são articulados em algum grau e tem alto potencial para promover o fortalecimento um do outro, sendo o município a instituição mais próxima da população. Assim, a base institucional ambiental possibilita o envolvimento de mais pessoas na direção da sustentabilidade (OLIVEIRA *et al.*, 2015).

Desde o século XIX, já existiam legislações que disciplinavam o meio ambiente e os problemas que afetavam a saúde pública eram tratados por médicos e inspetores. Após o advento do Brasil República, tais medidas demandavam a estruturação de órgãos próprios e com o passar do tempo e os problemas ambientais agravados, o poder público começou a se estruturar e modernas legislações passaram a surgir (RIVELLI, 2005).

A própria crença generalizada na sociedade brasileira sobre o papel da educação para a superação dos problemas ambientais estimulou a participação dos educadores no enfrentamento da crise ambiental, somando-se a essa demanda a própria institucionalização da EA pelo poder público (GUIMARÃES, 2004).

De acordo com Pelicioni (2005), no Brasil, a influência do “Tratado de Tbilisi”, se fez presente na Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei n.º 6938/81 (BRASIL, 1981), que enunciou como um dos seus princípios para a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, a EA a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Porém, do ponto de vista legal, no Brasil, a EA foi reconhecida oficialmente a partir da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), quando no Inciso VI do artigo 225, se delegou ao poder público, a incumbência da promoção da EA em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Documentos como a “Agenda - 21” e o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASS)”, explicitaram a necessidade de reorientar a educação na direção do desenvolvimento sustentável, impulsionando a EA no Brasil (PELICIONI, 2005). De fato, sob essa perspectiva, não se contestava o modelo de desenvolvimento econômico do país.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9394/96 (BRASIL, 1996), direcionou os conteúdos curriculares da EA. Desta forma, o Ministério da Educação (MEC) elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1997a, 1997b, 1988), em que o meio ambiente é apresentado como tema transversal para todo o currículo escolar, em uma abordagem interdisciplinar (GUIMARÃES, 2004).

Guimarães (2004) salienta que os Ministérios do Meio Ambiente, da Educação, de Ciência e Tecnologia e o Ministério da Cultura apresentaram, conjuntamente, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), visando intensificar a implementação da EA na sociedade nacional. A última versão do referido documento foi atualizada em 2018.

Em 1997, eventos ocorridos no Brasil, como o IV Fórum de Educação Ambiental, o I Encontro de Redes de Educadores Ambientais e a I Conferência de Educação Ambiental, proporcionaram o intercâmbio de experiências e a elaboração de um documento, concernente às reflexões e contribuições dos brasileiros para os rumos da sustentabilidade, que foi

encaminhado para a Conferência Internacional de Thessaloniki, ocorrida no mesmo ano (PELICIONI, 2005).

A Lei nº 9795/99 (BRASIL, 1999), instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), determinando, entre outros, que a EA fosse um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal, excluindo sua implantação como disciplina específica, com exceção dos cursos de pós-graduação. Deve ser executada de forma compartilhada pelo Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), Educação, Sociedade, Organizações não governamentais (ONG) sob coordenação dos Ministérios do Meio Ambiente e do Ministério da Educação.

Nesta lei, posteriormente regulamentada por um decreto, a EA foi conceituada como processo, onde indivíduo e coletividade constroem conhecimentos, habilidades, atitudes e valores sociais, voltados para a conservação do meio ambiente.

Assim sendo, é notório que entre as Conferências sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, denominadas “Rio-92” e a “Rio+20”, houve a emergência e a consolidação de várias práticas sociais e de políticas públicas que favoreceram o desenvolvimento da EA, que vem influenciando o pensamento e a vida dos brasileiros, e deve seguir adiante a tarefa mais difícil dos educadores ambientais: sua própria superação, enquanto agente transformador da sociedade (OTERO; NEIMAN, 2015).

No Estado de São Paulo, os princípios e objetivos da EA foram norteados pela Lei nº 12780/2007 (SÃO PAULO, 2007), que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA), regulamentada posteriormente por decreto que incluiu o Programa Estadual de Educação Ambiental.

O órgão responsável, em São Paulo, por coordenar a execução da PEEA e do Programa Estadual de Educação Ambiental é a Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA) da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado (SIMA) (PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019).

O poder executivo municipal tem um papel essencial na promoção da cooperação entre todos os educadores, objetivando criar sinergia entre as ações, projetos e programas de EA, bem como estabelecer políticas públicas, de estado e da sociedade, continuadas e integradas (BIASOLI; SORRENTINO, 2015). Desta forma, é possível determinar as questões ambientais prioritárias.

Para tanto, conta com as orientações da PNEA e do ProNEA, que assume quatro diretrizes do MMA, para assegurar no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade - ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política - ao desenvolvimento do País, resultando em melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições ao longo prazo:

- Transversalidade – diálogo entre as políticas setoriais ambientais, educativas, econômicas, sociais e de infraestrutura, que deve ser expandido para demais esferas de governo e sociedade.
- Fortalecimento do Sisnama – PNEA deve ser executada através da descentralização de suas diretrizes com MMA e MEC em sinergia com as demais políticas federais, estaduais e municipais de governo;
- Sustentabilidade - orientação de agentes públicos e privados para a reflexão e construção de alternativas que almejem a Sustentabilidade;
- Participação e controle social - geração e disponibilização de informações que permitam a participação social na discussão, formulação, implementação, fiscalização e avaliação das políticas ambientais voltadas à construção de valores culturais comprometidos com a qualidade ambiental e a justiça social; e de apoio à sociedade na busca de um modelo socioeconômico sustentável.

Buscam implementar políticas públicas orientadas ao enraizamento da EA para mudanças culturais em todo o país, à potencialização de atores locais como educadores ambientais e ao exercício cotidiano de coerência entre o que se propõe e o que se faz, implementando três linhas de ação para o enraizamento da EA por meio de políticas públicas:

- Gestão e Planejamento da EA no País;
- Formação de Educadores e Educadores Ambientais;
- Comunicação para EA.

Ademais, o ProNEA 2018 apresenta textos e documentos inerentes, além de instrumentos legais e normativos, que orientam a implementação da PNEA, inclusive:

- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 - dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;

- Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 - regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;
- Resolução do CNE nº2, de 15 de junho de 2012 - Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação/CNE - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Resolução Conama nº 422, de 23 de março de 2010 - Ministério do Meio Ambiente – Conselho Nacional do Meio Ambiente/Conama - Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, conforme Lei nº9.795, de 27 de abril de 1999, e dá outras providências;
- Resolução CNRH nº 98, de 26 de março de 2009 - Ministério do Meio Ambiente – Conselho Nacional de Recursos Hídricos/CNRH - Estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- Recomendação Conama nº11, de 04 de maio de 2011- Ministério do Meio Ambiente – Conselho Nacional do Meio Ambiente/Conama - Recomenda diretrizes para a implantação, funcionamento e melhoria da organização dos Centros de Educação Ambiental-CEA, e dá outras orientações;
- Recomendação Conama nº12, de 08 de junho de 2011 - Ministério do Meio Ambiente – Conselho Nacional do Meio Ambiente/Conama - Recomenda a adoção de práticas sustentáveis no âmbito da Administração Pública;
- Recomendação Conama nº14, de 26 de abril de 2012 - Ministério do Meio Ambiente – Conselho Nacional do Meio Ambiente/Conama - Recomenda a adoção da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação – Encea;
- Instrução Normativa Ibama nº2, de março de 2012 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/Ibama - Estabelece as bases técnicas para programas de Educação Ambiental apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama;

- Portaria MMA N°169, de maio de 2012 – Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar – PEAAF;
- Portaria MMA N° 132, de 27 de abril de 2009 – Cisea - Comissão Intersectorial de Educação Ambiental (Cisea), com a finalidade de fortalecer, articular e integrar as ações de EA não-formal desenvolvidas pelo Ministério do Meio Ambiente, visando minimizar esforços e recursos, além de otimizar sua execução;
- A Carta da Terra - Documento idealizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1987 para defender os interesses sustentáveis, a paz e a justiça socioeconômica que recebe apoio de milhares de organizações do mundo todo.

3. DESAFIOS LOCAIS

A cidade de Santos tem aproximadamente 281 km², com distinção física clara entre duas áreas, uma insular e outra continental. Na área insular habita cerca de 99 % da população, tendo uma densidade demográfica de 1.495 habitantes/km², fortemente influenciada pela maritimidade, onde a maior parte da área urbana não ultrapassa altitudes em torno de 8 metros, e a porção de morros, de menor superfície, fica limitada a cotas de 200 metros. Já a área continental é formada principalmente pelas escarpas da Serra do Mar, que atualmente se erguem a mais de 1.200 metros acima do nível do mar, e que foi formada no período Cenozóico devido a movimentos tectônicos de movimentação vertical, decorrentes da tectônica de placas. Seu território está sujeito a fluxos de vento oceano-continente, através de uma baía que fornece parcial abrigo ao mar aberto, estando em sua totalidade na planície litorânea. O complexo estuarino que separa suas áreas insular e continental recebe a contribuição de afluentes cujas nascentes majoritariamente encontram-se nos contrafortes da Serra do Mar, sendo destino de sedimentos carreados por essa bacia hidrográfica. Sua porção continental, maior parte do território municipal, é habitada por cerca de 1 % da população. Aproximadamente 70 % dessa área está dentro do Parque Estadual da Serra do Mar, sendo fortemente influenciada pela proximidade desse maciço rochoso e de sua ampla cobertura florestal do bioma da Mata Atlântica. Essa conformação geográfica a configura como uma das regiões com maior índice pluviométrico do país e de grande riqueza quanto à biodiversidade (SANTOS, 2019).

O município teve seu crescimento histórico fundamentado no complexo portuário, com base na exportação do café, afluxo de imigrantes e desenvolvimento do comércio. Hoje

o Porto de Santos é um dos maiores e mais importantes da América do Sul, movimentando cargas dos mais variados tipos e origens, sendo responsável por cerca de 40% do movimento nacional de contêineres (OLIVEIRA; FONTES; PINHEIRO, 2008).

Em recente estudo denominado Caracterização dos Fatores Ambientais e Sociais da RMBS (PETROBRAS, 2019), foram levantados como componentes sensíveis e valorizados receptores dos impactos ambientais de grandes empreendimentos que nela incidem, fatores ambientais e sociais da região relacionados a emprego, população, produto interno bruto (PIB), habitação, mobilidade urbana, vegetação costeira, águas superficiais interiores, qualidade das águas costeiras e estuarinas, que devem ser considerados entre os temas que mais necessitam de atenção na elaboração de políticas públicas ambientais municipais, uma vez que Santos representa 24% da população da RMBS, sendo o município mais populoso, com aproximadamente 432.000 habitantes em 2019, com mais de 98% da população residindo em área urbana. Santos aparece como a maior economia da região em 2016, com cerca de 34% do produto econômico total.

Ainda, como importante instrumento de análise, cita-se o “Resumo Executivo de Santos” que traz a síntese do “Diagnóstico Urbano Socioambiental Participativo do Município de Santos” elaborado, em 2012, através do Projeto Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social, proposto pelo Instituto Pólis e apoiado pela Petrobrás (PORTAL DO LITORAL SUSTENTÁVEL, 2016).

O estudo supracitado menciona como importantes áreas verdes, o Jardim Botânico Chico Mendes e o Parque Zoobotânico Orquidário de Santos. Faz menção ainda à visão da população santista que traduz um desejo de se alcançar a sustentabilidade, envolvendo as mais variadas esferas do seu cotidiano, além de haver a percepção de que o desafio de se pensar o desenvolvimento passa, necessariamente, pela compreensão e pela resolução de problemas que são antes metropolitanos. O desenvolvimento do turismo com bases sustentáveis surge como alternativa com maior potencial de inclusão social. Entre os principais desafios citados, ao desenvolvimento da política urbana do município, encontram-se o planejamento da expansão do território, a implantação de grandes obras de infraestrutura, o enfrentamento das desigualdades intraurbanas, o planejamento e gestão em escala metropolitana e o aprimoramento dos mecanismos de gestão participativa.

Em estudo realizado por Santana (2018), realizado com alunos da 1º série do Ensino Médio da Escola Estadual Marques de São Vicente – Santos/São Paulo, apontou que dos 125

alunos estudados, 79% apresentavam uma representação naturalista de meio ambiente ao iniciarem o ano letivo. Destes alunos, 78% são oriundos do município de Santos e distribuídos pelos bairros do Gonzaga, Campo Grande, Marapé, José Menino, Morro do José Menino e outros bairros do município. Segundo autor (SANTANA, 2018), o assunto meio ambiente não é tratado de forma integrada por diversas disciplinas, ao longo de toda a formação do indivíduo. Sendo assim, se a EA não é introduzida na Educação Básica como uma teia de inter-relações que incluem os seres humanos coexistindo com o ambiente, as visões ingênuas ou naturalistas sobre as questões ambientais podem perdurar até a fase adulta. Ele conclui que, a crescente urbanização da cidade, que distancia crianças e jovens de ambientes harmoniosos, associada às ingenuidades presentes em projetos de EA podem levar uma sociedade inteira e suas futuras gerações a acreditarem que o meio ambiente pertence aos animais e as árvores e que a relação homem/ambiente não existe.

Dessa forma, busca-se para o Município de Santos, respostas a esses desafios para a construção de sociedades sustentáveis que beneficiem a todos os habitantes e elementos com os quais compartilhamos o planeta, cabendo despertar em cada indivíduo o sentido de “pertencimento”, participação, mobilização e responsabilidade na busca de respostas locais, regionais e globais na conversa sobre o futuro, sobre nosso futuro neste planeta (GUIMARÃES, 2004; SORRENTINO, 2011).

Para Guimarães (2004), as redes de EA têm um importante papel neste processo para a organização das pessoas e instituições de forma igualitária e democrática, em torno de um objetivo comum, objetivando a construção de um ambiente educativo como um movimento coletivo, fomentando a institucionalização de ações, projetos e programas de EA, daí a importância do diálogo entre o poder público e outros colegiados como a Rede de Educação Ambiental de Santos (REAS); a Rede de Educação Ambiental da Baixada Santista (REABS), a Rede Paulista de Educação Ambiental (REPEA), a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA), a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) do Governo do Estado de São Paulo, a Câmara Técnica de Educação Ambiental do Comitê de Bacia Hidrográfica da Baixada Santista (CTEAD CBH BS), o Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA), bem como instituições que tenham como premissa a promoção de ações pedagógicas vivenciadas com sentimento de pertencimento, valores cooperativos e solidários e práticas transformadoras.



REDE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE SANTOS

Constituída em 17 de junho de 2011

CARTA DE PRINCÍPIOS

Pessoas e instituições do Município de Santos, fomentadores e dinamizadores de ambientes educativos interconectados com outros espaços, em que movimentos semelhantes estejam também em elaboração, constituindo uma estrutura de rede, igualitária e democrática, em torno de objetivos comuns, entre eles:

- Mapeamento de Ações de Educação Ambiental
- Interação e conectividade entre os Educadores Ambientais
- Institucionalização das Políticas Públicas de Educação Ambiental

Documentos Base para a construção coletiva do Plano e da Política Municipal de Educação Ambiental do Município de Santos

- Políticas e Programas Nacionais e Estaduais de Educação Ambiental;
- Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global;
- Orientações pedagógicas – Educação Ambiental, construído em 2008, pelas Secretarias de Educação e de Meio Ambiente da Prefeitura de Santos.

Figura 1: Rede de Educação Ambiental de Santos.

CAPÍTULO II - MARCO SITUACIONAL

1. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE SANTOS

Em 2016, foi idealizado e implementado o “Projeto Conexão”, acompanhado através de um processo administrativo sob n.º 39762/2016-55, com a proposta da formação de um grupo que correspondesse aos líderes das equipes de EA do poder público municipal,

ou seja, o chefe imediato ou gestor de cada uma das unidades da Prefeitura de Santos, que tem por competência desenvolver atividades de EA, quais sejam: Seção de Ecoturismo da Secretaria de Turismo - SETUR; Seção de Programas Ambientais, Seção de Estudos e Programas de Proteção à Vida Animal, Unidade de Educação Ambiental do Aquário de Santos, Unidade de Educação Ambiental do Parque Zoobotânico Orquidário Municipal de Santos, Seção de Educação Ambiental do Jardim Botânico Chico Mendes, todos da Secretaria de Meio Ambiente -SEMAM; Setor de Informação, Educação e Comunicação da Secretaria Municipal da Saúde - SMS; Eixo Educação para a Sustentabilidade do Núcleo do Programa Escola Total, da Secretaria da Educação - SEDUC (BRITO; NEIMAN; CHOUERI, 2018).

Num primeiro diagnóstico, foi constatada a ausência de uma estrutura organizacional que favorecesse o diálogo entre os gestores e uma situação de desenvolvimento de ações fragmentadas, com ausência de um plano e de uma Política Municipal de Educação Ambiental, que norteassem ações conjuntas.

Sob essa hipótese, o projeto culminou na apresentação de uma pesquisa científica de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Análise Ambiental Integrada da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) realizado por Claudia Cristiane Giglio Brito, analista ambiental da SEMAM, sob a orientação do Prof.º Dr. Zysman Neiman e Prof. Dr.º Rodrigo Brasil Choueri.

1.1 PESQUISA ACADÊMICA

A dissertação “Estabelecendo a conexão entre os gestores das unidades de Educação Ambiental (EA) da Prefeitura de Santos” (BRITO, 2017) teve como objetivo principal: propor o estabelecimento da interação e da conectividade entre os gestores responsáveis por atividades de EA implementadas pelo Poder Público Municipal, tendo como universo da pesquisa, a área de estudo e os sujeitos da pesquisa, conforme figura 2.

pelas ações de EA implementadas pelo poder público, para a realização de um diagnóstico das unidades de EA da Prefeitura de Santos, no que diz respeito ao perfil organizacional, a seus gestores e aos trabalhos desenvolvidos.

Além disso, realizou-se uma pesquisa participativa, que permitiu desenvolver o estudo sob a ótica da pesquisa-ação, por meio de encontros mensais possibilitando o estabelecimento de espaços para diálogos em cada uma das unidades de EA da Prefeitura de Santos, objetivando a construção coletiva do cenário encontrado no local, a partir da ferramenta técnica participativa derivada da palavra americana SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats, que corresponde ao levantamento de aspectos impulsores e restritivos elencados em uma matriz de Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (F.O.F.A.), objetivando a realização de um diagnóstico e de um planejamento estratégico participativo (DRUMOND; GIOVANETTI; GUIMARÃES, 2009).

Adotou-se, para padronização das ações, as Forças e Fraquezas como elementos internos, que estão sob a responsabilidade de quem planeja e as Oportunidades e Ameaças como elementos externos, que fogem à responsabilidade do grupo que planeja; elementos estes que impulsionam ou dificultam as ações desenvolvidas relacionadas à EA, objetivando a construção coletiva de um cenário de cada unidade estudada, viabilizando o planejamento de ações estratégicas futuras.

Os conteúdos de referência utilizados para fomentar a reflexão e a discussão do assunto giraram em torno dos seguintes questionamentos:

- Políticas públicas de EA;
- Instituições que desenvolvem as ações de EA;
- Local onde tais ações são desenvolvidas;
- Quais as ações que são desenvolvidas;
- Público alvo;
- Outros fatores.

Na matriz, conforme quadro 1, elementos qualitativos apontados são elencados, a partir de diferentes percepções do grupo e também de conteúdos de referência para fomentar a reflexão e a discussão no grupo. Na mesma matriz, são enumerados possibilitando uma análise também quantitativa.

ASPECTOS IMPULSORES	AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO
	FORÇAS	OPORTUNIDADES
ASPECTOS RESTRITIVOS	FRAQUEZAS	AMEAÇAS
	ANÁLISE QUANTITATIVA	
NÚMERO DE ASPECTOS IMPULSORES		
Ambiente Interno: Forças		
Ambiente Externo: Oportunidades		
Total de aspectos impulsores:		
NÚMERO DE ASPECTOS RESTRITIVOS		
Ambiente Interno: Fraquezas		
Ambiente Externo: Ameaças		
Total de aspectos restritivos:		

Quadro 1: Modelo de análise quantitativa do SWOT (F.O.F.A.)

O diagnóstico do cenário é obtido a partir da combinação dos dois elementos preponderantes, sendo um do ambiente externo e um do ambiente interno da matriz F.O.F.A., conforme quadro 2.

			Ambiente interno	
			Predominância de	
			Pontes fracos	Pontes fortes
Am	Pre	Am	Sobrevivência	Manutenção

biente externo	dominância de	eaças		
		Oportunidades	Crescimento	Desenvolvimento

Quadro 2: Modelo conceitual da matriz de análise SWOT (F.O.F.A).

Para uma análise situacional estratégica, estratégias poderão ser traçadas, a partir da **Matriz F.O.F.A. Cruzada**, analisando-se o que pode ser feito para aprimorar o cenário encontrado, conforme segue:

- Em um Cenário de Desenvolvimento, onde prevalecem as Forças e Oportunidades, a estratégia será ofensiva ou de ataque. Nesse caso deve-se cruzar cada força com cada oportunidade, investindo em melhorias do que já é bom.
- Em um Cenário de Manutenção, onde prevalecem as Forças e Ameaças, a estratégia será de confronto. Nesse caso deve-se cruzar cada força com cada ameaça, tirando o maior proveito das forças para afastar as ameaças.
- Em um Cenário de Crescimento, onde prevalecem as Fraquezas e Oportunidades, a estratégia será de reforço. Nesse caso deve-se cruzar cada fraqueza com cada oportunidade, reforçando as fraquezas para que elas não venham a atrapalhar. É uma estratégia para tirar vantagem das fraquezas, tentando torná-las fortalezas.
- Em um Cenário de Sobrevivência, onde prevalecem as Fraquezas e Ameaças, a estratégia será de defesa. Nesse caso deve-se cruzar cada fraqueza com cada ameaça, analisando-se as situações vulneráveis para diminuir seus impactos.

Ainda outras estratégias poderão ser traçadas para ressaltar os pontos fortes, indicando quais fraquezas que devem melhorar, aproveitando ao máximo as oportunidades e minimizando as ameaças, através de um planejamento estratégico de ações futuras, que possibilita, de acordo com Drummond (2009), a elaboração de uma matriz ou um plano de ações participativo, nos quais, visando o detalhamento das atividades e à divisão de responsabilidades, podem ser feitas quatro perguntas básicas: O que fazer para solucionar um

problema ou potencializar um ponto positivo detectado? Como fazer? Quem vai fazer? Quando fazer?

Gerir todos os fatores internos e externos permitirá integrar e conectar as ações de Educação Ambiental, favorecendo a tomada de decisões estratégicas.

1.1.1 CENÁRIOS CONSTRUÍDOS

Os Perfis das Unidades de EA da Prefeitura de Santos construídos coletivamente retrataram os cenários de cada local em 2016, tendo sido entregues a cada gestor e mantidos como anexos da dissertação.

1.1.2 SÍNTESE DE TODOS OS CENÁRIOS CONSTRUÍDOS

Em todos os retratos construídos à época da realidade de cada Unidade de Educação Ambiental predominaram as forças impulsoras em relação às forças restritivas, face à quantidade de forças e oportunidades detectadas.

Quatro cenários corresponderam à Manutenção (Unidades de Educação Ambiental do Aquário, do Orquidário, Seção de Estudos e Programas de Proteção à Vida Animal e IEC), que devem obter o benefício dos pontos fortes para minimizar os efeitos das ameaças detectadas e, quatro cenários corresponderam ao Desenvolvimento (Seção de Programas Ambientais, Unidade de Educação Ambiental do Jardim Botânico, Ecoturismo e Eixo Sustentabilidade do Núcleo Escola Total), que devem obter o melhor benefício dos pontos fortes para aproveitar ao máximo as oportunidades detectadas.

Todas as Unidades de EA fixas, consideradas como Centros ou Espaços de EA requerem Projetos Políticos Pedagógicos (PPP). Destas unidades fixas, um pertence à Secretaria da Educação, que é um dos Núcleos do Programa Escola Total, e as outras três, pertencem à Secretaria de Meio Ambiente, que são os parques municipais: Aquário de Santos, Jardim Botânico Chico Mendes, Parque Zoobotânico Orquidário Municipal de Santos.

Para as unidades itinerantes de EA devem ser observadas, na elaboração dos documentos e atividades em geral, as diretrizes existentes no PNEA, que direcionam todas as ações e programas de EA.

Entre as fraquezas (fatores negativos internos) apontadas prevaleceram a ausência da implementação das políticas públicas de Educação Ambiental, como documentos orientadores da elaboração de PPP, de planejamento e da realização de campanhas/ações/projetos dessa temática, bem como das próprias orientações pedagógicas.

de EA do Município de Santos; a adoção parcial de práticas sustentáveis na administração pública; a ausência de participação efetiva em fóruns de EA como redes, conselhos e câmaras técnicas e ausência de desenvolvimento de projetos de pesquisa.

Entre as ameaças (fatores negativos externos) levantadas prevaleceram a carência de recursos humanos, financeiros e materiais; equipes rotativas; falta de apoio de meios de comunicação de massa como a televisão; ausência de centros de referência em EA com construções sustentáveis e tecnologias limpas, que atendam as diretrizes para Centros de Educação Ambiental; alta demanda; questões burocráticas e de segurança; inconstância política e ausência de um Plano Municipal de Educação Ambiental.

Entre as forças (fatores positivos internos) citadas prevaleceram o empenho do gestor e da equipe (quando existente); reuniões realizadas; formação dos educadores; elaboração, organização e controle das atividades realizadas; abordagem crítica nas ações educativas; integração em ações educativas; atendimento a demanda e objetivos do setor.

Entre as oportunidades (fatores positivos externos) apontados prevaleceram o estabelecimento de parcerias e o apoio de outras secretarias para o desenvolvimento das atividades e para a publicidade em Diário Oficial; a possibilidade de captação de recursos externos para o desenvolvimento de projetos; divulgação dos trabalhos em redes sociais e a utilização de equipamentos públicos.

1.1.3 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS DISCURSOS DOS GESTORES

Em relação às tendências de EA percebidas nos discursos desses gestores, considerando como referenciais teóricos as macrotendências, que convivem e disputam a hegemonia do campo de EA no Brasil: conservadora, pragmática e crítica, apresentadas na tipologia de Silva (2007), verificaram-se, conforme pode ser observado no Quadro 11, que as concepções pragmáticas e críticas predominaram em relação à concepção conservadora, fato este que corroborou, mesmo com a escassez de pesquisas quanto às hegemonias discursivas na EA, com a constatação feita por Layrargues e Lima (2014), de que a EA Crítica cresceu significativamente na última década, notadamente no âmbito acadêmico, e tem mostrado grande vitalidade para sair da condição de contra hegemonia e ocupar um lugar central no campo, atualmente ocupado pela macrotendência pragmática. Sabe-se que as forças críticas conquistaram um espaço significativo no interior do campo, mas essas forças são

constantemente erodidas pelo pragmatismo dominante que tende a converter e a deslocar as intenções educativas ao sentido pragmático do mercado.

Unidade de EA	Frase	Concepção da Educação Ambiental retratada
SECOT	“(…) a gente trabalha em áreas verdes e que a gente procura não utilizar o espaço das áreas verdes como uma forma de lazer, mas a gente utiliza esses espaços de uma forma provocativa, de uma forma da gente sensibilizar as pessoas, de conscientizar, através daquele cenário, através da interpretação ambiental, o papel dessa pessoa dentro desse espaço (…)”.	Pragmática
SEPROAM	“(…) Ela faz parte de um processo em que a intervenção, ela tem que proporcionar mudança de comportamento, a partir das mudanças do pensamento crítico da pessoa (…)”.	Crítica
SEPROVIDA	“(…) Educação Ambiental, primeiramente pra mim, pra que ela exista, é eliminação de especismo e o respeito a todas as formas de vida. Enquanto a gente não tiver isso implantado na nossa cultura, eu não acho que exista Educação Ambiental (…)”.	Crítica
IEC	“(…) as pessoas, a gente no caso, tem que estar passando sempre informações que façam com que as pessoas se esclareçam, que mudem de postura, que se conscientizem em prol de um ambiente mais equilibrado (…)”.	Pragmática
UEA-AQ	“(…) Então a gente aprende a retirar o que a gente precisa da natureza e a devolver o que ela precisa da gente que é o cuidado, que é a preservação, que nós somos mantenedores desse meio (…)”.	Pragmática
UEA-ORQ	“(…) no caso, das Unidades de Educação Ambiental é desenvolver essa sensibilização nas pessoas pra que elas adquiram consciência sobre todos os espaços que elas acabam participando das atividades, que elas acabam fazendo no seu dia a dia (…)”.	Conservadora
SEDAM	“(…) Então, não adianta eu colocar uma situação de que a pessoa tem que ter bons hábitos ambientais, se ela não tem um mínimo de questão de saúde, se ela não está bem com ela mesmo. Então, Educação Ambiental, eu vejo de uma forma muito global, né (…)”.	Crítica
ES	“(…) ela tem que ser trabalhada de maneira a transformar o pensamento do outro, a fazer com que essa pessoa veja tudo aquilo que o cerca de maneira a conservá-lo (…)”.	Conservadora

Quadro 3: Concepção de Educação Ambiental nos Discursos dos Gestores.

1.1.4 AUTORREFLEXÃO DOS GESTORES

Na entrevista, a ferramenta utilizada para intervenção foi uma vídeo aula de Educação Ambiental, na qual a convidada Prof.^a Dr.^a Natália Pirani Ghilardi Lopes, faz menção às macro-tendências de EA definidas na tipologia proposta por Rosana Louro Ferreira Silva, propiciando ao gestor da Unidade de EA refletir diante do conceito que possui e da prática que desenvolve em seus trabalhos, conforme demonstrado no quadro 12. Somente um gestor se identificou com apenas uma concepção de EA, a “Crítica”, que não correspondeu com seu discurso, que possuiu uma tendência “Pragmática”.

Os demais gestores se identificaram com duas ou três concepções de EA, indo ao encontro dos resultados de pesquisa nas Unidades de Conservação (UC) *Ex Situ* da Baixada Santista, já apresentados por Pádua (2014), à medida que não atendem a todos os princípios que compõem cada vertente, principalmente no que diz respeito ao engajamento/ posicionamento político da EA Crítica. Segundo ela, estes espaços podem ser o ponto inicial da discussão sobre as questões ambientais, ampliando temas que dialoguem com a realidade da região, como: a região portuária com seus aspectos positivos e negativos; a ocupação do território da Baixada Santista, tratando a desigualdade de condições de acesso à água e ao saneamento básico; o desmatamento e a relação com as atividades econômicas que aconteceram e ainda permanecem.

Nesse contexto, no convívio das três macro-tendências de EA no Brasil, devidamente comprovado nessa pesquisa, deve-se, segundo Lima (2011), preservar a diversidade de olhares e concepções em diferentes contextos, sem, contudo, se esquecer da necessidade de se explicitar o significado de cada uma delas e de como cada uma pode influenciar o destino das decisões políticas, interferindo de fato na vida das populações.

Unidades de Educação Ambiental	Concepção que cada gestor mais se identificou em seus trabalhos		
	Conservadora	Pragmática	Crítica
SECOT			X
SEPROAM	X	X	X
IEC		X	X
SEPROVIDA		X	X
SEDAM	X	X	X
UEA-AQ	X	X	X
UEA-ORQ	X	X	X
ES	X	X	X

Quadro 4: Autorreflexão dos gestores.

1.1.5 INTERAÇÃO E A CONECTIVIDADE

Ações conjuntas foram estabelecidas, a exemplo da maior delas, em junho de 2016, quando todas as unidades participaram da comemoração ao “Mês do Meio Ambiente”.

Ainda assim, para investigar, na percepção dos gestores, a constituição de um grupo com potencial para estabelecer uma base institucional sólida, a partir do “Projeto Conexão”, identificou-se a presença dos elementos categorizados nas “falas” desses líderes, conforme Quadro 13, considerando como categorias estabelecidas na metodologia, os principais fundamentos para o estabelecimento de uma rede, propostos por Guimarães (2004).

Autonomia	“(…) pontos muito positivos no nosso trabalho, como unidade de Educação Ambiental (…)”	UEA-AQ
	“(…) todas as secretarias tem uma demanda muito grande, uma lição de casa muito grande pra fazer; ficam absorvidas nas suas tarefas (…)”	SEPROAM
	“(…) ah, você faz isso, eu faço aquilo (…)”	UEA-ORQ
Valores e Objetivos compartilhados	“(…) ele não consegue mais trabalhar a saúde sem pensar em ambiente, sendo que uma coisa completa a outra (…)”	IEC
	“(…) por que não aproveitar esse grupo que já está formado, com pessoas afins, com as mesmas ideias, pra gente poder bolar coisas interativas dentro de cada trabalho (…)”	SECOT
	“(…) que foi o primeiro “Start” pra gente construir finalmente o Plano de Educação Ambiental (…)” e “(…) objetivo final que é o Plano e o Programa de Educação Ambiental (…)”	SEPROAM
	“(…) que a gente consiga chegar aos nossos objetivos finais, que vai ser o plano municipal (…)”	UEA-ORQ
Vontade	“(…) vamos fazer um programa ambiental? (…)”	SEDAM
Conectividade	“(…) essa ligação entre os parques (…)”	SEDAM
	“(…) precisa conectar as pessoas (…)”	SEPROVIDA
	“(…) suprir falta de comunicação entre as secretarias (…)”	IEC
	“(…) A gente já conseguiu integrar (…)” e “(…) houve já uma conexão entre os grupos e tá sendo muito interessante (…)”.	UEA-ORQ
Participação	“(…) eu captar uma atividade... vai servir para os outros (…)	SEDAM
	“(…) um pode contribuir e estar enriquecendo o trabalho do outro (…)”	ES
	“(…) tava faltando essa ação coletiva inclusive em termos de trabalho (…)” e “(…) a gente consegue se somar(…)”	IEC
	“(…) onde a gente participando, descobriu várias atividades integradas, que podem contribuir com o nosso trabalho (…)”	SECOT
Multiliderança	“(…) cada um vai transformar para sua realidade (…)”	SEDAM

Informação	“(…) fez com que cada secretaria conhecesse o trabalho ambiental desenvolvido pela outra secretaria (…)”	ES
	“(…) troca de experiência entre todas as áreas (…)”	SEPROVIDA
	“(…) conheci, na verdade, o trabalho dos outros departamentos (…)”	IEC
	“(…) uma oficina dentro do espaço com esse conhecimento integrado (…)”	SECOT
	“(…) nesse Projeto Conexão nós envolvemos outras pessoas, outras secretarias que trabalham com Educação Ambiental no município e aprendemos, ensinamos, todos juntos o que cada um faz (..)”.	SEPROAM
	“(…) Nós descobrimos pontos muito positivos no nosso trabalho, como unidade de Educação Ambiental e conhecemos as outras unidades também (…)”	UEA-AQ
	“(…) A gente tá tão próximo e ao mesmo tempo, tão distante, porque a gente não conhecia, não fazia ideia do trabalho um do outro. E deu pra fazer várias trocas(…)”	UEA-ORQ
Descentralização	“(…) outros núcleos que trabalham a EA (…)”	SEDAM
	“(…) entre as ações de cada departamento em EA (…)”	IEC
Múltiplos níveis	“(…) o pessoal da Zoonose fazia um trabalho lá da dengue, veio trabalhar aqui dentro do Orquidário por conta desse nosso contato (…)”	UEA-ORQ
Dinamismo	“(…) então, hoje o nosso trabalho já tem uma nova identificação (…)”	IEC
	“(…) Abre um leque de situações e possibilidades que a gente, com certeza, vai tentar desenvolver, crescer (…)”	SEPROAM
	“(…) ajudou a gente a fortalecer os nossos trabalhos e a se autoconhecer melhor e a saber que de fato nós estamos no caminho certo para o trabalho de Educação Ambiental (…)”	UEA-AQ

Quadro 5: “Falas” que expressam a constituição de um grupo (continua).

Concluiu-se que a pesquisa permitiu estabelecer a interação e a conectividade, na medida em que se manteve o contato entre o grupo dos gestores, atentando para os principais fundamentos da rede, possibilitando continuar o diálogo e a troca de experiências para estabelecer, de fato, uma base institucional sólida.

Em relação às propostas dos gestores para a integração das atividades e promoção da cooperação entre os educadores ambientais do município, colhidas nos dois momentos de aplicação do questionário semiaberto, antes e após a implementação do “Projeto Conexão”, há uma percepção notória do desejo da manutenção dos encontros do “Projeto Conexão” nas “falas” apresentadas no Quadro 14, em acordo a Sorrentino (2011), que afirma ser importante o fornecimento, aos atores (poder público e sociedade civil) envolvidos em iniciativas ambientais, de espaços de locução, troca de olhares e saberes sobre diversos temas e políticas específicas em busca de respostas para o impasse que o modelo de desenvolvimento nos impõe. E dessa forma, todas as visões que foram expressas no início ou no final do projeto devem ser consideradas, pensando no estabelecimento de uma base institucional sólida.

Tal desafio trará não somente o reconhecimento, mas o estímulo às práticas que reforcem a autonomia e a legitimidade de atores sociais, que atuam articuladamente numa perspectiva de cooperação, possibilitando mudar as práticas prevalecentes, que lidam com apenas uma dimensão da vida, a verificável, e concentram as atenções na resolução técnica de problemas relacionados às questões ambientais objetivas (o lixo, a poluição, o desmatamento etc.), que apesar de serem importantes na construção de sociedades sustentáveis, não são suficientes. Significa também elaborar novas questões que busquem os sentidos e as conexões escondidos no “objetivo”, definindo novas relações baseadas na negociação, na contratualidade e na gestão conjunta de programas e atividades, que suscitem a promoção da cidadania, da esfera pública e da educação política (JACOBI, 2003; ANDRADE; SORRENTINO, 2013; LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Unidades de EA	Questionário semiaberto aplicado no primeiro encontro – março/2016	Questionário semiaberto reaplicado – dezembro/2016
SECOT	_____	“(…)dar continuidade para as ações do Projeto Conexão, a fim de que possamos nos reunir e elaborar algumas estratégias para os setores envolvidos (…)”.
SEPROAM	“encontros periódicos, discussão das políticas, das leis, elaboração do plano municipal de Educação	“manter as reuniões sistemáticas de formação e discussão, troca de

	Ambiental, integração das ações em todas as secretarias”.	sugestões”.
SEPROVIDA	“respeito a todas as formas de vida através da ausência de preconceito às diferenças entre as espécies”.	“Bem-Estar Animal”
IEC	“(…) está faltando esta integração entre os vários setores e secretarias do município numa visão única de cuidado com o meio ambiente (…)	“(…) uma maior comunicação entre os educadores ambientais dos diferentes setores, do município, a fim de compartilharem práticas e estratégias de ação complementares mais efetivas em Educação Ambiental em prol de um resultado eficaz(…)”.
UEA-AQ	“a unificação da prefeitura envolvendo todas as secretarias”.	“Escola de Educação Ambiental integrada à Seduc (base)”.
UEA-ORQ	“troca de experiências”.	“uma coordenadoria ligada ao prefeito ou Secretaria de Gestão”
SEDAM	“manter, aumentar e aprimorar parcerias”.	“que continuemos a cooperação e fortaleçamos trabalho e atuação com base em documentos norteadores da educação Ambiental, mas muito também de acordo com possibilidades e oportunidades. As parcerias são e devem ser fortalecidas”
ES	_____	“encontros com oficinas e encontros em áreas preservadas”

Quadro 6: Propostas dos gestores para interação e conectividade.

1.1.6 IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A pesquisa constatou que no Município de Santos, existiam muitas iniciativas retratadas em diversas ações educativas, programas e projetos, que o poder público promovia ou

participava, além de usufruir de legislações específicas para a temática, carecendo da estruturação e da implementação de um Plano e Política Municipal de EA.

Verificou-se que a SEMAM foi instituída em 1993, através da Lei Complementar n.º 79/1993 (SANTOS, 1993), conforme segue:

[...]

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente - antiga reivindicação do movimento ambientalista, a criação da SEMAM tem por objetivo dotar o município da capacidade de coordenar ações que invistam na preservação do meio ambiente e desenvolvam políticas e ações para solucionar o problema do saneamento básico, que em nossa cidade deixa de atender a um quinto da população. Além disso, a SEMAM tem um papel fundamental para o encaminhamento de soluções definitivas para a balneabilidade das praias.

Na referida lei, dois artigos que tratam da Educação Ambiental, merecem destaque:

[...]

Art. 359. Compete à Seção de Gerenciamento Ambiental:

I - estabelecer planos e programas de gerenciamento dos recursos hídricos locais e regionais com vistas à criação e administração de um sistema Integrado com base na Lei Estadual n.º 7.633/91;

II - desenvolver programas de Educação Ambiental, de orientação técnica, de assistência e melhoria das comunidades e de pesquisa, monitoramento e fiscalização da Lei complementar n.º 54/1992, que Institui a APA - Área de Proteção Ambiental;

III - elaborar programas e rotinas de fiscalização com vistas à preservação, recomposição e fiscalização dos remanescentes da Mata Atlântica na área Insular e continental;

IV - executar outras atividades correlatas, a critério do Chefe do Departamento de Proteção aos Recursos Naturais.

Art. 360. Compete à Seção de Conscientização Ambiental:

I - coordenar projetos de conscientização ambiental, realizar programas de divulgação, de esclarecimento e de treinamento da comunidade em geral e dos agentes públicos sobre as diferentes ações de proteção ao patrimônio ambiental;

II - coordenar e realizar eventos relativos às questões ambientais;

III - executar outras atividades correlatas, a critério do Chefe do Departamento de Proteção aos Recursos Naturais.

Em 1998, em uma das reformas administrativas, a SEMAM passou a ser Diretoria de Meio Ambiente vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Somente voltou a ter o “status” de SEMAM quatro anos depois, em nova alteração da estrutura administrativa, instituída pela Lei Complementar n.º 423/2000 (SANTOS, 2000).

Apresentou desde o início, entre suas atribuições, a realização de atividades de EA ou a promoção de EA, de acordo com os textos das competências de cada unidade administrativa responsável.

O desenvolvimento de tais atividades também foi requerido em programas do qual a Prefeitura de Santos veio a participar, como o Programa Município VerdeAzul (PMVA, 2013), que tem o propósito de medir e apoiar a eficiência da gestão ambiental com a descentralização e valorização da agenda ambiental nos municípios e a aplicação dos Planos Ambientais Municipais de curto, médio e longo prazos. Para obter a certificação é necessário alcançar a nota 80, considerando a soma de todas as diretrizes do PMVA. O histórico das notas referentes ao Município de Santos, desde o início do referido programa, foi transcrito para o Quadro 7, já atualizado.

ANO	NOTA
2008	66,12
2009	81,21
2010	86,97
2011	85,99
2012	83,01
2013	81,50
2014	80,88
2015	80,42
2016	77,59
2017	80,88
2018	85,31
2019	88,86

Quadro 7: Histórico das Notas obtidas pelo Município de Santos no PMVA.

A EA encontra-se também entre os indicadores de desempenho, correspondendo ao número de atendimentos realizados através de ações, cursos e programas de EA da SEMAM, referente ao Programa Participação Direta nos Resultados (PDR) da Prefeitura de Santos, que objetiva agilizar as respostas a diversas demandas da sociedade e gastar menos recursos.

O Município faz parte do Programa Cidades Sustentáveis, que foi construído pela Rede Nossa São Paulo, Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis e o Instituto Ethos. Ele disponibiliza aos gestores públicos um conjunto de indicadores associados a uma agenda completa de sustentabilidade urbana, reunindo indicadores como importantes

instrumentos para o planejamento de cidades mais sustentáveis e para desenvolvimento, execução e avaliação de políticas públicas. Em Santos foi instituído, em 18 de novembro de 2016, através do Decreto n.º 7593/2016 (SANTOS, 2016), um Grupo Técnico de Trabalho, representando o Gabinete do Prefeito, Ouvidoria Pública, bem como as secretarias envolvidas, de Gestão, Desenvolvimento Econômico e Inovação, Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente, Comunicação e Resultados; e de Defesa da Cidadania.

Os eixos temáticos do referido programa são alinhados aos 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. São eles:

- Governança;
- Bens Naturais Comuns;
- Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz;
- Gestão Local para a Sustentabilidade;
- Planejamento e Desenho Urbano;
- Cultura para a Sustentabilidade;
- Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida;
- Economia Local, Dinâmica, Criativa e Sustentável;
- Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida;
- Melhor Mobilidade, Menos Tráfego;
- Economia Local Dinâmica, Criativa e Sustentável;
- Ação Local para a Saúde;
- Do local para o global.

Marcos Legais de EA:

- Lei n.º 2.657 de 03/12/2009 (SANTOS, 2009) e Lei n. 2491 de 19/11/2007 (SANTOS, 2007) – Sistema Municipal de Ensino em Santos, que determina a promoção da EA em todos os níveis e modalidades de ensino, integrada aos programas e projetos educacionais.
- Lei n.º 2.681/2010 (SANTOS, 2010) – Plano Municipal de Educação, que contempla aspectos relacionados à temática ambiental, garantindo a democratização das informações sobre os assuntos e a problemática do Meio Ambiente, cumprindo o que dispõe a Lei 9795/99.
- Lei n.º 3.151/2015 (SANTOS, 2015) que alterou o Plano Municipal de Educação - Lei n.º 2681/2010 (SANTOS, 2010), que enfatiza, na grade curricular e no ensino técnico o papel da EA em parceria com a SEMAM, respaldando a melhoria do

nível técnico e da preservação ambiental no panorama do desenvolvimento sustentável.

- Lei n. 3.187/2015 (SANTOS, 2015) – Temas transversais de Educação, que obriga as escolas da rede municipal de ensino a incluir nos conteúdos programáticos a EA, entre outros temas transversais nas disciplinas de ensino fundamental.
- Orientações Pedagógicas – Volume IV/ Educação Ambiental – elaborado em 2008 pelas Secretarias de Educação e de Meio Ambiente, que apresenta como documentos referenciais os PCN, a PNEA, a Carta da Terra, o TEASS e a Agenda 21. Tem como objetivo principal auxiliar o educador na reflexão em prol da sustentabilidade, na observação dos equipamentos do município como locais de construção e desenvolvimento de projetos/ações de EA e sugestões de sites, filmes e vídeos que muito contribuirão com o fazer pedagógico.

Verificou-se que não obstante às diversas legislações municipais referentes à Educação Ambiental, não existia, em Santos, nenhum Programa e/ou Política Municipal de Educação Ambiental.

1.1.7 EIXO INSTITUCIONAL

O eixo institucional que se iniciou através do grupo do “Projeto Conexão” objetivou fomentar a constituição de uma base institucional ambiental sólida, comprometida e conhecedora de suas potencialidades e de seus instrumentos de transformação socioambiental; constituída por fomentadores e dinamizadores do ambiente educativo, formal e não-formal. O estudo não se preocupou apenas com os resultados, mas também no processo por acreditar na continuidade do “Projeto Conexão”, como meio de dar prosseguimento à pesquisa-ação, propondo a elaboração de estratégias de ação, articulação de propostas sugeridas pelos gestores para a integração das atividades e promoção da cooperação entre os educadores ambientais do município, bem como sugeriu a criação de uma Comissão Intersetorial de Educação Ambiental da Prefeitura de Santos (CISEA), vislumbrando a estruturação e a implementação de um Plano e de uma Política Municipal de EA, com a participação ativa e a mobilização da população em torno dos debates, garantindo a inclusão de outros atores da sociedade nesse processo democrático.

1.2 DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA

O processo administrativo referente ao “Projeto Conexão” tramitou com o apoio da SEMAM, tendo sido elaborada uma minuta de decreto, envolvendo outras pastas da Prefeitura de Santos, que culminou na criação da CISEA, integrando a teoria e a prática, a academia e a gestão pública, na institucionalização da EA e na formulação e na implantação de políticas públicas locais, que beneficiem a sociedade, em um processo democrático, visando o enfrentamento das questões relacionadas a alterações dos sistemas socioecológicos. Além disso, com base no estudo verificou-se a necessidade do fornecimento, aos atores envolvidos em iniciativas ambientais, de espaços de locução, troca de olhares e saberes sobre diversos temas e políticas específicas, e sendo assim, alguns encontros foram propiciados para diálogos entre o poder público e a sociedade civil. A seguir está descrito um breve resumo de cada encontro.

1.2.1. ENCONTRO DE EDUCADORES AMBIENTAIS DA BAIXADA SANTISTA – PARTICIPE DA CONSTRUÇÃO DO MAPEAMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE SANTOS

V Encontro da REABS - Rede de Educação Ambiental da Baixada Santista

Data: 06/08/2018 (segunda)
Horário: 9h às 15h
Local: UNIFESP - Rua Carvalho de Mendonça, n.144 - Santos
Inscrição até 31 de julho no telefone: 3225-1353



PROGRAMAÇÃO



9h *Palestra de abertura “Papel das Redes na Construção das Políticas Públicas” com Patrícia Martin Alves (Facilitadora da REPEA)*

10h *Projeto “Circulando a EA No Estado de São Paulo” com Equipe CEA*



10:20h *Projeto Conexão: “Uma experiência na institucionalização da Educação Ambiental” com Claudia Cristiane Giglio Brito (Analista Ambiental da SEMAM/Santos)*

11h *Oficina para construção participativa dos cenários de Educação Ambiental em cada município.*

12h *Coffee break e apresentação de painéis*

13h *Fechamentos dos cenários de cada município*

14h *Apresentação coletiva*

15h *Encerramento*

Figura 3: V Encontro da REABS - Rede de Educação Ambiental da Baixada Santista.

O encontro, em 06 de agosto de 2018, na Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista, situada na Rua Carvalho de Mendonça, 144 - Encruzilhada - Santos/SP - CEP: 11070-100, foi aberto à população da Baixada Santista, mediante inscrição prévia e possibilitou a realização da oficina para construção participativa dos cenários de EA em cada município, com a contribuição da sociedade presente no evento. A sala onde estavam os representantes de Santos, foi ocupada por 13 pessoas, incluindo atores da sociedade civil. Também se utilizou a ferramenta F.O.F.A. para mapear a EA, tendo como documento norteador dos debates algumas questões enviadas previamente ao encontro:

- Instituições que desenvolvem as ações de EA;
- Local onde tais ações são desenvolvidas;
- Quais as ações que são desenvolvidas;
- Público alvo;
- Outros fatores.

A matriz gerada na oficina está transcrita na tabela 1 abaixo:

	Ambiente interno	Ambiente externo	
	Fraquezas	Ameaças	
ASPECTOS RESTRITIVOS	Regularidade dos encontros	Saneamento básico	
	Falta de comunicação/melhorar acessos	Infraestrutura	
	Extrapolar o território litorâneo	Problemas sociais	
	Recursos financeiros	Sistema de coleta de resíduos não alcançar toda cidade	
	Responsabilidade compartilhada de resíduos	Falha logística reversa	
	Falta/Folha de fiscalização	Fiscalização	
	Equipes reduzidas	Falta de recursos x Falta pessoal	
	Processos de participação	Ausências de atores sociais nos processos participativos	
	Planejamento periódicos	Representatividade populacional	
	Políticas Municipais de MA e EA	Políticas Municipais de MA e EA	
	ASPECTOS IMPULSORES	Forças	Oportunidades
		Interação entre equipamentos públicos	Articular ações e projetos existentes
Interação interinstitucional		Logísticas reversa	
Multiplicidades dos projetos		Redes de trabalho	
Vontade de construir uma Comissão Municipal de EA		Foco em comum	
REAS - Fortalecimento do grupo		Geoprocessamento S16 – GEO	
REABS		Consumo consciente	
Fundo Municipal de MA		Economia solidária	
Fundo de Apoio aos Parques	Polo		
Projetos de compostagem	FABS		

	Legislação	FESBS	
	Trabalho com a juventude	Fórum Lixo Zero	
	Conservação marinha/costeira	Conflitos Socioambientais	
	Responsabilidade compartilhada de resíduos		
	Visitas técnicas - convites para interação		
Elementos Quantitativos			
Número de Aspectos Impulsores		Números de Aspectos Restritivos	
Ambiente interno	Forças: 14	Ambiente interno	Fraquezas: 10
Ambiente externo	Oportunidades: 12	Ambiente externo	Ameaças: 10
Total de Aspectos Impulsores: 26		Total de Aspectos restritivos: 20	

Tabela 1: Matriz "F.O.F.A." do Município de Santos construído em parceria com a sociedade.

Resultado do Cenário Construído em Parceria com a Sociedade

Como resultado, o cenário obtido a partir da combinação dos dois elementos preponderantes foi o de DESENVOLVIMENTO, pois prevaleceram as OPORTUNIDADES no ambiente externo e as FORÇAS no ambiente interno.

1.2.2 ENCONTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA) DE SANTOS: "CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EA".

O encontro foi aberto à população da Baixada Santista, mediante inscrição prévia e contou com a participação dos integrantes da CISEA, que mobilizaram diferentes setores para a realização de uma peça teatral conjunta a respeito de Saúde Ambiental. Posteriormente ocorreram a palestra e a oficina indicados no convite abaixo, objetivando desvelar os caminhos para a Construção da Política Municipal de EA.

1º Encontro de Educação Ambiental (EA) de Santos:
"Caminhos para a Construção da Política Municipal de EA"

Programação

9h30 - Credenciamento

10h - Abertura do Evento com o Secretário Municipal de Meio Ambiente, Marcos Libório

10h30 - Comissão Intersetorial de Educação Ambiental da Prefeitura de Santos (CISEA): Construindo ações integradas - Apresentação teatral "Chapeuzinho Vermelho na Floresta Contaminada".

 **11h** - "Sustentabilidade: uma política para o século XXI" com Zysman Neiman Pesquisador e Professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

12h30 às 14h - Livre para almoço
Sugestão: lanchonete ou restaurante do SESC

 **14h** - Oficina "Política Municipal de EA: da Pedagogia à Política Pública" com Semiramis Albuquerque Biasoli - Coordenadora do Programa de Comunicação Social do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista

16h - Encerramento

Data: 30 de agosto de 2018
Horário: 9h30 às 16h
Local: Sesc Santos
Av. Conselheiro Ribas, n.º 136, sala 1 - Santos - SP

Apoio

Realização



Figura 4: 1º Encontro de Educação Ambiental de Santos - "Caminhos para a construção da Política Municipal de EA".

Para a inscrição neste encontro, havia um formulário a ser preenchido para coleta de dados a respeito das atividades de EA, que permitiu elaborar um mapeamento de EA, que será apresentado em quatro categorias:



Gráfico 1: Município de residência dos inscritos.

Trabalha em qual município?

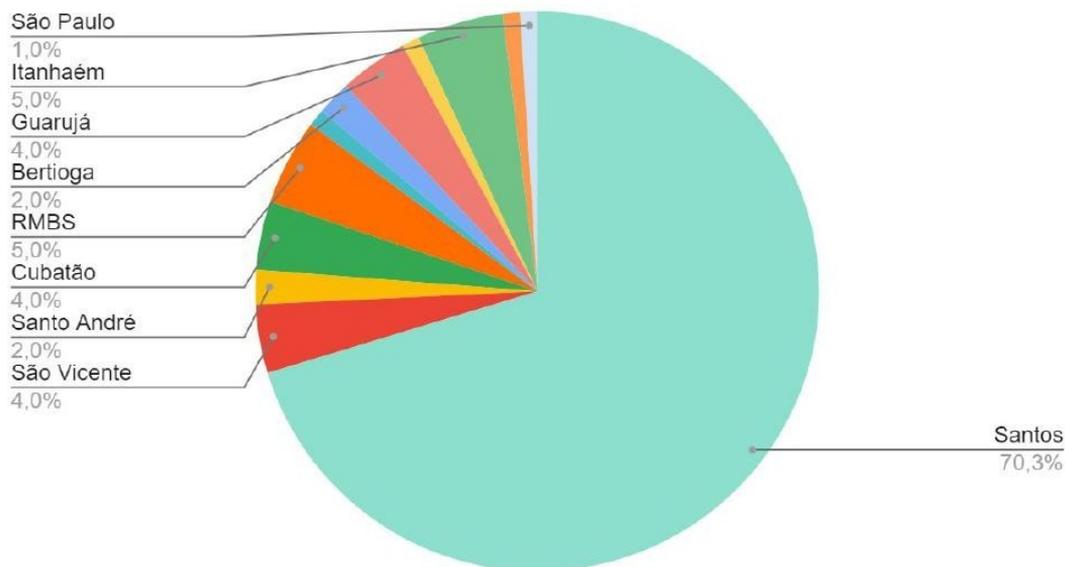


Gráfico 2: Município onde o inscrito atualmente trabalha.

Locais de ações de Educação Ambiental na RBMS

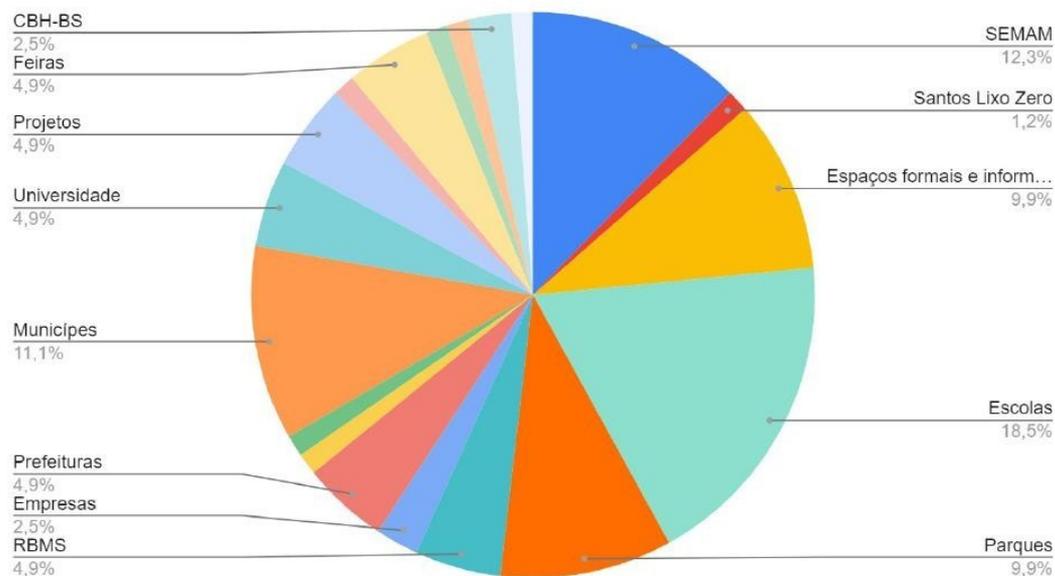


Gráfico 3: Locais de ações de EA na RBMS pelos inscritos.

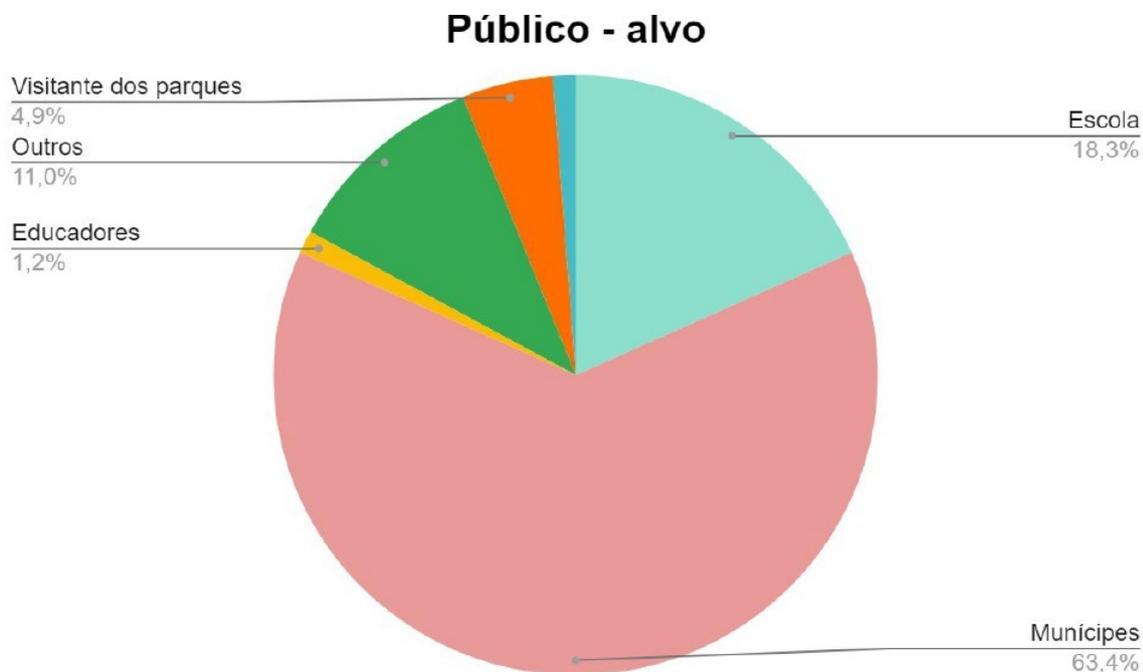


Gráfico 4: Público-alvo das ações de EA.

Quando questionados a respeito das principais atividades de EA que realizavam, considerando que os inscritos provinham de municípios diferentes, a análise precisou ser referente à RMBS, agregando as respostas por similaridade de conteúdo (gráfico 5). Em algumas respostas surgiram temas ambientais abordados, que foram elencados no quadro 16.

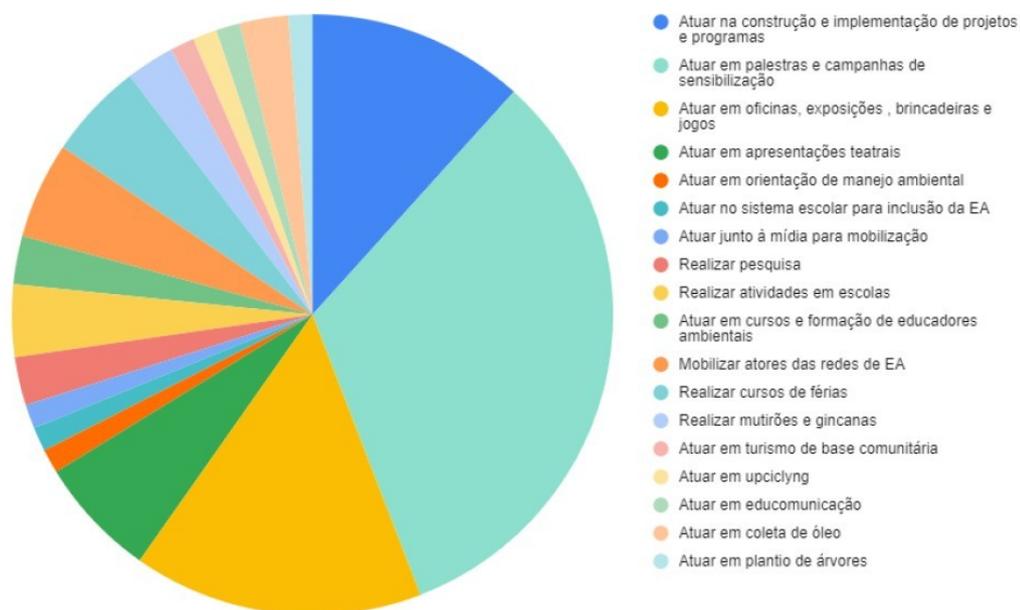


Gráfico 5: Panorama Regional da Baixada Santista – Principais ações de Educação Ambiental desenvolvidas pelos inscritos no evento.

Temas abordados pelos Inscritos
Coleta seletiva
Dejetos animais
Prevenção das arboviroses
Descarte adequado de resíduos
Desmatamento
Uso racional da água
Orientação de manejo ambiental
Horta
Desenvolvimento sustentável
Pesquisa em biorremediação
Preservação de espécies
Ambientes litorâneos
Comunicação Social
Educação socioambiental
Permacultura
Economia solidária
Legislação ambiental
Reciclagem
Ecosistema costeiro e marinho
Conservação de albatrozes e petréis

Quadro 8: Panorama Regional da Baixada Santista – alguns temas ambientais abordados pelos inscritos.

1.2.3 CRIAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA PREFEITURA DE SANTOS – CISEA

A Comissão Intersetorial de Educação Ambiental (CISEA) foi criada objetivando principalmente o fortalecimento da base institucional, a partir das seguintes legislações:

DECRETO Nº 7.942
DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017

CONSTITUI A COMISSÃO INTERSETORIAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS (CISEA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ALEXANDRE BARBOSA, Prefeito do Município de Santos, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Intersetorial de Educação Ambiental da Prefeitura Municipal de Santos (CISEA), envolvendo as áreas da administração como eixo estruturante interno da Educação Ambiental.

Art. 2º A Comissão Intersetorial de Educação Ambiental da Prefeitura Municipal de Santos (CISEA) será constituída por representantes, titulares e suplentes de diversificados setores internos da Prefeitura e terá como objetivos:

I – constituir uma base institucional sólida, comprometida e conhecedora de suas potencialidades e de seus instrumentos de transformação socioambiental;

II – construir, a partir de diagnósticos internos das Unidades de Educação Ambiental do Poder Público Municipal, estratégias de ação como planejamento estratégico;

III – articular propostas para a integração das atividades e promoção da cooperação entre todos os educadores ambientais do poder público municipal;

IV – contribuir para a construção das sociedades sustentáveis, através do fortalecimento das redes de educação ambiental, que são movimentos caracterizados pela organização de pessoas e instituições, de forma igualitária e democrática, para fomentar a interação e a conectividade entre todos os educadores ambientais do Município;

V – colaborar na formulação, estruturação e implantação de forma participativa e abrangente da Política Municipal de Educação Ambiental, em conformidade com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e a Política Estadual de Educação Ambiental de São Paulo (PEEA), com a participação ativa e mobilização da população santista em torno dos debates, observado um cronograma de 12 (doze) meses, a partir da nomeação dos representantes referentes a este decreto;

VI – contribuir na construção participativa e na implantação do Programa Municipal de Educação Ambiental, em conformidade com o Programa Nacional de Educação Ambiental e o Programa Estadual de Educação Ambiental de São Paulo; observado um cronograma de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da nomeação dos representantes referentes a este decreto.

Art. 3º A Comissão Intersetorial de Educação Ambiental da Prefeitura Municipal de Santos (CISEA) será integrada por representantes das seguintes unidades administrativas da prefeitura, responsáveis e/ou que possam colaborar para o desenvolvimento e implementação de ações de Educação Ambiental no Município:

I – Coordenadoria de Políticas Ambientais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

II – Seção de Ecoturismo da Secretaria Municipal de Turismo;

III – Seção de Educação Ambiental do Jardim Botânico Chico Mendes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

IV – Seção de Programas Ambientais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

V – Seção de Estudos e Programas de Proteção à Vida Animal da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

VI – Secretaria Municipal de Assistência Social;

VII – Secretaria Municipal de Comunicação;

VIII – Secretaria Municipal de Cultura;

IX – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;

X – Coordenadoria de Políticas Educacionais da Secretaria Municipal de Educação;

XI – Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Cidadania;

XII – Setor de Informações, Educação e Comunicação (IEC) da Secretaria Municipal de Saúde;

XIII – Unidade de Educação Ambiental do Aquário da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

XIV – Unidade de Educação Ambiental do Parque Zoobotânico Orquidário da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

§ 1º Os representantes serão indicados pelo titular da pasta e nomeados mediante portaria pelo Prefeito Municipal.

§ 2º A Comissão será dirigida por um Presidente eleito por seus membros.

§ 3º Para substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos, bem como em caso de vacância, haverá um vice-presidente, eleito por seus membros na mesma data de escolha do Presidente.

§ 4º A Comissão será secretariada por um dos membros, eleito pela mesma.

§ 5º A Comissão reunir-se-á ordinariamente para discutir assuntos e proposições relacionados ao Plano, Política e Programa Municipais de Educação Ambiental e, em caráter extraordinário, sempre que convocada pelo seu Presidente ou a requerimento de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros.

§ 6º As funções exercidas pelos membros da Comissão constituída por este decreto não serão remuneradas, porém consideradas como de relevante interesse público.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data da publicação.

DECRETO Nº 8.052

DE 21 DE MARÇO DE 2018

*ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 7.942,
DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017, QUE
CONSTITUI A COMISSÃO INTERSETORIAL
DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS
(CISEA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

PAULO ALEXANDRE BARBOSA, Prefeito Municipal de Santos, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º O artigo 3º do Decreto nº 7.942, de 05 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 3º** A Comissão Intersetorial de Educação Ambiental da Prefeitura Municipal de Santos (CISEA) será integrada por representantes das seguintes unidades administrativas da Prefeitura, responsáveis e/ou que possam colaborar para o desenvolvimento e implementação de ações de Educação Ambiental no Município:

I – Coordenadoria de Políticas Ambientais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

II – Seção de Educação Ambiental do Jardim Botânico Chico Mendes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

III – Seção de Programas Ambientais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

IV – Seção de Estudos e Programas de Proteção à Vida Animal da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

V – Unidade de Educação Ambiental do Aquário da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

VI – Unidade de Educação Ambiental do Parque Zoobotânico Orquidário da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

VII – Coordenadoria de Políticas Educacionais da Secretaria Municipal de Educação;

VIII – Seção de Ecoturismo da Secretaria Municipal de Turismo;

IX – Setor de Informações, Educação e Comunicação da Secretaria Municipal de Saúde;

X – Departamento de Defesa Civil da Secretaria Municipal de Segurança;

XI – Secretaria Municipal de Comunicação;

XII – Secretaria Municipal de Cultura;

XIII – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;

XIV – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

§ 1º Os representantes serão indicados pelo titular da pasta e nomeados mediante portaria pelo Prefeito Municipal.

§ 2º A Comissão será dirigida por um Presidente eleito por seus membros.

§ 3º Para substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos, bem como em caso de vacância, haverá um vice-presidente, eleito por seus membros na mesma data de escolha do Presidente.

§ 4º A Comissão será secretariada por um dos membros, eleito pela mesma.

§ 5º A Comissão reunir-se-á ordinariamente para discutir assuntos e proposições relacionados ao Plano, Política e Programa Municipais de Educação Ambiental e, em caráter extraordinário, sempre que convocada pelo seu Presidente ou a requerimento de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros.

§ 6º As funções exercidas pelos membros da Comissão constituída por este decreto não serão remuneradas, porém consideradas como de relevante interesse público.”

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da publicação.

A indicação de representantes de cada secretaria envolvida na referida comissão (titular e suplente) para um mandato de 02 anos, foi feita pelos titulares das pastas e a nomeação pelo Prefeito de Santos, através de portaria específica publicada em Diário Oficial do Município. A comprovação da sua implantação e o funcionamento com o respectivo cadastro dos membros e atas das reuniões será permanentemente acompanhada.

1.2.4 CRIAÇÃO DA COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - CIMEA

A Comissão Interinstitucional Municipal de Educação Ambiental (CIMEA) foi constituída de caráter paritário, com representações de entes federativos do poder público e segmentos da sociedade civil, objetivando criar espaços de diálogo para o exercício ético e participativo, proposto pela EA emancipatória, bem como definir estratégias e orientações para formulação, implementação, acompanhamento, avaliação e revisão da Política e do Programa Municipais de Educação Ambiental, que possibilitem a institucionalização da EA em todo o território santista, em sintonia com as necessidades e possibilidades da realidade do município, por meio do Decreto n.º 8.570 de 03 de Setembro de 2019, conforme segue:

DECRETO Nº 8.570
DE 03 DE SETEMBRO DE 2019

GABINETE DO PREFEITO

CRIA A COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (CIMEA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ALEXANDRE BARBOSA, Prefeito do Município de Santos, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Interinstitucional Municipal de Educação Ambiental (CIMEA), em consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental e a Lei Complementar nº 667/2009.

Art. 2º A CIMEA será formada por representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada, de forma paritária, através de titulares e suplentes indicados pelos órgãos ou colegiados que representarem.

§ 1º Caberá às Secretarias Municipais do Meio Ambiente e Educação, de forma paritária, coordenar a Comissão Interinstitucional Municipal de Educação Ambiental – CIMEA.

§ 2º O Presidente da CIMEA será, de forma permanente, o Secretário Municipal de Meio Ambiente, sendo o Vice-Presidente eleito dentre os representantes titulares da Comissão.

§ 3º Os representantes do Poder Público, na Comissão Interinstitucional Municipal de Educação Ambiental, serão integrantes dos seguintes órgãos:

I – 02 (dois) representantes titulares da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM, sendo esses:

a) 01 (um) representante do Departamento de Parques e Proteção à Vida Animal – DEPAVI;

b) 01 (um) representante do Departamento de Políticas e Controle Ambiental – DEPCAM;

II – 02 (dois) representantes titulares da Secretaria Municipal de Educação – SEDUC;

III – 01 (um) representante titular da Comissão Intersetorial de Educação Ambiental da Prefeitura de Santos (CISEA);

IV – 01 (um) representante titular da Unidade Técnica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em Santos;

V – 01 (um) representante titular da Diretoria de Ensino da Região de Santos do Governo do Estado de São Paulo.

§ 4º Os representantes da sociedade civil organizada, na Comissão Interinstitucional Municipal de Educação Ambiental, serão membros de órgãos atuantes nas seguintes áreas:

I – 01 (um) representante titular das instituições de ensino superior ou centros de pesquisa com atuação no Município de Santos;

II – 01 (um) representante titular do Conselho Municipal da Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA;

III – 01 (um) representante titular do Conselho Municipal de Educação (CME);

IV – 01 (um) representante titular do Conselho Consultivo da Unidade de Conservação Municipal Parque Natural Municipal Engenho São Jorge dos Erasmos;

V – 01 (um) representante titular do Conselho Gestor de Unidade de Conservação inserida no Município de Santos;

VI – 01 (um) representante titular da Câmara Técnica de Educação Ambiental do Comitê de Bacia Hidrográfica da Baixada Santista (CBH - BS);

VII – 01 (um) representante titular de movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

§ 5º Os representantes da sociedade civil organizada serão indicados pelos seus pares mediante critérios a serem fixados pela Secretarias de Municipais de Educação e do Meio Ambiente apresentados em edital publicado pela CIMEA.

I – uma vez inscritos, a escolha dos representantes da sociedade civil organizada ocorrerá por eleição, sendo empossados na primeira reunião ordinária subsequente;

II – caso não haja número suficiente de órgãos candidatos para preenchimento de representatividade prevista nos incisos I, V e VII do parágrafo 5º deste artigo, os inscritos serão considerados automaticamente eleitos para a vaga sendo, caso necessário, efetuado novo chamamento de eleição para preenchimento de vagas em aberto, a ser efetuada na primeira reunião ordinária;

§ 6º Todos os órgãos que indicarem representantes titulares para formação da CIMEA deverão indicar também seus respectivos suplentes, na quantidade de 01 (um) para cada titular.

§ 7º Os representantes titulares, e seus respectivos suplentes, terão mandatos de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

§ 8º Apenas os representantes titulares, ou seus respectivos suplentes na ausência dos primeiros, terão direito a voto nas decisões da CIMEA.

§ 9º Uma mesma pessoa física não poderá representar 02 (dois) ou mais órgãos membros da CIMEA.

§ 10. O Presidente da CIMEA votará apenas em situações de empate na votação.

§ 11. A CIMEA reunir-se-á ordinariamente para discutir assuntos e proposições relacionados ao Plano, Política e Programa Municipais de Educação Ambiental e, em caráter extraordinário, sempre que convocada pelo seu Presidente ou a requerimento de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros.

§ 12. A ausência, não justificada, da representação de um dos órgãos da sociedade civil organizada membros da CIMEA, em 03 (três) reuniões seguidas, resultará na eliminação do respectivo órgão nessa comissão, bem como na perda do direito de assumir uma vaga no mandato subsequente.

§ 13. Poderão ser convidados representantes de outras instituições para colaborar com as atividades da CIMEA.

Art. 3º As reuniões da CIMEA deverão receber prévia publicidade de sua ocorrência e ser abertas à participação pública.

Parágrafo único. Os convidados poderão ter participação nas discussões, não tendo direito a voto.

Art. 4º Compete a Comissão Interinstitucional Municipal Educação Ambiental:

I – elaborar seu regimento interno, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação deste decreto;

II – elaborar as propostas da Política e do Plano Municipal de Educação Ambiental, tomando como base os princípios da sustentabilidade, com a participação dos diferentes atores de Educação Ambiental, respeitando a especificidade do Município;

III – definir estratégias e orientações para a formulação, a implementação, o acompanhamento e a avaliação de Política Municipal de Educação Ambiental;

IV – participar da elaboração, implantação, monitoramento, avaliação e revisão do Programa Municipal de Educação Ambiental;

V – criar espaços de diálogo e cooperação entre poder público e sociedade para a disseminação e enraizamento da Educação Ambiental em todo o território municipal;

VI – manifestar-se sobre assuntos submetidos a sua apreciação pelas Secretarias da Educação e do Meio Ambiente;

Art. 5º As funções exercidas pelos membros da Comissão constituída por este decreto não serão remuneradas, porém consideradas como de relevante interesse público.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

A indicação de representantes envolvidos na referida comissão (titular e suplente) foi feita pelos diferentes colegiados e a nomeação pelo Prefeito de Santos, através de portaria específica publicada em Diário Oficial do Município. A comprovação da sua implantação e o funcionamento com o respectivo cadastro dos membros e atas das reuniões serão permanentemente acompanhados.

1.2.5 DIAGNÓSTICO INICIAL

A partir da ferramenta técnica participativa de análise e planejamento FOFA, aplicada em todas as unidades de EA da Prefeitura de Santos, detectaram-se elementos internos e externos, que impulsionam ou dificultam as ações relacionadas à EA em Santos aos olhos dos gestores ambientais municipais. Dessa forma, para obter uma única matriz, os elementos que prevaleceram nos 08 (oito) cenários construídos coletivamente, a partir do Projeto Conexão, foram categorizados e agregados, resultando no Cenário da EA do Poder Público Municipal conforme tabela 2.

	Ambiente Interno	Ambiente Externo
	Fraquezas	Ameaças
Aspectos Restritivos	Adoção parcial de práticas sustentáveis na Administração Pública	Carência de Recursos Humanos, Financeiros e Infraestrutura
	Ausência de participação pública em fóruns e desenvolvimento de projetos de pesquisa	Falta de apoio de meios de comunicação e divulgação
	Desconhecimento de orientações pedagógicas de Educação Ambiental	Ausência de Centros de Referência em Educação Ambiental que atendam as diretrizes, com construções sustentáveis
	Carência de conceitos de Políticas Públicas de Educação Ambiental	Questões relacionadas com alta demanda e pouca segurança do local
	Problemática na gestão administrativa	Problemas com a gestão da Política Nacional de Educação Ambiental
	Falhas na organização interna do setor	Problemas com transporte
	Falta de Estrutura e/ou Logística	Dificuldade de intersetorialidade
	Ambiente Interno	Ambiente Externo
	Forças	Oportunidades
Aspectos Impulsores	Atuação dos membros das equipes	Parcerias, apoio e participação externa
	Trabalho baseado nos princípios de EA	Desenvolvimento e expansão das unidades
	Implementação de projetos diversificados	Promoção de eventos e alcance de maior público
	Parcerias construtivas	Publicidade por meio do Diário Oficial e mídias
	Formação dos funcionários/estagiários	Financiamento para infraestrutura de materiais e projetos
	Adesão a Redes de EA	Reconhecimento das atividades realizadas
	Contextualização das questões socioambientais	Legislação Específica
	Consideração dos impactos antrópicos	Inter-relações com a comunidade e outros setores
	Mobilização da comunidade	Gestão Administrativa apta e multidisciplinaridade de equipe
	Democratização das informações por meio de redes sociais	Capacitação interna
		Boa interação de equipe
		Infraestrutura capacitada para desenvolvimento de

		atividades	
	Acervo vivo para apresentação ao público	Função gratificada para chefia e/ou atividades	
	CEA ou Espaços ambientais adequados		
Elementos Quantitativos			
Números de Aspectos Impulsores		Números de Aspectos Restritivos	
Ambiente Interno	Forças: 13	Ambiente Interno	Fraquezas: 7
Ambiente Externo	Oportunidades: 13	Ambiente Externo	Ameaças: 8
Total de Aspectos Impulsores: 26		Total de Aspectos Restritivos: 15	

Tabela 2: Matriz “FOFA” do Cenário da Educação Ambiental do Poder Público Municipal.

Como resultado, o cenário obtido a partir da combinação dos dois elementos preponderantes foi o de DESENVOLVIMENTO, pois prevaleceram as OPORTUNIDADES no ambiente externo e as FORÇAS no ambiente interno

1.2.6. CONSOLIDAÇÃO DO DIAGNÓSTICO INICIAL

Objetivando consolidar o diagnóstico inicial a partir de diferentes olhares, foram identificados os elementos qualitativos que prevaleceram nos cenários construídos aos olhos da sociedade civil, no V Encontro da REABS, e aos olhos do poder público:

FORÇAS JÁ IDENTIFICADAS

- Alguns projetos itinerantes dispõem de transporte próprio
- Interação entre setores e instituições de EA
- Trabalho em redes - REAS/REABS/REPEA
- Constituição da CISEA – Comissão Intersetorial de EA para fortalecimento da base institucional
- Constituição da CIMEA – Comissão Interinstitucional Municipal de EA
- Existência do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA)
- Existência do Fundo Municipal de Preservação e Recuperação do Meio Ambiente (FMPRMA) e do Fundo Especial para Desenvolvimento dos Parques (FEPAR)
- Trabalho com a juventude
- Desenvolvimento de projetos entre poder público e Organizações Não Governamentais (ONGs)
- Promoção de visitas técnicas para diálogos e interação entre equipes
- Acervo de instituições para apresentação ao público
- Comprometimento das equipes
- Trabalho baseado nos princípios da EA
- Implementação de projetos diversificados de EA
- Existência de processos de formação em EA
- Consideração dos impactos antrópicos para contextualização das questões socioambientais
- Esforços para mobilização da comunidade
- Democratização da informação por meio de redes sociais
- Centros ou espaços de EA



Figura 5: Diagnóstico das forças identificadas.

OPORTUNIDADES JÁ IDENTIFICADAS

- Ações e projetos de EA desenvolvidos na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS)
- Logística reversa presente em alguns estabelecimentos
- Redes de EA em Santos, na Baixada Santista, Paulista e Brasileira (REAS, REABS, REPEA E REBEA)
- Objetivos em comum para enfrentamento de problemáticas socioambientais
- Sistema de Informações Geográficas de Santos (SIG Santos)
- Economia solidária/Feira de orgânicos
- Município de Santos como polo regional da Baixada Santista
- Movimentos sociais atuantes em Santos
- Parcerias e apoio em eventos
- Desenvolvimento e expansão das unidades de EA
- Promoção de eventos para mobilização social e alcance de maior público
- Publicidade por meio do Diário Oficial e outras mídias
- Financiamento para projetos
- Reconhecimento de Santos como município atuante em EA
- Legislação ambiental municipal
- Inter-relações com a comunidade e outros setores
- Multidisciplinaridade dos educadores ambientais
- Setores específicos de EA na gestão pública com respectiva coordenação
- Existência de Unidades de Conservação no município
- Ações conjuntas em projetos estaduais de EA desenvolvidos pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) em Santos - Verão no Clima e Circulando a EA no Estado de SP



Figura 6: Diagnóstico das oportunidades identificadas

FRAQUEZAS JÁ IDENTIFICADAS

- Falta de conhecimento a respeito do papel da mídia no processo de divulgação
- Falhas no processo de Educomunicação
- Falhas na obtenção e aplicação de recursos financeiros externos
- Carência e falhas quanto à responsabilidade compartilhada de resíduos
- Carência de processos participativos
- Ausência de planejamento periódico
- Falhas na adoção de práticas ambientais sustentáveis
- Falhas na divulgação dos dados existentes, que poderiam ser utilizados para diagnóstico (da prática à teoria)
- Carência de projetos que contemplem planejamento de ações contínuas e interligadas voltadas a um determinado objetivo
- Desconhecimento das Políticas Públicas de Educação Ambiental
- Falhas na gestão ambiental
- Falhas na organização interna dos setores de EA
- Falha nas atividades logísticas como processo integrado.

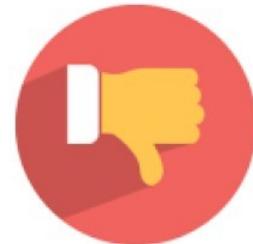


Figura 7: Diagnóstico das fraquezas identificadas.

AMEAÇAS JÁ IDENTIFICADAS

- Ausência de centros de referências em Educação Ambiental, que atendam as diretrizes em relação às construções sustentáveis
- Alta demanda para o enfrentamentos de todos os problemas socioambientais
- Carência de segurança em áreas públicas e nos parques
- Problemas com a gestão da Política Nacional de Educação Ambiental
- Carência na infraestrutura, incluindo transporte para atividades coletivas
- Dificuldade nas ações de intersectorialidade e interinstitucionalidade
- Carência na adoção de critérios de sustentabilidade na construção civil
- Problemas socioambientais
- Sistema de coleta de resíduos não contempla toda o município
- Problemas com existência de acordo setoriais para a logística reversa
- Equipes reduzidas de EA e de fiscalização
- Carência de recursos financeiros e humanos
- Pouca representatividade social nos espaços de diálogos
- Políticas Municipais de Educação Ambiental e de Meio Ambiente
- Poucos editais para apresentação de projetos



Figura 8: Diagnóstico das ameaças identificadas.

Dessa forma, tais elementos qualitativos constituem o Cenário da EA no Município de Santos - 2018, apontando novamente para o Cenário de Desenvolvimento, pois prevaleceram as Forças (elementos internos) e Oportunidades (elementos externos), conforme análise quantitativa em tabela 3.

ANÁLISE QUANTITATIVA	
NÚMERO DE ASPECTOS IMPULSORES	
Ambiente Interno – Forças:	19

Ambiente Externo – Oportunidades:	20
Total de aspectos impulsores:	39
NÚMERO DE ASPECTOS RESTRITIVOS	
Ambiente Interno – Fraquezas:	13
Ambiente Externo - Ameaças:	15
Total de aspectos restritivos:	28

Tabela 3: Análise quantitativa do Cenário da EA no Município de Santos - 2018.

CAPÍTULO III – MARCO OPERACIONAL

Nesta versão final, diante dos Marcos Conceitual e Situacional, considerando ainda o diagnóstico inicial, o ProMEA Santos, com vigência de 2020 a 2030, apresenta a seguir sua proposta, diretrizes, princípios, visão e valores, missão, objetivos, potenciais participantes, linhas de ação estruturantes e o diagnóstico e planejamento situacional estratégico, contendo o cronograma, construído coletivamente ao longo do segundo semestre de 2019, durante os quatro encontros do Fórum Municipal de Educação Ambiental nos Parques.

O referido programa vem sendo construído e implementado por meio de uma gestão participativa contínua para planejar, fazer, checar e agir (Ciclo PDCA), sob a ótica da pesquisa-ação, através de um processo integrado por meio de dois eixos principais, o da pesquisa representado pelo Projeto Conexão e o da ação representado pelo Projeto Estação Ambiental, ambos da SEMAM.

1. PROPOSTA

O ProMEA Santos é um dos instrumentos de gestão pública para a implementação da Política Municipal de Educação Ambiental, tendo como princípio a descentralização e o envolvimento da sociedade, para o desenvolvimento de uma postura crítica e reflexiva, visando a sua participação nas tomadas de decisão e gestão ambiental, ou seja, objetivando a gestão participativa para a construção de uma sociedade sustentável, apoiada em três tríades de reivindicações por inclusão radical: terra, teto e trabalho; educação, saúde e natureza e comunicação, participação e espiritualidade (RAYMUNDO, 2019).

Apresenta-se como proposta a sua construção coletiva de forma democrática, participativa e integrada, fomentando o diálogo e a cooperação entre todos os atores da EA de Santos, no planejamento e na execução de EA como um processo contínuo de informação e formação, crítico e contextualizado, aperfeiçoando e fortalecendo os sistemas de ensino, meio ambiente e outros que tenham interface com a EA, dialogando com as mais amplas propostas, campanhas e programas governamentais e não governamentais em âmbitos nacional, estadual e municipal, fortalecendo-os e sendo por eles fortalecido através das comissões constituídas e do Fórum Municipal de EA para a construção do ProMEA Santos, em acordo aos

instrumentos legais municipais, estaduais e federais e em sinergia às demais políticas, programas e projetos socioambientais voltados à sustentabilidade e à qualidade de vida de todos os seres com os quais compartilhamos o território, tendo como referência que a EA é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Será implementado em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu inciso VI do Art. 225; Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASS); a Carta da Terra; a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Federal nº 9.795/1999), o decreto que a regulamenta (Decreto nº 4.281/2002); o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA); a Política Estadual de Educação Ambiental (Lei nº 12.780/2007); o artigo 58 da Lei Orgânica de Santos; o Capítulo IV do Título I e o Capítulo III e V do Título IV do Plano Diretor de Santos (Lei Complementar nº 1005/2018), considerando ainda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/1996); as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE nº 02/2012); Base Nacional Comum Curricular (BNCC); o Sistema Municipal de Ensino (Leis nº 2.491/2007 e nº 2.657/2009); o Plano Municipal de Educação (Lei nº 3.151/2015, que alterou a Lei nº 2.681/2010) e os Temas Transversais de Educação (Lei nº 3.187/2015). Deverá atender as Diretrizes para campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental (Resolução CONAMA nº 422/2010); Diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Resolução CNRH nº 98/2009) Recomendação CONAMA nº 11/2011 referente os Centros Educação Ambiental – CEA, a Recomendação CONAMA nº 12/2011 referente Adoção de Práticas Sustentáveis no âmbito da Administração Pública e Recomendação CONAMA nº 14/2012 referente à Adoção Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (ENCEA).

2.DIRETRIZES

O ProMEA Santos assume as seguintes diretrizes:

I – Transversalidade, transdisciplinaridade e complexidade: criar espaços de interlocução bilateral e múltipla para internalizar a EA no conjunto do governo, contribuindo assim para a agenda transversal, que busca o diálogo entre as políticas setoriais ambientais, educativas, econômicas, sociais e de infraestrutura, de modo a participar das decisões de investimentos desses setores e a monitorar e avaliar, sob a ótica educacional e da sustentabilidade, o impacto de tais políticas;

II - Aperfeiçoamento e Fortalecimento dos Sistemas de Educação (formal, não formal e informal), Meio Ambiente e outros que tenham interface com a EA: assegurar entre os diversos atores do território, o estímulo ao planejamento e atuação integrada, à descentralização e articulação espacial e institucional com base na perspectiva territorial, estimulando os processos de mobilização, formação, participação e controle social das políticas públicas ambientais, em sinergia com as demais políticas federais, estaduais e municipais, desenvolvidas pelo Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA);

III - Sustentabilidade socioambiental: desempenhar um importante papel na orientação de agentes públicos e privados para a reflexão e construção de alternativas que almejem a sustentabilidade socioambiental, propiciando a oportunidade de se ressaltar o bom exemplo das práticas e experiências exitosas;

IV - Democracia, mobilização e participação social: Participação social e valorização da diversidade de saberes e práticas produzidas pela sociedade: fomentar a construção de valores culturais comprometidos com a qualidade ambiental e a justiça social; e de apoio à sociedade na busca de um modelo socioeconômico sustentável, que promova a integração dos saberes, nas dimensões ambiental, ética, cultural, espiritual, social, política e econômica, promovendo a dignidade, o cuidado e a valorização de toda forma de vida no planeta.

3.PRINCÍPIOS

Os princípios básicos para a EA no município são:

I – o enfoque humanista, holístico, histórico, crítico, político, democrático, participativo, inclusivo, dialógico, cooperativo e emancipatório;

II - a concepção de ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência sistêmica entre o meio natural e o construído, o socioeconômico, o cultural, a trajetória histórica, o espiritual, sob o enfoque da sustentabilidade e considerando as especificidades territoriais;

III - o respeito ao pluralismo de ideias, concepções pedagógicas e práticas sociais, com a perspectiva da abordagem crítica;

IV - a vinculação entre as diferentes dimensões de saberes e conhecimentos; entre os valores éticos e estéticos; entre a educação, o trabalho, a cultura, a tecnologia e as práticas sociais; garantia

V - a garantia de processos educativos articulados, continuados e permanentes;

VI - a permanente avaliação crítica e construtiva do processo educativo;

VII - a abordagem contextualizada e articulada das questões socioambientais locais, regionais, por bacias hidrográficas, territoriais, nacionais, transfronteiriças e globais;

VIII – o reconhecimento, respeito e valorização da diversidade de orientação sexual e de gênero, cultural, étnica, espiritual, genética, de espécies e de ecossistemas;

IX - o respeito e garantia à liberdade e à equidade de gênero;

X - o compromisso ético com a cidadania e justiça socioambiental;

XI - a democratização na produção, divulgação e acesso a saberes, conhecimentos e informações socioambientais, com base na liberdade de expressão e no fomento às tecnologias e demais instrumentos de comunicação;

XII - a coerência entre o pensar, o falar, o sentir e o fazer;

XIII - a transparência, gestão democrática e controle social dos planos, programas, projetos e ações locais que envolvam a EA.

4. VISÃO E VALORES

O ProMEA Santos é voltado para a integração de conhecimentos em busca da ampliação dos horizontes em cada área do saber, bem como ao reconhecimento da cultura local, à valorização e preservação do patrimônio ambiental e dos recursos naturais, à cultura da paz e à justiça social, com a intenção de assegurar a criação de processo de aprendizagem, humanização e cidadania e de despertar o sentimento de pertencimento na compreensão do ambiente e sua inserção no contexto global.

5. MISSÃO

Difundir a EA em todo município de modo a permitir mudanças culturais de fato e condições para que todos os cidadãos comprometidos e conhecedores de suas potencialidades e de seus instrumentos de transformação socioambiental exerçam o seu papel e participem ativamente da construção de uma sociedade sustentável por meio de processos educadores permanentes, continuados, articulados e com a totalidade, como enunciado pelo ProNEA em sua busca por uma EA popular, permitindo a formação de educadores ambientais, agentes e comunicadores, apoiando e fortalecendo redes, grupos, comitês e núcleos ambientais em ações locais voltadas à construção de sociedades sustentáveis.

6.OBJETIVOS

O objetivo fundamental é fornecer embasamento teórico e prático, que subsidie a práxis pedagógica dos educadores ambientais, possibilitando a efetiva integração da EA nas ações educativas abarcando o ensino formal, não formal e informal, se constituindo como referência na elaboração de programas, projetos e ações, fomentando a participação ativa da sociedade nas práticas sustentáveis para que a transformação do meio possa ocorrer a partir da transformação de atitudes, não apenas no ambiente escolar, como também na sociedade. Durante a construção do ProMEA Santos, com base no diagnóstico e planejamento estratégico realizado seis estratégias foram eleitos como principais:

- Gestão e planejamento da EA no município (integração política);
- Promoção da participação;
- Formação continuada de educadores ambientais (formal, não-formal, informal);
- Educomunicação;
- Sociedades Sustentáveis;
- EA nas instituições de ensino.

Além disso, além dos constantes no ProNEA - versão 2018; apresentam-se para o município de Santos como objetivos específicos da EA:

I - O desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, espirituais, históricos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - A garantia de democratização das informações ambientais;

III - O estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - O incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - O estímulo à cooperação entre os diversos territórios, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - O fomento e o empoderamento da integração com a ciência, tecnologia e saberes populares;

VII - O fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade;

VIII - O acompanhamento, cumprimento e aprimoramento dos ditames legais das Políticas e Programas Estaduais e Federais de EA;

IX - Promover ações estruturantes para o fortalecimento do ProMEA Santos;

X - Elaborar e implementar políticas públicas de EA por intermédio de um processo educativo permanente, participativo e continuado;

XI - Mapear as ações de EA existentes no município promovendo a integração entre elas;

XII - Estimular a criação de ações, projetos e programas de EA desenvolvidos pelos diferentes atores sociais do município de Santos;

XIII - Fomentar ações para o desenvolvimento de pensamentos e atitudes voltadas para sociedades sustentáveis entre os estudantes, professores, educadores e gestores da rede de ensino pública e privada, dentro e fora dos espaços escolares, na perspectiva da formação continuada de educadores ambientais;

XIV - Promover a articulação intersetorial e interinstitucional com a contribuição dos trabalhos desenvolvidos no âmbito das redes de EA, conselhos municipais e demais setores organizados da sociedade civil;

XV - Estabelecer a integração do ProMEA Santos aos PPP das Unidades Escolares e Centros ou Espaços de EA;

XVI - Estabelecer a integração do ProMEA Santos aos Planos de Manejo das UCs inseridas no território;

XVII - Exercer a EA enquanto ação política, trabalhando distintos temas que partam do interesse e necessidade do território e dialogando com a diversidade das questões socioambientais;

XVIII - Integrar ações municipais de EA às diretivas e objetivos de outros programas de gestão ambiental e de uso e ocupação do solo em outras esferas de poder;

XIX - o estímulo à criação, o fortalecimento e a ampliação, promovendo a comunicação e cooperação em nível local e regional das:

- a) redes de EA;
- b) núcleos de EA;
- c) coletivos jovens de meio ambiente;
- d) coletivos educadores e outros coletivos organizados;
- e) comissões;
- f) fóruns;
- g) colegiados;
- h) câmaras técnicas.

XXI - a busca da descentralização espacial e institucional na implementação da Política e do Programa Municipal de Educação Ambiental;

XXII – Valorizar a agenda ambiental local contemplando ações de EA propostas pelo Programa Município VerdeAzul (PMVA) do Governo do Estado de São Paulo em suas Diretivas.

7. POTENCIAIS PARTICIPANTES

Deverá atender a toda a sociedade em todas as faixas etárias, em acordo ao Programa Nacional de Educação Ambiental, tendo como destaque educadores ambientais formais, não formais e informais, grupos em condições de vulnerabilidade social e ambiental; agentes comunitários e de saúde; lideranças de comunidades; catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; gestores, servidores e funcionários de entidades públicas, privadas e organizações da sociedade civil; gestores, técnicos, docentes e estudantes de todos os níveis e modalidades de ensino; representantes de corporações e empreendimentos; agentes culturais, editores e comunicadores.

Torna-se importante a inclusão de representantes da política do cotidiano como condomínios e síndicos, sindicatos, diretórios acadêmicos, etc. (BIASOLI, SORRENTINO 2018).

8. LINHAS DE AÇÃO ESTRUTURANTES

A partir do diagnóstico inicial para o alcance dos objetivos algumas linhas de ação puderam ser traçadas como ações estruturantes a fim de alcançar os objetivos da Promoção da participação; da Formação Continuada de Educadores Ambientais; da Educomunicação e da Gestão e Planejamento da EA no Município, quais sejam:

8.1 LINHA DE AÇÃO 1: PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO

Incentivar a participação popular na política para discussão de temas relevantes, onde a sociedade participe das tomadas de decisões, legitimando as decisões das políticas públicas sob uma responsabilidade compartilhada.

Os processos educativos requerem mudanças e é por meio de participação popular que se concretizam com compreensão dos contextos sociais e culturais. Devemos estimular a mobilização identificando as pessoas envolvidas no problema assim como na solução, interligando todas as áreas do conhecimento.

O diálogo com a participação da sociedade de maneira democrática e ativa, apresentará resultados concretos na perspectiva da construção de Políticas Ambientais de Educação para o Município de Santos.

8.1.1 Ação 1: Articular as Comissões de Educação Ambiental com outros colegiados de Educação Ambiental

Fortalecer as Redes de Educação Ambiental, articulando a CISEA e a CIMEA com demais colegiados, respeitando os princípios das redes através de um processo social, que gere a interação entre diferentes atores sociais na definição do espaço comum e do destino coletivo, através de uma sociedade civil articulada, consciente sobre seus direitos e participante da vida política local, respeitando a diversidade, cultura e valores daqueles que se engajam na melhoria e transformação dos seus territórios.

8.1.2 Ação 2: Realização de consultas públicas

Como forma de concreta de participação, a realização de Consulta Pública sobre a Política Municipal de EA em Santos se faz necessária, com o diálogo entre educadores, cidadãos e colegiados e para isso, é imprescindível a participação popular.

8.2 LINHA DE AÇÃO 2: FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES AMBIENTAIS (FORMAL E NÃO FORMAL)

O Programa deverá contemplar a EA formal e a EA não formal. Nesta perspectiva, o processo de aprendizagem deve ser transformador, possibilitando a aquisição de conteúdos e conhecimentos geradores de atitudes participativas e emancipatórias, que reavaliem modos de produção e consumo e visem à construção de práticas coletivas mais prudentes, cooperativas, solidárias e responsáveis.

8.2.1 Ação 1: Realização de encontros, oficinas, cursos e palestras

Em promoção à educação, espaços de diálogos podem contribuir tratando de diversos assuntos, tais como: políticas públicas e participação popular, evoluções e correntes de EA, compromissos firmados sobre EA, temas geradores que requerem a EA, suas causas, educar para a sustentabilidade.

8.2.2 Ação 2: Promover a EA dentro dos Projetos Políticos Pedagógicos das Unidades de Ensino e dos Espaços e Centros de Educação Ambiental

A EA se constitui em princípios que abordam os conteúdos dentro de uma visão de totalidade e assim deve estar incluída no currículo das escolas municipais de forma interdisciplinar, ajustando-se às situações específicas dentro de cada área do conhecimento, sendo contemplada nos PPP das diferentes unidades de ensino. Também deve fazer parte dos PPP dos centros ou espaços de EA, devendo ser mediada por uma equipe multidisciplinar de

educadores, além de estar em consonância ao ProMEA Santos. Deverá transcender os limites físicos dos espaços por meio de ações que integrem os demais espaços do equipamento onde estiver inserido, incluindo a paisagem de todos os cenários como ilustração e a realidade socioambiental local como conteúdo, atuando na formação de pessoas por meio de vivências, encontros, fóruns, oficinas, exposições, seminários e cursos.

8.2.3 Ação 3: Formação continuada de professores

Otimizar os cursos de formação para os educadores ambientais do município, incluindo os professores da rede de ensino, por meio da criação de espaços para diálogos, bem como da realização de visitas orientadas aos diferentes equipamentos educadores da cidade, tais como: Jardim Botânico, Aquário, Orquidário, Engenho dos Erasmos, Trilhas de Ecoturismo, Centros Culturais e Centros de Atividades Integradas (CAIS), além de outros espaços do território local e/ou regional.

8.2.4 Ação 4: Promover a participação da juventude na construção de políticas públicas.

Oferecer espaços de diálogos para que a juventude participe do processo de construção de políticas públicas.

8.3 LINHA DE AÇÃO 3: EDUCOMUNICAÇÃO

O ProMEA Santos deverá incentivar a prática da EA através da utilização de diferentes ferramentas da comunicação com o objetivo de proporcionar a aprendizagem aos interlocutores (emissor e receptor do diálogo), por meio da reflexão crítica da realidade local em um processo dialógico.

8.3.1 Ação 1: Aplicação da Educomunicação

Proporcionar meios interativos e democráticos para que a sociedade possa produzir conteúdos e disseminar conhecimentos, através da comunicação ambiental voltada para a sustentabilidade.

8.4 LINHA DE AÇÃO 4: GESTÃO E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO

Integrar os representantes da CISEA e da CIMEA para debater o ProMEA Santos, com a sociedade santista, poder executivo e legislativo, buscando sua institucionalização na forma de lei enquanto Política Municipal de EA.

8.4.1 Ação 1: Criação da Política Municipal de Educação Ambiental

A criação da Política Municipal de EA, em consonância com as Políticas e Programas

Nacionais e Estaduais de Educação Ambiental é importante para consolidar o ProMEA Santos, bem como estabelecer o entendimento da EA no município.

9. DIAGNÓSTICO SITUACIONAL ESTRATÉGICO

Com base na metodologia participativa F.O.F.A. utilizada em todo o processo de construção do ProMEA Santos, a análise e o planejamento situacional estratégico permitiram identificar, a partir da observação da matriz consolidada do cenário da EA no Município de Santos-2018 alguns elementos chave, abaixo relacionados, objetivando o estabelecimento de elementos essenciais para o Programa Municipal de Educação Ambiental.

- PNEA;
- PRONEA;
- Tratado de EA;
- Plano e Política Municipal de EA;
- Políticas Públicas existentes no município;
- Problemas socioambientais;
- Práticas ambientais sustentáveis;
- Unidade de Conservação;
- Centro ou Espaço de EA;
- Recursos financeiros e humanos;
- Projetos de EA;
- Educomunicação;
- Democratização da informação;
- Mobilização social;
- Parcerias;
- Redes;
- Conselhos Municipais;
- CISEA;
- CIMEA.

Com base nesses elementos e demais apontamentos do diagnóstico inicial foram estabelecidas algumas prioridades de atuação, que pudessem ocorrer em curto prazo e contribuir com as linhas de ação estruturantes. Foram elas:

- Atualização dos dados do Cenário da EA no Município de Santos;
- Interação do Programa Municipal de EA com os Centros ou Espaços de EA;
- Criação de espaços para dialogar sobre políticas públicas de EA, trocar experiências e estabelecer parcerias com pessoas, coletivos, instituições, redes, organizações da sociedade civil, universidades, conselhos, câmaras técnicas e poder público;
- Contribuição da sociedade santista na construção participativa do Programa Municipal de EA;
- Interação entre sociedade, CISEA e CIMEA;
- Identificação de temas geradores, que demandem maior atenção das políticas públicas de EA para o enfrentamento dos desafios socioambientais locais.

Dessa forma, para implementar tais atuações prioritárias, os educadores ambientais atuantes no Município de Santos (formais, não formais e informais) foram convidados a participar do “Fórum de Educação Ambiental nos Parques – Contribuições para o Programa Municipal de Educação Ambiental”, que foi realizado com o apoio da Futura Consultoria em Gestão Integrada e do Fundo Especial para Desenvolvimento dos Parques (FEPAR), instituído por lei em 2017.

Teve como objetivo principal cumprir as prioridades de ação identificadas no diagnóstico inicial, estabelecendo a interação e conectividade entre a sociedade, a CISEA e a CIMEA, propiciando o diálogo sobre políticas públicas de EA e a aplicação de ferramentas educativas participativas para que todos pudessem contribuir com a construção do ProMEA Santos tendo sido estabelecido um calendário para os encontros ao longo do segundo semestre de 2019. A íntegra de todos os relatórios de atividade referentes aos encontros e oficinas do “Fórum Municipal de EA nos Parques: Contribuições para o ProMEA Santos” encontra-se anexa ao presente documento.



Figura 9: Fórum de Educação Ambiental nos Parques

Através da tabulação das informações obtidas a partir do formulário de inscrição também foi possível traçar um perfil atualizado dos Educadores Ambientais do município, possibilitando a sua utilização nos futuros trabalhos relacionados à EA, conforme segue:

Você se identifica em qual das Macrotendências de Educação Ambiental abaixo?

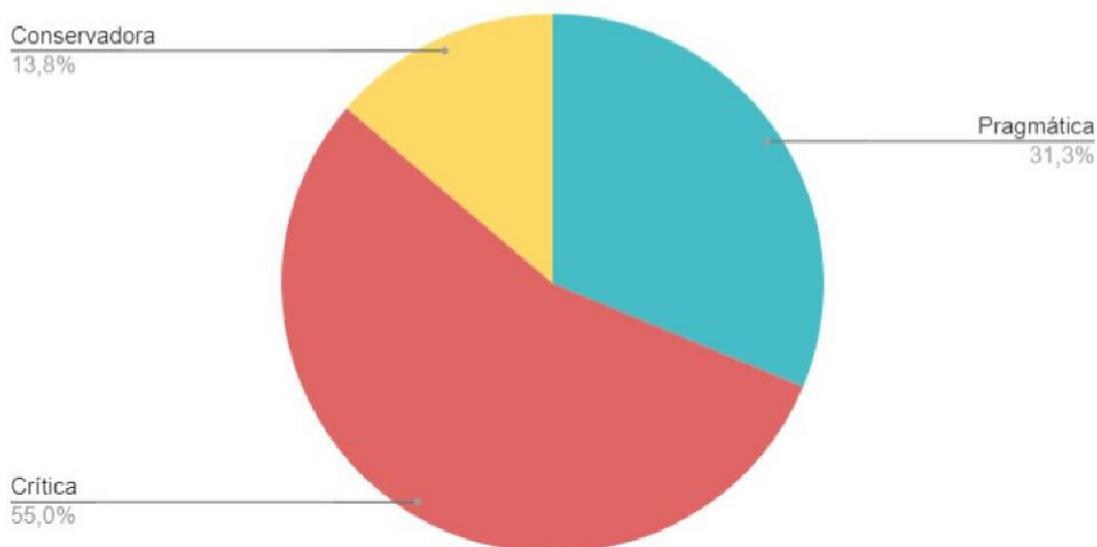


Gráfico 6: Macrotendências de EA.

Enquanto educador ambiental suas ações se enquadram no ensino

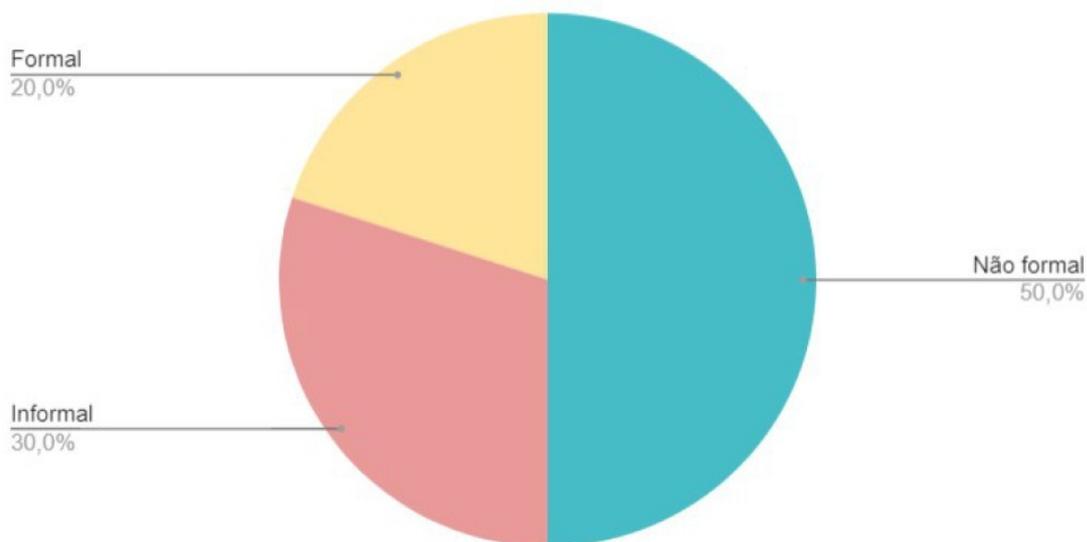


Gráfico 7: Ações de EA.

Você faz parte de alguma das instituição ?

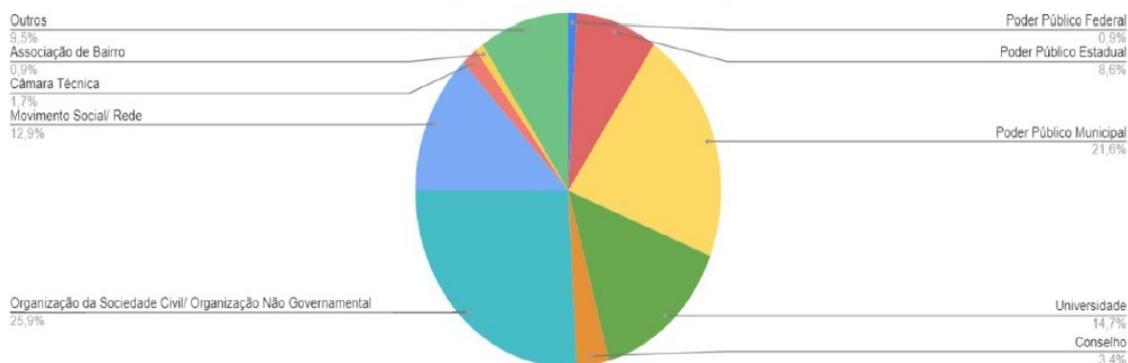


Gráfico 8: Representação de instituição.

A abertura do Fórum ocorreu no Aquário Municipal de Santos, em 28 de agosto de 2019, quando poder público, universidade e rede reafirmaram a importância do trabalho conjunto e participativo para a institucionalização das políticas públicas de EA, por meio do discurso de abertura feito pelo Secretário de Meio Ambiente Marcos Libório, da palestra “Histórico, Conceituação e Políticas Públicas Brasileiras de Educação Ambiental” ministrada pelo Prof. Dr. Zysman Neiman da UNIFESP, bem como pela oficina participativa “Contribuições para a Política e o Programa Municipal de Educação Ambiental” conduzida por Patrícia Martin



GABINETE DO PREFEITO

Alves e Luciana Siriani, para atualização do Cenário da EA no Município de Santos, e o apontamento de temas e questões que demandassem maior atenção das políticas em EA, partindo do interesse e necessidade do território e grupo de ação, identificados como temas geradores, conforme programação veiculada em redes sociais, mailing de colegiados e site oficial da Prefeitura de Santos (figura 10). As listas de presença dos de todos os encontros e as instituições participantes foram incluídas no anexo deste documento.



FÓRUM DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PARQUES

Contribuições para o Programa Municipal
de Educação Ambiental

I ENCONTRO
28 DE AGOSTO DE 2019 • 8h30 as 14h30
AQUÁRIO MUNICIPAL

PROGRAMAÇÃO



8h30 • Recepção

9h • Abertura com **Marcos Libório** - Secretário de Meio Ambiente da Prefeitura de Santos



9h30 • Palestra "Histórico, Conceituação e Políticas Brasileiras de Educação Ambiental" com **Zysman Neiman** - Pesquisador e Professor Associado do Departamento de Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

11h • Coffee Break



12h30 • Oficina Participativa "Contribuições para a Política e o Programa Municipal de Educação Ambiental" com **Patrícia Martin Alves** - Diretora técnica da Futura Consultoria e Facilitadora da Rede Paulista de Educação Ambiental (REPEA)

14h30 • Encerramento

PÚBLICO-ALVO: Educadores ambientais
(formais, não formais e informais)
atuantes no Município de Santos

INSCRIÇÕES LIMITADAS até 23/08/2019

[HTTPS://FORMS.GLE/VHXJK6OBZLNQ5FG6S9](https://forms.gle/VHXJK6OBZLNQ5FG6S9)

PRÓXIMOS ENCONTROS

30/09/2019 • 8h30 as 14h30
JARDIM BOTÂNICO CHICO MENDES

31/10/2019 • 8h30 as 14h30
AQUÁRIO MUNICIPAL

29/11/2019 • 8h30 as 14h30
ORQUIDÁRIO MUNICIPAL

Secretaria do Meio Ambiente

Como resultados, foram levantados novos elementos para inclusão e atualização no Cenário de EA do Município de Santos, quais sejam:

Forças: Legislação Municipal de Meio Ambiente (segregação de resíduos, banco de materiais da construção civil, etc.); Ecobarreiras; Ampliação e popularização dos meios de transporte sustentáveis ou compartilhados; Intervenção nos ambientes com a limpeza e conscientização da população; Uso das mídias de comunicação em veículos tradicionais; Ferramentas de interação pública (exemplo – escultura do peixe); Datas comemorativas (dia da água, dos oceanos, semana do meio ambiente); Ampliação do FEPAR (direcionamento para cuidados preventivos para o inventário arbóreo dos parques; Criação de um setor de resiliência e mudança do clima com oportunidade de captação de recursos.

Oportunidades: Feiras orgânicas e promoção de produtos sustentáveis; Usina de Compostagem e CACAU; Locais de inserção da EA: Shoppings, Condomínios, Clubes, Bares e Restaurantes, Unidades de saúde, Instituto de Pesca, Associações.

Fraquezas: Não expandir ações de forma igualitária nos bairros de Santos; Descentralizar os eventos de EA; Falta de equipe permanente; Comunicação entre secretarias e trabalho em rede; Representatividade racial, faixa etária, etc.; Sensibilizar as camadas da sociedade; Falta de formação multidisciplinar/transdisciplinar no profissional de EA; Falta de projetos durante o verão (alta temporada); Falha no conceito de EA (bases teóricas).

Ameaças: Falta de comprometimento do cidadão. Consumismo – repensar o uso e a alta produção; Desigualdade social – moradias subnormais; Falta de reconhecimento dos educadores ambientais; Falta de uma política pública compartilhada (Ex. A falta de saneamento de São Vicente abala Santos); Preguiça da população. Fazem sempre o mais fácil/ Falta de empenho; Falta de interesse dos empresários; A relação com o dinheiro; Falta de conexão entre as legislações na esfera federal, estadual e municipal; Falta da fiscalização da prática das leis ambientais; Falta de senso de pertencimento; Responsabilidade compartilhada dos resíduos; Pouca participação do setor privado na construção de políticas públicas de EA; Falta de investimento financeiro para a EA; Burocracia para captação de fundos municipais para EA; Falta de inserção da temática ambiental no currículo oficial do município (projeto pedagógico).

Após a sistematização das informações a respeito do enquadramento de todos os elementos apontados enquanto aspectos internos e externos aos olhos de quem planeja, seguindo a metodologia, obteve-se a atualização das Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças que impulsionam ou retardam as ações de EA no município, conforme segue:

ASPECTOS INTERNOS

TOTAL DE FORÇAS

1. Alguns projetos itinerantes dispõem de transporte próprio
2. Interação entre setores e instituições de EA
3. Trabalho em redes - REAS/REABS/REPEA
4. Constituição da CISEA – Comissão Intersetorial de EA para fortalecimento da base institucional
5. Constituição da CIMEA – Comissão Interinstitucional Municipal de EA
6. Existência do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA)
7. Existência do Fundo Municipal de Preservação e Recuperação do Meio Ambiente (FMPRMA) e do Fundo Especial para Desenvolvimento dos Parques (FEPAR)
8. Trabalho com a juventude
9. Desenvolvimento de projetos entre poder público e Organizações Não Governamentais (ONGs)
10. Promoção de visitas técnicas para diálogos e interação entre equipes
11. Acervo de instituições para apresentação ao público
12. Comemoração das datas do calendário ambiental (dia da água, dos oceanos, semana do meio ambiente)
13. Direcionamento do FEPAR aos cuidados preventivos como o inventário arbóreo e à EA
14. Criação de um setor de resiliência e mudança do clima com oportunidade de captação de recursos.
15. Comprometimento das equipes
16. Trabalho baseado nos princípios da EA
17. Implementação de projetos diversificados de EA
18. Existência de processos de formação em EA
19. Consideração dos impactos antrópicos para contextualização das questões socioambientais
20. Esforços para mobilização da comunidade
21. Democratização da informação por meio de redes sociais
22. Centros ou espaços de EA
23. Legislação municipal
24. Projetos referentes a resíduos sólidos (ecobarreiras, compostagem)
25. Intervenção nos ambientes com a limpeza e conscientização da população
26. Uso das mídias de comunicação em veículos tradicionais
27. Utilização de ferramentas de interação pública (a exemplo escultura do peixe)



TOTAL DE FRAQUEZAS

1. Falta de conhecimento a respeito do papel da mídia no processo de divulgação
2. Falhas no processo de Educomunicação
3. Falhas na obtenção e aplicação de recursos financeiros externos
4. Carência e falhas quanto à responsabilidade compartilhada de resíduos
5. Carência de processos participativos
6. Ausência de planejamento periódico
7. Falhas na adoção de práticas ambientais sustentáveis
8. Falhas na divulgação dos dados existentes, que poderiam ser utilizados para diagnóstico (da prática à teoria)
9. Carência de projetos que contemplem planejamento de ações contínuas e interligadas voltadas a um determinado objetivo
10. Desconhecimento das Políticas Públicas de Educação Ambiental
11. Falhas na gestão ambiental
12. Falhas na organização interna dos setores de EA
13. Falha nas atividades logísticas como processo integrado
14. Não expandir ações de forma igualitária nos bairros de Santos. Não descentralizar os eventos de EA
15. Falha na comunicação ideal entre secretarias e trabalho em rede
16. Falha na representatividade racial, faixa etária, social etc.
17. Falha na sensibilização de todas as camadas sociais
18. Falha na formação multidisciplinar, transdisciplinar e integrada do educador ambiental
19. Falha na efetividade dos projetos de EA, inclusive durante o verão (alta temporada)
20. Falha na assimilação do conceito de EA (bases teóricas)
21. Falha na fiscalização ambiental municipal

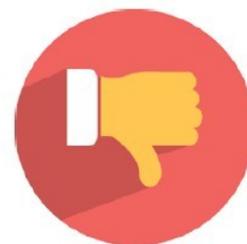


Figura 11: F.O.F.A - Aspectos Internos.



GABINETE DO PREFEITO

ASPECTOS EXTERNOS

TOTAL DE OPORTUNIDADES

1. Ações e projetos de EA desenvolvidos na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS)
2. Logística reversa presente em alguns estabelecimentos
3. Redes de EA em Santos, na Baixada Santista, Paulista e Brasileira (REAS, REABS, REPEA E REBEA)
4. Objetivos em comum para enfrentamento de problemáticas socioambientais
5. Sistema de Informações Geográficas de Santos (SIG Santos)
6. Economia solidária/Feira de orgânicos
7. Município de Santos como polo regional da Baixada Santista
8. Movimentos sociais atuantes em Santos
9. Parcerias e apoio em eventos
10. Desenvolvimento e expansão das unidades de EA
11. Promoção de eventos para mobilização social e alcance de maior público
12. Publicidade por meio do Diário Oficial e outras mídias
13. Financiamento para projetos
14. Feiras orgânicas e promoção de produtos sustentáveis;
15. Usina de Compostagem e CACAU
16. Locais de inserção da EA: Shoppings, Condomínios, Clubes, Bares e Restaurantes, Unidades de saúde, instituto da pesca, Associações.
17. Reconhecimento de Santos como município atuante em EA
18. Legislação ambiental municipal
19. Inter-relações com a comunidade e outros setores
20. Multidisciplinaridade dos educadores ambientais
21. Setores específicos de EA na gestão pública com respectiva coordenação
22. Existência de Unidades de Conservação no município
23. Ações conjuntas em projetos estaduais de EA desenvolvidos pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) em Santos - Verão no Clima e Circulando a EA no Estado de SP
24. Ampliação e popularização dos meios de transporte sustentáveis ou compartilhados



TOTAL DE AMEAÇAS

1. Ausência de centros de referências em Educação Ambiental, que atendam as diretrizes em relação às construções sustentáveis
2. Alta demanda para o enfrentamentos de todos os problemas socioambientais
3. Carência de segurança em áreas públicas e nos parques
4. Problemas com a gestão da Política Nacional de Educação Ambiental
5. Carência na infraestrutura, incluindo transporte para atividades coletivas
6. Dificuldade nas ações de intersetorialidade e interinstitucionalidade
7. Carência na adoção de critérios de sustentabilidade na construção civil
8. Problemas socioambientais e desigualdade social como moradias subnormais
9. Sistema de coleta de resíduos não contempla toda o município
10. Problemas no cumprimento da legislação, a exemplo dos acordos setoriais para a logística reversa
11. Equipes transitórias e reduzidas de EA e de fiscalização
12. Carência de recursos financeiros e humanos
13. Pouca representatividade social nos espaços de diálogos
14. Políticas Municipais de Educação Ambiental e de Meio Ambiente
15. Poucos editais para apresentação de projetos
16. Falta de comprometimento do cidadão e sentimento de pertencimento para se empenhar e sair da zona de conforto
17. Sistema capitalista
18. Falta de reconhecimento dos educadores ambientais
19. Falta de uma política pública regional compartilhada
20. Falta de interesse dos empresários
21. Pouca participação e falta de investimento do setor privado na construção e implementação de políticas públicas de EA
22. Burocracia para captação de recursos financeiros para a EA, incluindo os fundos municipais



Figura 12: F.O.F.A - Aspectos Externos.

Em relação aos temas geradores 30 foram registrados, avaliados e classificados de acordo com sua similaridade. Abaixo a classificação feita por meio da separação dos temas:

- Resíduos sólidos: 12 contribuições
- Palafitas / Desigualdade social: 6 contribuições
- Mudança do Clima: 2 contribuições
- Pertencimento ao território: 2 contribuições
- Consciência ambiental da população: 6 contribuições
- Porto: 1 contribuição
- Captação de Água: 1 contribuição

Percebeu-se ao separar os temas geradores que há problemas causadores, por exemplo, consciência da população e consequência dos problemas, como por exemplo, resíduos nos mares e mudanças do clima.

Após o levantamento dos temas geradores e das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças se fez necessário um estudo mais aprofundado das verdadeiras causas dos problemas identificados. Assim sendo, para o II Encontro foram sugeridas para as oficinas participativas a metodologia da “Árvore de Problemas”, a fim de se elaborar um plano de ação mais eficiente, e a metodologia do “Biomapa” objetivando identificar locais para realização de projetos e atividades de EA no território, além da devolutiva do primeiro encontro e de uma atividade cultural realizada pelo Projeto Cirandança da Secretaria de Cultura.

As oficinas foram facilitadas por Patrícia Martin Alves no encontro que aconteceu no dia 30 de setembro de 2019, no Jardim Botânico Chico Mendes, na Zona Noroeste de Santos, conforme flyer abaixo:



FÓRUM DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Contribuições para o Programa Municipal de Educação Ambiental

II ENCONTRO
30 DE SETEMBRO DE 2019 - 8h30 ÀS 14h30
LOCAL: JARDIM BOTÂNICO CHICO MENDES

PROGRAMAÇÃO

8h30 - Apresentação da devolutiva da oficina "F.O.F.A"

9h - Atividade Cultural "Cirandança" - O Projeto Cirandança, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura (Secult), busca integração por meio de danças circulares de diversos povos e culturas

10h - Oficina participativa "Biomapa" com Patrícia Martin Alves - Diretora técnica da Futura Consultoria e Facilitadora da Rede Paulista de Educação Ambiental (REPEA)

11h - Coffee Break

12h30 - Oficina Participativa "Árvore dos Problemas" com Patrícia Martin Alves

14h30 - Encerramento

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
PREFEITURA DE
Santos

Figura 13: Programação do II Encontro do Fórum de Educação Ambiental nos Parques

Em relação à Árvore dos Problemas foram analisados pelos grupos participantes os 04 (quatro) grandes temas geradores/problemas: Palafitas - Desigualdade Social; Falta de Consciência Ambiental; Resíduos Sólidos e Mudanças Climáticas, levando-os a refletir utilizando-se das raízes da árvore para incluir as causas e dos topos das mesmas para incluir os efeitos que determinado problema traz ao município.

Seguem abaixo os resultados de cada avaliação:

Problema	Causas	Efeitos
Palafita / Desigualdade Social	Ocupação desordenada; Subempregos; falta de planejamento; crescimento populacional; grande obras; falta de reconhecimento da realidade local, interesses políticos; falta de poder econômico; segregação social; preconceito; capitalismo.	Proliferação de doenças; violência; isolamento social e cultural; evasão escolar; baixa escolaridade; preconceito; poder paralelo; poluição.

Principal causa identificada (base das raízes): capitalismo

Problema	Causas	Efeitos
Falta de consciência ambiental	Falta de conhecimento; falta de incentivo a cultura; falta de informação de qualidade; conflitos de interesse; capitalismo; manipulação da informação; falta de diálogo; falta de visão holística; individualismo, ganância; egoísmo.	Falta de posicionamento ideológico; erosão cultural; ineficiência econômica; medo; degradação ambiental; desigualdade social; sistemas lineares; estereótipos.

Principal causa identificada (base das raízes): não identificada uma principal causa

Problema	Causas	Efeitos
Resíduos sólidos	Obsolescência programa; ausência de logística reversa; culturado consumo; falta de políticas públicas; falta de fiscalização; falta de pessoal efetivo; falta de informação; governo; empresa privada; falta de valores e de informação; fa	Impactos na fauna e flora; saúde pública prejudicada; alagamentos e enchentes; mudanças climáticas; impactos no turismo; poluição do solo, água e ar.

Principal causa identificada (base das raízes): cultura do consumo

Problema	Causas	Efeitos
----------	--------	---------

Mudanças climáticas	Capitalismo; desigualdade; desmatamento provocado pelo agronegócio; consumo; usos da terra; uso de agrotóxicos; cultura; desinformação; negação da ciência; mobilidade urbana.	Refugiados climáticos; desconforto climático; extinção de animais; eventos extremos; perda da biodiversidade; baixa produtividade; saúde prejudicada; inundações e alagamentos; vulnerabilidade dos ecossistemas.
---------------------	--	---

Principal causa identificada (base das raízes): capitalismo e desigualdade

Tabela 4: Árvore dos problemas

Notou-se que a questão da cultura do consumo/capitalismo apareceu como uma das principais causas raízes dos problemas levantados, podendo influenciar no modo de vida das pessoas e por consequência no meio ambiente. A questão da falta de consciência ambiental também foi levantada como causa em destaque, já que pode desencadear manipulação pelos meios de comunicação, falta de diálogo e ausência do sentimento de pertencimento ao território. Desta forma acredita-se que a EA deve trabalhar com tais causas por meio de processos que tragam à população uma visão holística e crítica.

Em relação ao “Biomapa”, após a sistematização dos resultados, foram levantados 98 localidades que já desenvolvem EA formal, EA não formal ou apresentam potencial para desenvolver atividades de EA, salientando-se que se concentram na área insular do município, conforme demonstra a figura abaixo.



GABINETE DO PREFEITO

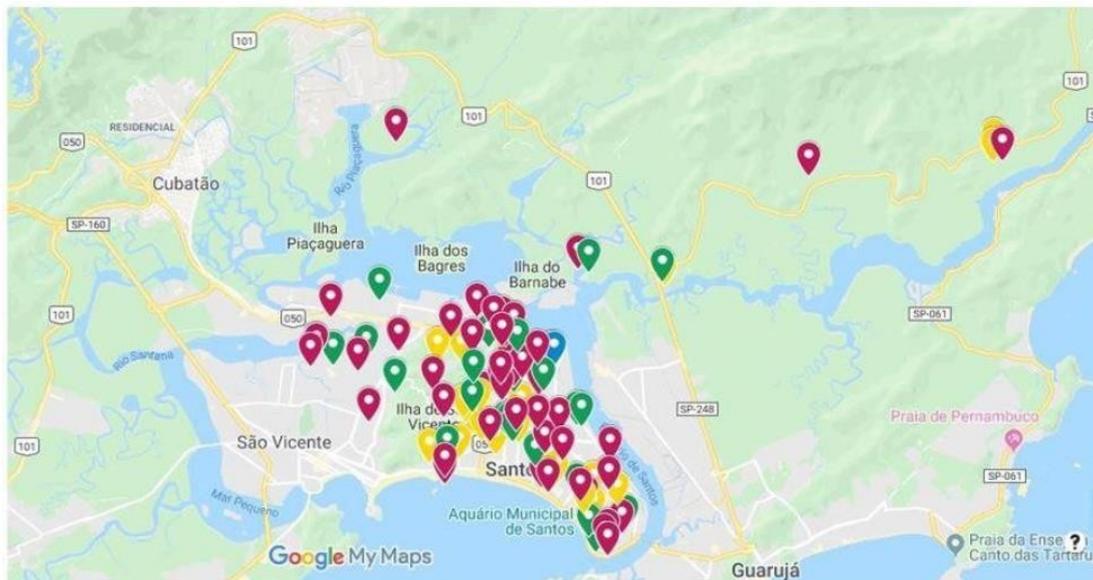


Figura 14: Biomapa da Educação Ambiental no município

Classificação	Quantidade	Legenda
EA formal já existente	22	
EA não formal existente	25	
Potenciais locais para EA	51	

Tabela 5: Classificação do Biomapa.

LOCALIDADES ELENCADAS:			
	EA Formal	EA Não Formal	Potenciais Locais
1.	UME Andradas	Museu da Pesca	Sala Verde
2.	Escola Verde	Museu do Mar	Ecoturismo
3.	Colégio Novo Tempo	Aquário de Santos	Turismo de Base Comunitária
4.	Escola Cia da Criança	SESC	Comunidade Agrícola
5.	UME João Papa Sobrinho	Museu do Porto	Bonde
6.	UME Leonor Mendes de Barros	Projeto Albatroz	Estação do Valongo
7.	UME Dino Bueno	Projeto Mantas do Brasil	USP
8.	Colégio Ecologia	Estação Cidadania	Unisantos
9.	UME Barão do Rio Branco	SEMAM	UNIP II
10.	UME Irmão José Genésio	Espaço MRN	UNIP
11.	Escola Regina Altman	Unifesp	Faculdade ESAMC
12.	UME Olavo Bilac	Museu do Café	Ponte Edgar Perdigão
13.	UME Airton Senna	Policlínica do Rádio Clube	Wallenius Wilhelmsen Logistics

14.	UME Lobo Viana	Instituto Arte no Dique	Feira Orgânicos Aparecida
15.	UME Emília Maria Reis	Engenho dos Erasmos	UNISANTA
16.	UME Terezinha de Jesus	Jardim Botânico	UNILUS
17.	UME Regina Altman	Projeto Luzes da Vila	UNIMES
18.	UME judoca Ricardo Sampaio	Monte Cabrão	Cadeia Velha
19.	UME Noel Gomes Ferreira	Ilha Diana	Escoteiro Almirante Barroso
20.	UME Monte Cabrão	Porto Alemoa	Pinacoteca
21.	UME Profa. Carmelita	Orquidário	Escola de Samba Unidos do Morro
22.	ETEC Aristóteles	IEC	Feira Orgânica do Orquidário
23.		Codevida	Emissário
24.		SENAC	Vila Belmiro Estádio
25.		Codesp	Horta Bons Frutos
26.			Sesi Santos
27.			Universidade São Judas
28.			Petrobras
29.			Bom Prato São Bento
30.			Bom Prato Vila Nova
31.			Bom Prato Rádio Clube
32.			Bom Prato São Jorge
33.			Feira Livre Macuco
34.			Feira Livre Gonzaga
35.			Quadra Poliesportiva
36.			VLT / Ônibus
37.			Zona Portuária - Empresas
38.			Museu do Café
39.			Monte Serrat
40.			Teatro Municipal
41.			Escola de Surf José Menino
42.			Mãos Entrelaçadas
43.			Unidos da ZN
44.			Igreja do Embaré
45.			Unidos do Saboó
46.			União Imperial
47.			Igreja Nossa Senhora Aparecida
48.			Canoa caiçara
49.			Fundação Parque Tecnológico
50.			Shopping Praia Mar
51.			Clube Saldanha da Gama

Tabela 6: Locais de EA no município.

O presente resultado mostrou o potencial do município para a aplicabilidade da EA em diversos locais e equipamentos, que foram citados pelos educadores participantes da oficina,

cabendo destacar ainda que nem todas as escolas foram elencadas nessa atividade, aumentando assim, mais ainda a possibilidade de capilaridade da EA em Santos.

Após o levantamento das causas raízes dos problemas e também dos locais de potencial realização de EA, é importante que se faça uma análise de como atuar na causa por meio da EA e quais são os locais e instrumentos que o município possui ou pode buscar por meio de parcerias e fontes de financiamento.

Para uma avaliação mais profunda das estratégias a serem utilizadas para trabalhar com as causas dos problemas sugeriu-se para o próximo encontro metodologias que estimulassem os participantes a pensarem em ações que reduzissem os efeitos dos problemas e mostrassem como chegar a um objetivo comum para a EA.

E assim seguiu-se o III Encontro do Fórum de Educação Ambiental nos Parques, no dia 31 de outubro de 2019, no Aquário de Santos, seguindo os mesmos critérios das oficinas anteriores com uma atividade cultural promovida pelo Recanto Semear e a apresentação da devolutiva do último encontro, além das oficinas participativas que foram facilitadas por Claudia Cristiane Giglio Brito, Patrícia Martin Alves e Luciana Siriani, conforme programação abaixo:



FÓRUM DE EA NOS PARQUES

CONTRIBUIÇÕES PARA O PROGRAMA MUNICIPAL DE EA

III ENCONTRO
31 de outubro de 2019 • 8h30 as 15h
AQUÁRIO MUNICIPAL



PROGRAMAÇÃO

8h30 • Recepção

9h • EcoYoga com Recanto Semear
(Atividade não permite entrada com atraso)

10h • Devolutiva com Claudia C. Giglio Brito e Patrícia Alves

11h • Oficina: F.O.F.A Cruzada com Claudia C. Giglio Brito

12h • Coffee Break

13h • Oficina: Árvore dos Sonhos e Caminho das Pedras com Patrícia Alves e Luciana Siriani



PREFEITURA DE
Santos
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Figura 15: Programação do III Encontro do Fórum de Educação Ambiental nos Parques.

A primeira delas envolveu a Matriz F.O.F.A. atualizada de EA do município de Santos construída participativamente no I Encontro do Fórum de EA nos Parques, em 28 de agosto de 2019, objetivando a elaboração de um plano estratégico situacional, utilizando-se da metodologia “F.O.F.A. Cruzada”.

Foram elencados todos os elementos apontados aos olhos da sociedade civil e poder público em 2019, permitindo a análise atualizada qualitativa e quantitativa traduzida na matriz do quadro abaixo:

Aspectos Restritivos	AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO
	FRAQUEZAS	AMEAÇAS
	Falta de conhecimento a respeito do papel da mídia no processo de divulgação	Ausência de centros de referências em Educação Ambiental, que atendam as diretrizes em relação às construções sustentáveis
	Falhas no processo de Educomunicação	Alta demanda para os enfrentamentos de todos os problemas socioambientais
	Falhas na obtenção e aplicação de recursos financeiros externos	Carência de segurança em áreas públicas e nos parques
	Carência e falhas quanto à responsabilidade compartilhada de resíduos	Problemas com a gestão da Política Nacional de Educação Ambiental
	Carência de processos participativos	Carência na infraestrutura, incluindo transporte para atividades coletivas
	Ausência de planejamento periódico	Dificuldade nas ações de intersetorialidade e interinstitucionalidade
	Falhas na adoção de práticas ambientais sustentáveis	Carência na adoção de critérios de sustentabilidade na construção civil
	Falhas na divulgação dos dados existentes, que poderiam ser utilizados para diagnóstico (da prática à teoria)	Problemas socioambientais e desigualdade social como moradias subnormais
	Carência de projetos que contemplem planejamento de ações contínuas e interligadas voltadas a um determinado objetivo	Sistema de coleta de resíduos não contempla toda o município
	Desconhecimento das Políticas Públicas de Educação Ambiental	Problemas no cumprimento da legislação, a exemplo dos acordos setoriais para a logística reversa
	Falhas na gestão ambiental	Equipes transitórias e reduzidas de EA e de fiscalização
	Falhas na organização interna dos setores de EA	Carência de recursos financeiros e humanos
	Falha nas atividades logísticas como processo	Pouca representatividade social nos espaços de

	integrado	diálogos
	Não expandir ações de forma igualitária nos bairros de Santos. Não descentralizar os eventos de EA	Políticas Municipais de Educação Ambiental e de Meio Ambiente
	Falha na comunicação ideal entre secretarias e trabalho em rede	Poucos editais para apresentação de projetos
	Falha na representatividade racial, faixa etária, social etc.	Falta de comprometimento do cidadão e sentimento de pertencimento para se empenhar e sair da zona de conforto
	Falha na sensibilização de todas as camadas sociais	Sistema capitalista
	Falha na formação multidisciplinar, transdisciplinar e integrada do educador ambiental	Falta de reconhecimento dos educadores ambientais
	Falha na efetividade dos projetos de EA, inclusive durante o verão (alta temporada)	Falta de uma política pública regional compartilhada
	Falha na assimilação do conceito de EA (bases teóricas)	Falta de interesse dos empresários
	Falha na fiscalização ambiental municipal	Pouca participação e falta de investimento do setor privado na construção e implementação de políticas públicas de EA
		Burocracia para captação de recursos financeiros para a EA, incluindo os fundos municipais
Aspectos Impulsores	AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO
	FORÇAS	OPORTUNIDADES
	Alguns projetos itinerantes dispõem de transporte próprio	Ações e projetos de EA desenvolvidos na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS)
	Interação entre setores e instituições de EA	Logística reversa presente em alguns estabelecimentos
	Trabalho em redes - REAS/REABS/REPEA	Redes de EA em Santos, na Baixada Santista, Paulista e Brasileira (REAS, REABS, REPEA E REBEA)
	Constituição da CISEA – Comissão Intersetorial de EA para fortalecimento da base institucional	Objetivos em comum para enfrentamento de problemáticas socioambientais
	Constituição da CIMEA – Comissão Interinstitucional Municipal de EA	Sistema de Informações Geográficas de Santos (SIG Santos)
	Existência do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA)	Economia solidária/Feira de orgânicos
	Existência do Fundo Municipal de Preservação e Recuperação do Meio Ambiente (FMPRMA) e do	Município de Santos como polo regional da Baixada Santista

Fundo Especial para Desenvolvimento dos Parques (FEPAR)	
Trabalho com a juventude	Movimentos sociais atuantes em Santos
Desenvolvimento de projetos entre poder público e Organizações Não Governamentais (ONGs)	Parcerias e apoio em eventos
Promoção de visitas técnicas para diálogos e interação entre equipes	Desenvolvimento e expansão das unidades de EA
Acervo de instituições para apresentação ao público	Promoção de eventos para mobilização social e alcance de maior público
Comemoração das datas do calendário ambiental (dia da água, dos oceanos, semana do meio ambiente)	Publicidade por meio do Diário Oficial e outras mídias
Direcionamento do FEPAR aos cuidados preventivos como o inventário arbóreo e à EA	Financiamento para projetos
Criação de um setor de resiliência e mudança do clima com oportunidade de captação de recursos.	Feiras orgânicas e promoção de produtos sustentáveis;
Comprometimento das equipes	Usina de Compostagem e CACAU
Trabalho baseado nos princípios da EA	Locais de inserção da EA: Shoppings, Condomínios, Clubes, Bares e Restaurantes, Unidades de saúde, instituto da pesca, Associações.
Implementação de projetos diversificados de EA	Reconhecimento de Santos como município atuante em EA
Existência de processos de formação em EA	Legislação ambiental municipal
Consideração dos impactos antrópicos para contextualização das questões socioambientais	Inter-relações com a comunidade e outros setores
Esforços para mobilização da comunidade	Multidisciplinaridade dos educadores ambientais
Democratização da informação por meio de redes sociais	Setores específicos de EA na gestão pública com respectiva coordenação
Centros ou espaços de EA	Existência de Unidades de Conservação no município
Legislação municipal	Ações conjuntas em projetos estaduais de EA desenvolvidos pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) em Santos - Verão no Clima e Circulando a EA no Estado de SP
Projetos referentes a resíduos sólidos (ecobarreiras, compostagem)	Ampliação e popularização dos meios de transporte sustentáveis ou compartilhados
Intervenção nos ambientes com a limpeza e	

conscientização da população			
Uso das mídias de comunicação em veículos tradicionais			
Utilização de ferramentas de interação pública (a exemplo escultura do peixe)			
Números de Aspectos Impulsores		Números de Aspectos Restritivos	
Ambiente Interno	Forças: 27	Ambiente Interno	Fraquezas: 21
Ambiente Externo	Oportunidades: 24	Ambiente Externo	Ameaças: 22
Total de Aspectos Impulsores: 51		Total de Aspectos Restritivos: 43	

Tabela 7: Matriz Atualizada de EA no Município de Santos - 2019

A referida matriz apresentou como elementos preponderantes as Forças e Oportunidades, retratando um Cenário de Desenvolvimento. Segundo a metodologia, no caso desse cenário a melhor estratégia de planejamento a ser adotada é a ofensiva ou de ataque, que consiste em cruzar cada força com cada oportunidade, investindo em melhorias do que já é bom.

Entretanto, durante a oficina, objetivando levar a reflexões em torno de ações possíveis para aprimorar qualquer um dos cenários, todas as possibilidades de estratégias foram realizadas, analisando-se o que pode ser feito para ressaltar os aspectos impulsores (forças e oportunidades) e minimizar os aspectos restritivos (fraquezas e ameaças), sob a forma de um plano de ações. Dessa forma, os participantes foram divididos em quatro grupos que tinham como tarefa propor ações de acordo com os seguintes cenários:

- Desenvolvimento - prevalecem as Forças e Oportunidades. A estratégia será ofensiva ou de ataque. Nesse caso deve-se cruzar cada força com cada oportunidade, investindo em melhorias do que já é bom;
- Manutenção - prevalecem as Forças e Ameaças. A estratégia será de confronto. Nesse caso deve-se cruzar cada força com cada ameaça, tirando o maior proveito das forças para afastar as ameaças;
- Crescimento - prevalecem as Fraquezas e Oportunidades. A estratégia será de reforço. Nesse caso deve-se cruzar cada fraqueza com cada oportunidade, reforçando as fraquezas para que elas não venham a atrapalhar. É uma estratégia para tirar vantagem das fraquezas, tentando torná-las fortalezas;

- Sobrevivência - prevalecem as Fraquezas e Ameaças. A estratégia será de defesa. Nesse caso deve-se cruzar cada fraqueza com cada ameaça, analisando-se as situações vulneráveis para diminuir seus impactos.

Conforme levantamento bibliográfico, visando o detalhamento das atividades e a divisão de responsabilidades, podem ser feitas quatro perguntas básicas: O que fazer para solucionar um problema ou potencializar um ponto positivo detectado? Como fazer? Quem vai fazer? Quando fazer?

Nesta etapa do trabalho, foram feitas apenas duas perguntas: O que fazer? Como fazer?

Abaixo são apresentados os resultados do planejamento de ações desenvolvido pelos quatro grupos, considerando os quatro tipos de cenários:

AÇÕES PARA TODOS OS CENÁRIOS:

SOBREVIVÊNCIA

O que fazer	Como
Engajar os educadores ambientais	Fortalecimento da REAS
Comunicação eficaz	Criação de um departamento intersetorial na Prefeitura Municipal de Santos
Disponibilizar recursos para a Educação Ambiental	Criação de um fundo para o departamento de Educação Ambiental

DESENVOLVIMENTO

O que fazer	Como
Capacitação da comunidade	Não descrito
Criação de legislação específica	Não descrito
Monitoramento e fiscalização	Não descrito
Captação de recursos públicos e privados	Formação e capacitação em termos de referência e elaboração de projetos
Aproximação da academia e sociedade	Popularização de pesquisas e projetos Abertura para recebimento de demandas da sociedade
Mapeamento, manutenção e criação de espaços de Educação Ambiental	Não descrito

CRESCIMENTO

O que fazer	Como
Comunicação eficaz	Diário Oficial
	Rádio e TV
	Criar acervo de legislação e princípios de Educação Ambiental
	Interação entre as agendas das secretarias, ONGs

	e Universidades
	Facilitação ao acesso SIG Santos
Captação de recursos	O Fundo Municipal de Preservação e Recuperação do Meio Ambiente de Santos - FMPRMA
	Fundo Especial para Desenvolvimento dos Parques – FEPAR
	Setor de Mudanças do Clima
Participação da sociedade na EA	Interação com os movimentos sociais
	Aproximação das redes de escolas municipais e estaduais com a rede de educadores ambientais
	Uso de espaços como feira de orgânicos

MANUTENÇÃO

O que fazer	Como
Recriação do CEA	Fundamentação legal (decreto)
Captação de recursos	Formação específica para captação recursos – capacitação da equipe
Interação da EA de outros municípios	Envolvimento com a REABS para construção de um programa regional
Interação da EA com outras secretarias	ProMEA Santos deve dialogar com outros programas e políticas públicas dos municípios
Incluir a comunidade ao entorno nas ações (sentido de pertencimento)	Levar as ações para a comunidade (EA Itinerante) e trazer a comunidade para as ações de EA (disponibilidade de transporte)
Garantir a segurança nos eventos de EA	Convidar a Polícia Militar e Secretaria Municipal de Segurança para CISEA e CIMEA em ações carentes de segurança (parques e áreas públicas)

Tabela 8: Planejamento de ações referentes aos cenários.

O grupo justamente responsável pelo Cenário de Desenvolvimento, que retrata o Município, não chegou a concluir e descrever “COMO”, mas elencou o que deveria ser feito para aprimorar ainda mais o cenário.

Nota-se o potencial da EA a ser desenvolvida por meio de uma comunicação eficiente e também por meio de parcerias, aproveitando ao máximo as oportunidades e forças que preponderaram no referido cenário.

Em relação às demais oficinas realizadas nesse encontro, ainda pensando no “o que” e “como” fazer, foi construída coletivamente a “Árvore dos Sonhos” representando os objetivos

na forma de sonhos para o ProMEA Santos, bem como o caminho a ser percorrido para atingi-los, denominado “Caminho das Pedras” considerando-se estratégias /ações para a resolução das causas raízes dos problemas já identificados na oficina de setembro. Assim sendo, o propósito da atividade era criar o seguinte formato:

Causas ➡ Ações (caminho das pedras) ➡ Objetivos (sonhos)

Na oficina Caminhos das Pedras, as principais causas dos problemas identificadas na oficina de setembro foram separadas e distribuídas aos quatro grupos de trabalho.

Os resultados foram compilados no quadro abaixo:

Árvore dos Sonhos e Caminhos das Pedras		
Causa Raiz	Caminho das Pedras (Ações)	Sonhos (Objetivos)
Individualismo Falta de visão holística	Promover a equidade	Equidade de oportunidades e justiça socioambiental
	Acesso e valorização do lazer, cultura, artes e esportes	
	Descentralizar e diversificar os espaços	Juventude engajada
	Incentivar a economia solidária	Respeito
	Ações de permacultura	
Capilarização dos conteúdos	Pensar coletivo	
		Integração
Causa Raiz	Caminho das Pedras (Ações)	Sonhos (Objetivos)
Sistema capitalista	Maior rigidez para quem descumpra a legislação ambiental	Formação de cidadão Eco consciente
	Financiamento em ações e projetos de serviços baseados em natureza (Adaptação à mudança do clima baseada em ecossistemas - AbE)	Formação de jovens educadores
	Necessidade de departamento de Meio Ambiente nas empresas –	

	<p>formação em EA</p> <p>Cota fixa “oficial” para as grandes empresas/ poluidores</p> <p>Capacitação para elaboração de projetos</p> <p>Sistema de validação da implantação de EA no ensino</p> <p>Repasse de % do lucro dos bancos para projetos de EA</p>	
Causa Raiz	Caminho das Pedras (Ações)	Sonhos (Objetivos)
Falta de conhecimento adequado	<p>Desemparedar a sala de aula – educação em espaços públicos</p> <p>Promover a cultura do pensamento crítico</p> <p>Resgate do histórico dos acidentes ambientais da Baixada Santista com o intuito de alertar a partir das causas dos acidentes</p> <p>Utilização de meios de transporte para divulgação do conhecimento ambiental</p> <p>Tarifas reduzidas ou pacotes no transporte público para locais e eventos de EA</p> <p>Criar programas de EA dentro das escolas municipais, estaduais e particulares</p>	<p>Pensamento crítico</p> <p>Cooperação</p> <p>Todas as crianças com acesso a EA</p> <p>Crianças e adolescentes como guardiões do meio ambiente</p> <p>“Conhecer para agir”</p>
Causa Raiz	Caminho das Pedras (Ações)	Sonhos (Objetivos)
Cultura do consumo	<p>Incentivo da agricultura urbana e compostagem</p> <p>Responsabilidade compartilhada na gestão de resíduos sólidos</p> <p>Fortalecimento da economia solidária</p> <p>Inclusão social</p> <p>Formação de cidadãos educadores</p> <p>Transversalidade na Educação Ambiental</p>	<p>Cidade sustentável</p> <p>Consumo consciente</p> <p>Alimentação orgânica</p> <p>Agricultura sustentável</p>

Tabela 9: Resultados da oficina Caminhos das Pedras.

A oficina estimulou uma tempestade de ideias, que foram analisadas cuidadosamente quanto a sua aplicabilidade. Destacam-se nas ações o acesso à cultura e estímulo ao pensamento crítico, a descentralização da EA e o uso de espaços públicos, capacitação e vínculo com a Economia Solidária.

Com base em todo o diagnóstico participativo realizado, no levantamento das ações propostas e nos resultados das oficinas anteriores foi necessária uma análise mais profunda de todo o cenário da EA no município de Santos para a elaboração de um plano participativo estratégico de ações detalhadas.

Com esse objetivo realizou-se o último encontro do ano de 2019, intitulado IV Encontro do Fórum Municipal de EA nos Parques, na data de 29 de novembro no Orquidário de Santos, incluindo na programação além da atividade proposta para planejamento das ações através da ferramenta “Café ComPartilha”, uma atividade de meditação guiada pela SEDUC, o Histórico e Perspectivas da Rede de Educação Ambiental de Santos (REAS) apresentado por Paulo Marco Campos Gonçalves, bem como a apresentação da versão preliminar do ProMEA Santos para revisão conjunta e validação das diretrizes, princípios, objetivos e potenciais participantes, conforme divulgação abaixo :

FÓRUM DE EA NOS PARQUES

Contribuições para o Programa
Municipal de Educação Ambiental

IV ENCONTRO

29 DE NOVEMBRO DE 2019
8h30 ÀS 14h30

LOCAL: ORQUIDÁRIO DE SANTOS



PROGRAMAÇÃO

8h30 - Meditação Guiada com **Sheylah Dantas (SEDUC)** - Terapeuta Quântica

9h - Apresentação do ProMEA Santos com **Claudia Cristiane Giglio Brito**

9h30 - Diretrizes, Princípios, Objetivos e Potenciais Participantes do ProMEA Santos com **Patrícia Martins Alves e Luciana Siriani**

11h - Coffee Break

12h - Café com Partilha "Plano Estratégico de Ações Participativas" com **Patrícia Martin Alves e Luciana Siriani**

13h30 - Histórico e e Perspectiva da Rede de Educação Ambiental de Santos com **Paulo Marco Campos Gonçalves**

14h - Encerramento

Durante o “Café ComPartilha”, para a Planejamento das Ações os participantes foram divididos em 6 grupos, recebendo um roteiro com 1 estratégia, seus respectivos objetivos e ações, assim como mostra a tabela a seguir, havendo a necessidade de incluir nessa etapa do trabalho as respostas para QUANDO (meta) e QUEM (participantes) vai fazer a ação.

ESTRATÉGIA		Metas (Quando)	Participantes (Quem)
Educomunicação	Compreende um campo teórico-prático que pode integrar e fortalecer as práticas educativas da educação ambiental através de intervenções a partir de algumas linhas como: educação para a mídia; uso das mídias na educação; produção de conteúdos educativos; gestão democrática das mídias; e prática epistemológica e experimental do conceito. Propõe novos tipos de aprendizagem, utilizando recursos tecnológicos e novas relações na comunicação, mais democráticas, igualitárias e menos hierarquizadas		
O que fazer?	Ações (Como)		
Plano Educomunicação	Elaborar plano de educomunicação para os potenciais participantes do ProMEA	2022	CIMEA e Secretaria de Comunicação Diretórios e Centros Acadêmicos
Disseminar as informações referentes à educação ambiental	Criar um repositório de trabalhos, legislação, práticas de EA	2025	Universidade
	Criar plataforma de divulgação de eventos de EA	2022	SEMAM e Secretaria de Comunicação
	Utilização dos transportes públicos como meios de comunicação da Educação Ambiental	2022-2025	CISEA
	Parceria com rádios comunitárias para divulgação de conteúdo de EA	2022-2025	Universidades, REAS e rádios comunitárias
	Realizar estágio em rádio/TV, publicidade e propaganda para produção de conteúdo para o processo de fortalecimento da EA	2025	Universidades
Agenda ambiental unificada	Elaborar um calendário ambiental em conjunto com outras secretarias, instituições de ensino, redes de educação ambiental e ONGs e incluir no calendário oficial do município	2021-2025	CISEA e CIMEA
Uso da internet e de mídias sociais para divulgar ações de educação ambiental	Criar mídia digital (Instagram e Facebook) para divulgação do ProMEA e atividades da CIMEA	2022	CIMEA

Tabela 12: Estratégia: Educomunicação.

Tabela 10: Estratégia.

Os resultados das discussões feitas no “Café ComPartilha” foram divididos em seis grupos denominados estratégias, que dialogam com as oficinas anteriores, bem como com as linhas de ações estruturantes anteriormente estabelecidas e com o Cenário de Desenvolvimento identificado, como ponto de partida (“Caminho das Pedras”) para o alcance dos objetivos (“Árvore dos Sonhos”). São elas: Promoção da participação, Formação Continuada de Educadores Ambientais, Educomunicação, Gestão e Planejamento da Educação Ambiental no Município, Sociedades Sustentáveis, Educação Ambiental nas Instituições de Ensino. Ficou consensuado entre os participantes que todo o material apresentado seria enviado por e-mail, ampliando a oportunidade de participação, tendo como prazo final para o envio das contribuições o dia 13 de dezembro de 2019.



GABINETE DO PREFEITO

Assim sendo, através das ferramentas participativas utilizadas em todo o processo de Construção do ProMEA Santos, foi possível construir coletivamente o Planejamento Estratégico apresentado no item 10, com o aval da CISEA e da CIMEA.

10. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

ESTRATÉGIA Promoção da participação	Os processos educativos requerem mudanças e é por meio de participação popular que se cria novos contextos sociais e culturais. Devemos estimular a mobilização identificando as pessoas envolvidas, interligando todas as áreas do conhecimento. O diálogo com a participação da sociedade apresentará resultados concretos na perspectiva da construção de Políticas Ambientais de Educação Ambiental. É necessário incentivar a participação popular na política para discussão de temas relevantes e tomadas de decisões, legitimando as decisões das políticas públicas sob uma responsabilidade compartilhada.		
O que fazer?	Ações (Como)	Metas (Quando)	
Articular as Comissões de Educação Ambiental com outros colegiados de Educação Ambiental	Articulação da CISEA e CIMEA e redes de EA por meio de encontros/reuniões	2020	
Realização de Consultas públicas para a aprovação do ProMEA	Realização de consultas públicas do ProMEA	2020	
Popularização das pesquisas e projetos acadêmicos voltados para EA	Nas reuniões/encontros da CIMEA e REAS abordar as últimas pesquisas e projetos acadêmicos voltados para EA desenvolvido no município	2022	
Aproximação entre academia e sociedade	Levantamento de Projetos de extensão em EA voltados para a comunidade	2022	

	<p>Criar canal de recebimento de demandas da comunidade para planejamento de projetos e extensão</p> <p>Levantamento dos movimentos sociais do município de Santos</p> <p>Participação dos movimentos sociais nos encontros/ações de EA e vice versa</p> <p>Criar agenda de EA itinerante com capilaridade na zona noroeste e área continental</p> <p>Garantir a segurança nos eventos de EA em parceria com a SESEG</p> <p>Garantir que os espaços de EA sejam adaptados para portadores de necessidades especiais</p> <p>Garantir acesso ao público de baixa renda nos espaços e ações de EA</p>	<p>2025</p> <p>2025</p> <p>2022</p> <p>2022</p> <p>2022</p> <p>2030</p> <p>2022</p>	<p>Universidade</p> <p>CIMEA e REAS</p> <p>Movimentos sociais, REAS</p> <p>SEMAM</p> <p>SEMAM e SESEG</p> <p>Prefeitura Municipal de Santos</p> <p>Prefeitura Municipal de Santos</p>
--	--	---	---

Tabela 11: Estratégia: Promoção da participação.

<p>ESTRATÉGIA</p> <p>Formação Continuada de Educadores Ambientais (Formal, Não-formal e Informaal)</p>	<p>O Programa deverá contemplar a EA formal e a EA não formal. Nesta perspectiva, o processo de aprendizagem deve ser transformador, possibilitando a aquisição de conteúdos e conhecimentos geradores de atitudes participativas e emancipatórias, que reavaliem modos de produção e consumo e visem à construção de práticas coletivas mais prudentes, cooperativas, solidárias e responsáveis.</p>
<p>O que fazer?</p>	<p>Ações (Como)</p>
	<p>Metas</p> <p>Participantes (Quem)</p>

	(Quando)	
Realização e participação de encontros, oficinas, cursos e palestras	2022	Realização de encontro municipal de Educação Ambiental CIMEA E REAS
Promover a EA dentro dos Projetos Políticos Pedagógicos das Unidades de Ensino e dos Espaços e Centros de Educação Ambiental	2022	Participação da REAS e CIMEA no Encontro Estadual de Educação Ambiental CIMEA e REAS
Promover a EA dentro dos Projetos Políticos Pedagógicos das Unidades de Ensino e dos Espaços e Centros de Educação Ambiental	2022	Incluir a EA nos currículos das escolas municipais de forma interdisciplinar, ajustando-se às situações específicas dentro de cada área do conhecimento, sendo contemplada nos PPP das diferentes unidades de ensino. SEMAM e SEDUC
Formação continuada de professores e outros educadores ambientais	2025	Promover visitas orientadas aos diferentes equipamentos educadores da cidade, tais como: Jardim Botânico, Aquário, Orquidário, Engenho dos Erasmos, Trilhas de Ecoturismo, Centros Culturais e Centros de Atividades Integradas (CAIS), além de outros espaços do território local e/ou regional. SEMAM E CISEA
Capacitação de educadores ambientais para captação de recursos	2022	Promover curso de formação para educadores ambientais FUNBEA, CEA
Incentivar Projetos de serviços baseados em natureza (AbE)	2022	Promover curso de Elaboração de Projetos de EA e captação de recursos FUNBEA, FEHIDRO
Capacitação para redução de	2025	Promover curso sobre Serviços Baseados em Natureza em parceria com a Comissão Municipal de Adaptação à Mudança do Clima SEMAM e CMMC
Capacitação para redução de	2022	Resgate do histórico dos acidentes ambientais da Baixada Santista CISEA, Universidade, Defesa Civil

riscos e desastres naturais	com o intuito de alertar a partir das causas dos acidentes	2025	Defesa Civil, SEMAM
	Realização de oficina/workshop para capacitação dos educadores ambientais para a redução de riscos e desastres naturais		

Tabela 12: Estratégia: Formação Continuada de Educadores Ambientais (Formal, Não – Formal e Informal).

ESTRATÉGIA Educomunicação	Compreende um campo teórico-prático que pode integrar e fortalecer as práticas educativas da Educação Ambiental através de intervenções a partir de algumas linhas como: educação para a mídia; uso das mídias na educação; produção de conteúdos educativos; gestão democrática das mídias; e prática epistemológica e experimental do conceito. Propõe novos tipos de aprendizagem, utilizando recursos tecnológicos e novas relações na comunicação, mais democráticas, igualitárias e menos hierarquizadas.		
	O que fazer?	Ações (Como)	Metas (Quando)
Plano Educomunicação	Elaborar plano de Educomunicação para os potenciais participantes do ProMEA		2022
	Disseminar as informações referentes à educação ambiental	<p>Criar um repositório de trabalhos, legislação, práticas de EA</p> <p>Criar plataforma de divulgação de eventos de EA</p> <p>Utilização dos transportes públicos como meios de comunicação da Educação Ambiental</p> <p>Parceria com rádios comunitárias para divulgação de conteúdo de EA</p>	<p>2025</p> <p>2022</p> <p>2022-2025</p> <p>2022-2025</p>
Agenda ambiental unificada	Realizar estágio em rádio/TV, publicidade e propaganda para produção de conteúdo para o processo de fortalecimento da EA		2025
	Elaborar um calendário ambiental em conjunto com outras secretarias, instituições de ensino, redes de Educação Ambiental e		2021-2025

Uso da internet e de mídias sociais para divulgar ações de Educação Ambiental	ONGs e incluir no calendário oficial do município Criar mídia digital (Instagram e Facebook) para divulgação do ProMEIA e atividades da CIMEA	2022	CIMEA
---	--	------	-------

Tabela 13: Estratégia: Educomunicação.

ESTRATÉGIA	Ações (Como)	Metas (Quando)	Participantes (Quem)
Gestão E Planejamento Da Educação Ambiental No Município (Integração Política)	Integrar os representantes da CISEA e da CIMEA para debater o ProMEIA Santos, com a sociedade santista, poder executivo e legislativo, buscando sua institucionalização enquanto Política Municipal de EA. Também integrar outras políticas públicas já instauradas com o objetivo de contribuir com a transdisciplinaridade da Educação Ambiental em todas as instâncias do município.		
O que fazer?			
Criação da Política Municipal de Educação Ambiental	Criação da Política Municipal de EA, em consonância com as Políticas e Programas Nacionais e Estaduais de Educação Ambiental.	2021	CIMEA
Disponibilizar recursos para a Educação Ambiental	Destinar % do Fundo Municipal de Meio Ambiente para EA	2021	PREFEITURA DE SANTOS
Monitoramento do programa	Elaborar indicadores de monitoramento de EA no município	Um ano após a aprovação	CIMEA
	Elaborar e divulgar relatórios anuais do funcionamento do programa	do PMEIA	CIMEA

Mapeamento, manutenção e criação de espaços de Educação Ambiental.	Levantamento dos locais de Educação Ambiental por meio das oficinas participativas	2019	Participantes das Oficinas
	Incluir as escolas municipais, estaduais e particulares no mapeamento.	2025	CIMEA
	Incluir as informações de localização dos espaços de EA no SIG	2030	CISEA
	Criar um cadastro geral dos espaços de Educação Ambiental (ONGs, escolas municipais, estaduais, particulares, universidades, centros de pesquisa e comunidades em áreas de risco geológico e ambiental)	2030	CIMEA
	Criar um cadastro dos principais áreas de risco geológico, pontos de descarte de lixos, entulhos e móveis nas áreas de risco geológico dos Morros de Santos	2020	Defesa Civil e SEDURB
Interação da EA com outras secretarias	Articulação nas reuniões da CISEA, CONDEMA e Gabinete	Mensal	CISEA

Tabela 14: Estratégia: Gestão e Planejamento da Educação Ambiental no município (Integração Política).

ESTRATÉGIA Sociedades Sustentáveis	A Educação Ambiental afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário. O Programa deverá atuar em prol da sustentabilidade socioambiental por meio de ações educadoras com isso comprometidas, promovendo a cooperação entre todos os atores do município, objetivando criar sinergia entre as ações, projetos e programas de educação ambiental.	
O que fazer?	Ações (Como)	Participantes (Quem)

		(Quando)	
Estimular práticas de consumo consciente	Inserir a EA nas feiras de produtos orgânicos e nas ações de permacultura	2025	REAS, Movimentos sociais
	Priorizar a economia solidária na participação dos eventos de educação ambiental	2025	CIMEA
Estimular as práticas de Educação Ambiental em organizações privadas	Ampliar o projeto Composta Santos	2020	SEMAM
	Criar banco de boas práticas de Educação Ambiental para as empresas privadas cadastrarem suas iniciativas	2022	CISEA
	Conceder certificação/selo verde às empresas que desenvolvem Educação Ambiental como incentivo à manutenção de seus compromissos socioambientais	2030	PREFEITURA DE SANTOS
Estimular a EA voltada para Economia Solidária	Incorporar o componente de Educação Ambiental entre as exigências técnicas do licenciamento ambiental municipal	2025	SEMAM
	Participação da EA no conselho de economia solidária municipal /regional	2025	REAS
EA nas práticas de turismo	Desenvolver projetos/ações voltadas para os principais pontos turísticos do município	2022	CISEA
	Incentivar a preservação da memória social, promovendo a interação entre a Educação Ambiental e os diferentes contextos culturais, além da utilização de museus, monumentos históricos, artísticos e ecológicos.	2030	CISEA E CIMEA

Tabela 15: Estratégia: Sociedades Sustentáveis.

ESTRATÉGIA Educação Ambiental nas instituições de ensino	A Educação Ambiental nas instituições de ensino deve buscar construir, participativamente, projetos pedagógicos em todos os níveis e modalidades de ensino, que contemplem uma abordagem integrada, transversal e interdisciplinar da temática socioambiental, em consonância com as orientações e normativos do Conselho Nacional de Educação e com documentos e agendas globais e locais referendados de Educação Ambiental, além da BNCC e Currículo Paulista e Paulista.		
O que fazer?	Ações (Como)	Metas (Quando)	Participantes (Quem)
Aproximação das redes de escolas municipais e estaduais, particulares, instituições, associações de bairro, centros comunitários e igrejas das comunidades com a rede de educadores ambientais, principalmente nos Morros com áreas de risco	Divulgação das ações e projetos de EA nas escolas municipais e estaduais e privadas, de educação básica, ensino médio e universidades	2022-2025 2030	CIMEA
Promover a participação da juventude na construção de políticas	Apoiar e estimular a criação de fóruns de juventude no Município para a realização de ações de Educação Ambiental nas escolas públicas e particulares em consonância com as políticas	2022-2025	CIMEA, diretórios acadêmicos, grêmios, Conselho Municipal de Juventude

públicas de EA	federais/estaduais que envolvam a Educação Ambiental;		
Educação Ambiental transversal na rede de ensino	Promover a EA em todos os níveis de modalidade de ensino, integrada aos programas e projetos educacionais	2022	CIMEA
Comissões de meio ambiente e qualidade de vida (Com-vida) nas escolas.	Estimular a criação de comissões/fóruns permanentes de EA nas escolas universidades	2030	CIMEA, SEMAM, Universidade, Poder Legislativo

Tabela 16: Estratégia: Educação Ambiental nas instituições de ensino.

11. CRONOGRAMA PARA AÇÕES DE EA FORMAL e NÃO FORMAL – METAS E PRAZOS

No referido Planejamento Estratégico para cada estratégia elencada, foram propostas respostas ao “o que”, “como”, “quando” e “quem” participará das ações de EA Formal e Não Formal no município, tendo como parâmetro das metas traçadas o tempo em anos (quando), tendo sido divididas em 04 possibilidades, que vão desde o prazo imediato ao curto, médio ou longo prazo, conforme segue:

- Prazo Imediato – 2019 a partir da construção do ProMEA Santos;
- Curto Prazo – 2020 a 2022 ou 02 anos a partir da implementação do ProMEA Santos;
- Médio Prazo – até 2025 ou 05 anos a partir da implementação do ProMEA Santos;
- Longo Prazo – até 2030 ou 10 anos a partir da implementação do ProMEA Santos.

12. RESPONSÁVEIS E FONTE DE RECURSOS

A Coordenação do ProMEA caberá à Secretaria de Meio Ambiente e à Secretaria da Educação da Prefeitura de Santos e sua implementação, acompanhamento, avaliação e revisão à CIMEA e CISEA.

Também foram definidos, no Planejamento Estratégico, os responsáveis para a realização de cada ação dentro das metas estimadas.

Quanto aos recursos, tanto a CIMEA quanto a CISEA deverão desenvolver

Considerando que a ferramenta PDCA (Plan, Do, Check e Act) tem como objetivo auxiliar no desenvolvimento da melhor estratégia nos processos de qualquer modelo de atividade, buscando alcançar o melhor desempenho de diretrizes de controle, essa ferramenta de gestão ambiental possibilitará o constante acompanhamento da implantação, monitoramento, avaliação e revisão do Programa Municipal de EA pela equipe responsável por sua coordenação.

Além disso, o ProMEA Santos foi inserido na Plataforma MonitoraEA, que foi desenvolvida para oferecer elementos para o desenvolvimento e a maturação de políticas públicas de EA de maneira sistemática e estruturada, considerando todas as especificidades e complexidades inerentes ao tema, possibilitando a troca e a partilha de informações e experiências, de modo a fomentar parcerias e sinergias nos territórios (RAYMUNDO, 2019). A Plataforma foi desenvolvida pela ANPPEA, a partir de sua Secretaria Executiva que é composta pelo FunBEA – Fundo Brasileiro de Educação Ambiental, Laboratório de Educação e Política Ambiental (Oca) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo, e pelo Laboratório de Análise e Desenvolvimento de Indicadores para a Sustentabilidade (LADIS) do Centro de Ciência do Sistema Terrestre (CCST) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e apresenta indicadores de monitoramento e avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental, e sendo uma ferramenta digital, facilitará o monitoramento e a avaliação de políticas e projetos de EA no município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, D.F. de; SORRENTINO, M. Da gestão ambiental à educação ambiental: as dimensões subjetiva e intersubjetiva nas práticas de educação ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental** (São Carlos) Rio Claro, Ribeirão Preto, v. 8, n. 1, p. 88-98, 2013.

ANDRADE, D. F. de *et al.* O diálogo em processos de políticas públicas de educação ambiental no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 119, p. 613-630, 2012.

BLAZOLI, S.; SORRENTINO, M. Educação Ambiental e Municípios. Políticas Públicas para Sociedades Sustentáveis. *In: Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis?* RAYMUNDO, M.H.A.; BRIANEZI, T., SORRENTINO, M. (Orgs). São Carlos: Diagrama Editorial, 2015.

BIASOLI, S.; SORRENTINO, M. Dimensões das políticas públicas de educação ambiental: a necessária inclusão da política do cotidiano. **Ambiente & Sociedade**, v. 21, 2018.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Ano CXXXIV, n.248, pp, 27. 833-841.

BRASIL. **Lei n.º 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 28 abr. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n.º 2**, de 15/06/2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental – SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997a.

BRASIL. **Lei n.º 6.938**, de 31.08.1981. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. DOU 02.09.1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Acesso em: 25 set. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Resolução n.º 98**, de 26/03/2009. Estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a

educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Brasília: MMA, 2009.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Apresentação dos Temas Transversais. Brasília: MEC/SEF, 1997b.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental – SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção do sujeito ecológico**: identidade e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: SATO, M.; CARVALHO, I. Educação ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CONAMA. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução n.º 422** de 23/03/2010. Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, conforme Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, e dá outras providências. Brasília: MMA, 2011.

CONAMA. Ministério do Meio Ambiente. **Recomendação n.º 11** de 04/05/2011. Recomenda diretrizes para a implantação, funcionamento e melhoria da organização dos Centros de Educação Ambiental-CEA, e dá outras orientações. Brasília: MMA, 2011.

CONAMA. Ministério do Meio Ambiente. **Recomendação n.º 12** de 08/06/2011. Recomenda a adoção de práticas sustentáveis no âmbito da Administração Pública. Brasília: MMA, 2011.

CONAMA. Ministério do Meio Ambiente. **Recomendação n.º 14** de 26/04/2012. Recomenda a adoção da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação - ENCEA. Brasília: MMA, 2012.

DRUMOND, M.A.; GIOVANETTI, L.; GUIMARÃES, A. Q. **Técnicas e Ferramentas Participativas para a Gestão de Unidades de Conservação**. Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA e Cooperação Técnica Alemã – GTZ. Brasília: MMA. 116p. 2009.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa em educação ambiental. In: PELICIONI, M. C. F.; PHILIPPI JR., A. (Eds.). **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005.p. 577-598

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas, SP: Papirus Editora, 2004.

GUTIÉRREZ-PÉREZ, J. **Por uma formação dos profissionais ambientalistas baseada em competências de ação**. São Paulo: ARTMED, 2005, p. 178-211.

JACOBI, P.L.L. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, v. 118, n. 3, 2003, p. 189-205

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. da C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014.

LIMA, G. F. da C. **Crise ambiental, educação e cidadania**: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: Educação Ambiental, Repensando o Espaço da Cidadania. 5ª ed. 2011.

LUZZI, D. Educação Ambiental: Pedagogia, Política e Sociedade. In: PELICIONI, M. C. F.; PHILIPPI JR., A. (Eds.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005. p. 381-400

NOGUEIRA, C. S.; CLARO, J. A. C. dos S. Sustentabilidade e consumo consciente e sua relação com o desenvolvimento econômico da Região Metropolitana da Baixada Santista. **Pensamento & Realidade**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração-FEA, v. 27, n. 3, 2012.

OLIVEIRA, A. J. F. C.; FONTES, R. F. C.; PINHEIRO, M. A. A. **Visão Didática Sobre Meio Ambiente na Baixada Santista**. Universidade Estadual Paulista. Campus Experimental do Litoral Paulista, 173p, 2008.

OLIVEIRA, H.T.de *et al.* Implementação de Políticas Públicas de Educação Ambiental. In: **Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis?** RAYMUNDO, M.H.A.; BRIANEZI, T., SORRENTINO, M. (Orgs). São Carlos: Diagrama Editorial, 2015.

OTERO, P. B. G.; NEIMAN, Z. Avanços e Desafios da Educação Ambiental Brasileira entre a Rio 92 e a Rio+20. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (Online)**, v. 10, p. 20-41, 2015.

PÁDUA, P. C. de. Educação Ambiental nas Unidades de Conservação *ex situ* da Baixada Santista. 2014. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Universidade Estadual de São Paulo.

PETROBRAS. Projeto de Avaliação de Impactos Cumulativos (PAIC) – Relatório Técnico Preliminar da Região Metropolitana da Baixada Santista. 2019. Disponível em: https://www.comunicabaciadesantos.com.br/sites/default/files/RTP_Regiao1-V1_relatorio_rev2_fev2019.pdf. Acesso em: 25 set.2019.

PELICIONI, A. F. Movimento Ambientalista e Educação Ambiental. *In*: PELICIONI, M. C. F.; PHILIPPI JR., A. (Eds.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005.p. 353-379

PELICIONI, M. C. F.; PHILIPPI JÚNIOR, A. Bases políticas, conceituais, filosóficas e ideológicas da educação ambiental. *In*: PELICIONI, M. C. F.; PHILIPPI JR., A. (Eds.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005.p. 3-12.

PORTAL DA PREFEITURA DE SANTOS (2019). Apresenta informações sobre o **Programa Municipal de Adaptação à Mudança do Clima**. Disponível em: https://www.santos.sp.gov.br/static/files_www/pmmcs_plano_municipal_de_mudanca_do_clima_de_santos_15-12-_2016_ii.pdf. Acesso em 25 set. 2019.

PORTAL DO FUNDO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (2019). Apresenta informações da **Plataforma Monitora EA**. Disponível em: <https://www.funbea.org.br/plataforma-monitoraea/>. Acesso em 24 set. 2019.

PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (2019). Apresenta informações da **Coordenadoria de Educação Ambiental** do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em <http://www.ambiente.sp.gov.br/cea/>. Acesso em 24 set. 2019.

PORTAL DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (2019). Apresenta o **Roteiro Metodológico de Planejamento das Unidades de Conservação**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/roteiroparna.pdf> . Acesso em 24 set. 2019.

PORTAL DO LITORAL SUSTENTÁVEL (2019). Apresenta o **Resumo Executivo de Santos - Projeto Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social**. Disponível em: <http://litoralsustentavel.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Resumo-Executivo-Santos-Litoral-Sustentavel.pdf> .Acesso em 24 set. 2019.

PORTAL DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (2019). Apresenta informações referentes à **Educação Ambiental**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/educacao-ambiental.html>. Acesso em 24 set. 2019.

RAYMUNDO, M. H.; BIASOLI, S.; BRANCO, E. A.; SORRENTINO, M. Avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental no Brasil: transição para sociedades sustentáveis. Piracicaba: MH-Ambiente Natural, 2019.

RIVELLI, E. A. L. Evolução da legislação ambiental no Brasil: políticas de meio ambiente, educação ambiental e desenvolvimento urbano. In: PELICIONI, M. C. F.; PHILIPPI JR., A. (Eds.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005.p. 285-302.

SANTANA, A. S. **PERCEPÇÃO AMBIENTAL E REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE JOVENS ESTUDANTES DO MUNICÍPIO DE SANTOS NA REGIÃO COSTEIRA DE SÃO PAULO**: Um Estudo de Caso Sobre Trilhas Urbanas Ambientais. 2018. 118 f. Dissertação (Mestrado em Análise Ambiental Integrada) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, Diadema, 2018.

SANTOS (MUNICÍPIO). **Lei Orgânica de Santos**, de 05/04/1990. Dispõe sobre a organização do Município de Santos. Disponível em: <https://www.camarasantos.sp.gov.br/publico/include/download.php?file=1174>. Acesso em: 24 set. 2019.

SANTOS (MUNICÍPIO). **Decreto n.º 5489**, de 09/01/2010. Dispõe sobre as **atribuições e o funcionamento das unidades administrativas** da estrutura organizacional da Prefeitura de Santos. Disponível em: <https://egov.santos.sp.gov.br/legis/document/?code=6117&tid=103>. Acesso em: 24 set. 2019.

SANTOS (MUNICÍPIO). **Decreto n.º 7593**, de 17/11/2016. Constitui **grupo técnico de trabalho** para elaborar o diagnóstico do município, indicadores municipais e plano de metas, nos termos do programa cidades sustentáveis, e dá outras providências. Disponível em: <https://egov.santos.sp.gov.br/legis/document/?code=6117&tid=103>. Acesso em: 24 set. 2019.

SANTOS (MUNICÍPIO). **Lei n.º 2.657** de 03/12/2009. Acresce e **altera dispositivos da lei n.º 2491/2007**. Disponível em: <https://egov.santos.sp.gov.br/legis/document/?code=2929&tid=61>. Acesso em: 24 set. 2019.

SANTOS (MUNICÍPIO). **Lei n.º 2491** de 19/11/2007. **Normatiza o sistema municipal de ensino de Santos e dá outras providências.** Disponível em: <https://egov.santos.sp.gov.br/legis/document/?code=1879&tid=31>. Acesso em: 24 set. 2019.

SANTOS (MUNICÍPIO). **Lei n.º 2681** de 13/01/2010. **Aprova o plano municipal de educação e dá outras providências.** Disponível em: <https://egov.santos.sp.gov.br/legis/document/?code=2869&tid=68>. Acesso em: 24 set. 2019.

SANTOS (MUNICÍPIO). **Lei n.º 3151** de 24/06/2015. **Altera o Anexo Único da Lei n.º 2681/2010.** Disponível em: <https://egov.santos.sp.gov.br/legis/document/?code=5430&tid=97>. Acesso em: 24 set. 2019.

SANTOS (MUNICÍPIO). **Lei n. 3187** de 16/09/2015. **Dispõe sobre o ensino de temas transversais de educação nas escolas da rede pública municipal de ensino.** Disponível em: <https://egov.santos.sp.gov.br/legis/document/?code=5520&tid=97>. Acesso em: 24 set. 2019.

SANTOS (MUNICÍPIO). **Lei Complementar n.º 79**, de 02/04/93. **Estrutura Administrativa Municipal e Gestão de Pessoas.** Disponível em: [http://legislacao.camarasantos.sp.gov.br/Home/Pesquisa?](http://legislacao.camarasantos.sp.gov.br/Home/Pesquisa?TiposNormas=1&TiposNormas=13&Numero=79&Ano=1993&Classificacao=0&DataInicial=&DataFinal=& Situacao=0&NoTexto=false&ementa=)

[TiposNormas=1&TiposNormas=13&Numero=79&Ano=1993&Classificacao=0&DataInicial=&DataFinal=& Situacao=0&NoTexto=false&ementa=](http://legislacao.camarasantos.sp.gov.br/Home/Pesquisa?TiposNormas=1&TiposNormas=13&Numero=79&Ano=1993&Classificacao=0&DataInicial=&DataFinal=& Situacao=0&NoTexto=false&ementa=). Acesso em: 24 set. 2019.

SANTOS (MUNICÍPIO). **Lei Complementar n.º 423**, de 28/12/2000. **Estrutura Administrativa Municipal e Gestão de Pessoas.** Disponível em: [http://legislacao.camarasantos.sp.gov.br/Home/Pesquisa?](http://legislacao.camarasantos.sp.gov.br/Home/Pesquisa?TiposNormas=1&TiposNormas=13&Numero=423&Ano=2000&Classificacao=0&DataInicial=&DataFinal=& Situacao=0&NoTexto=false&ementa=)

[TiposNormas=1&TiposNormas=13&Numero=423&Ano=2000&Classificacao=0&DataInicial=&DataFinal=& Situacao=0&NoTexto=false&ementa=](http://legislacao.camarasantos.sp.gov.br/Home/Pesquisa?TiposNormas=1&TiposNormas=13&Numero=423&Ano=2000&Classificacao=0&DataInicial=&DataFinal=& Situacao=0&NoTexto=false&ementa=). Acesso em: 24 set. 2019.

SANTOS (MUNICÍPIO). **Lei Complementar n.º 1005**, de 16/07/2018. **Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento e Expansão Urbana do Município de Santos, e dá outras providências.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/santos/lei-complementar/2018/100/1005/lei-complementar-n-1005-2018-institui-o-plano-diretor-de-desenvolvimento-e-expansao-urbana-do-municipio-de-santos-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 24 set. 2019.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto n.º 55.385**, de 01/02/2010. Instituiu o Programa Estadual de Educação Ambiental e o Projeto Ambiental Estratégico Criança Ecológica. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=158937>. Acesso em: 24 set. 2019.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria do Meio Ambiente. **Programa Município VerdeAzul: da teoria à prática/** Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Coordenadoria de Planejamento Ambiental – 1.ed.- São Paulo: SMA, 2013. 152 p.1278

SÃO PAULO (ESTADO). **Lei n.º 12780**, de 30.11.2007. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental. DOU 01.12.2007. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=74690>. Acesso em: 13 set. 2015.

SILVA, R. L. F. O meio ambiente por trás da tela: estudo das concepções de educação ambiental dos filmes da TV escola. 2007, 254f. **Tese de (Doutorado em Educação)**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SORRENTINO, M. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.

SORRENTINO, M. Desenvolvimento Sustentável e participação: algumas reflexões em voz alta. In: LOUREIRO, F.B.; LAYARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. **Educação Ambiental: repensando e espaço da cidadania/**– 5ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2007.